Relatório
2017 / 2024

Da Primeira das
Secretarias-Gerais
à **Secretaria-Geral**
do Centro do Governo

DAVID XAVIER
Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros

INDICE

1. A Transformação **4**

2. A Construção da Estratégia **6**

2.1 Metodologia da Estratégia 6

2.2 Mapa Estratégico 2017-2021 14

2.3 Mapa Estratégico 2023-2027 16

2.4 Condicionantes 18

3. O Caminho **22**

3.1 Desenvolvimento da Orgânica 22

3.1.1 O Governo 29

3.1.2 A Secretaria-Geral 21

3.2 Recursos Humanos 36

3.3 Recursos Financeiros 37

3.4 Edifícios 38

3.5 Serviços Prestados 40

3.6 Coordenação 43

3.7 Colaboração 46

4. A resposta **51**

4.1 Serviços Financeiros 51

4.2 Obras e Empreitadas 52

4.2.1 Gomes Teixeira 58

4.2.1.1 Protocolo Faculdade Belas-Artes 59

4.2.2 O Palácio Foz 60

4.2.3 A Residência Oficial do Primeiro-Ministro 62

4.2.3.1 Arte em São Bento 69

4.2.3.2 Design em São Bento 72

4.2.3.3 Assessorias do PM 74

4.2.4 Almeida Brandão 75

4.2.5 Barbosa do Bocage 75

4.2.6 Rosa Araújo 75

4.2.7 Academia Nacional de Belas-Artes 75

4.3 Divisão de Contratação Pública 76

4.3.1 Unidade de Gestão Patrimonial 78

4.3.2 Centralização 80

4.3.3 Frota 81

4.4 Sistemas 82

4.4.1 PCM Online 82

4.4.2 Pulsar 83

4.4.3 Monitorização de Instrumentos-chave de Gestão 84

4.4.4 Gestão Integrada de Correspondência 84

4.4.5 SPO 84

4.4 Projetos de Desenvolvimento Organizacional 86

4.4.1 O acolhimento — O papel central da interação com os gabinetes governativos 86

4.4.2 Relações Públicas da Presidência do Conselho de Ministros 86

4.4.3 Projeto Educativo para a Democracia 87

4.4.4 Cuidar as Pessoas 87

4.4.5 Sustentabilidade Ambiental 88

4.4.6 Projeto Recicl' AP 88

4.4.7 Plano de Ação para as Compras Públicas Ecológicas na SGPCM 88

4.4.8 Responsabilidade Social 89

4.4.9 Sistema de Gestão da Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal 90

4.4.10 Rede para a Gestão da Informação e Conhecimento das Secretarias-Gerais (GIC) 91

4.4.11 Campus XXI 92

4.4.12 Projeto "Catálogo de Serviços da SGPCM" 92

4.4.13 Projeto "InfoGest" 92

5. Orçamentação por programa **96**

6. Da Orientação Política à Ação Administrativa **97**

7. Inovação na gestão organizacional **98**

7.1 Levantamento de Perfis Funcionais 98

7.2 Ferramenta de política de Recursos Humanos 98

7.3 Ferramenta de Auto-Avaliação da Cultura de Inovação 99

8. Otimizar processos promovendo a inovação, a simplificação e a transparência **100**

8.1 GFIDOC – Sistema de Gestão Documental 100

8.2 Classifex 100

8.3 Archeevo 100

8.4 O plano de Preservação Digital 101

8.5 Portal das Fundações 101

8.6 Competências AP 102

8.7 PCM online 103

8.8 Gerhup 103

8.9 Carrinho de compras 103

9. Grandes desafios **104**

9.1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 104

9.2 Fundações e Utilidades Públicas 105

9.3 Transparência 106

10. Participação em grupos **107**

10.1 Rede de Serviços Jurídicos da Administração Pública (REJURIS) 107

10.2 Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado 107

10.3 Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) 107

10.4 Think Tank da Procuradoria-Geral da República 107

10.5 Grupo de Estados contra a Corrupção do Conselho da Europa (GRECO) 107

11. Novas Unidades Orgânicas e novas Competências **108**

11.1 A Comunicação

12. Desafios Futuros 110

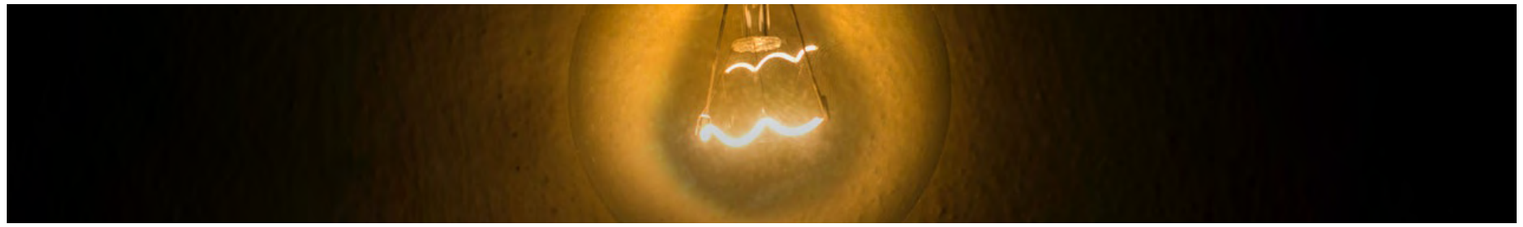
12.1 Pensar dentro da Caixa 110

12.2 Felicidade Organizacional 111

13. Do presente com olhos no futuro **112**

14. Agradecimento **114**

1. A Transformação



Desenhada por Alfredo Barroso, a orgânica da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (doravante SGPCM ou Secretaria-Geral) tem revelado a elasticidade necessária para se ir adaptando à realidade e circunstâncias de cada momento, provando, de forma exemplar, a sua notável capacidade de reconstrução e resiliência.

Todos os anteriores Secretários-Gerais, San-Bento Meneses, França Martins Alexandre Figueiredo e Sousa Rego, deixaram a sua marca e assumiram a tarefa, muitas vezes hercúlea, de defender o Estado, num contexto marcadamente mutável, com sucessivos e variados modelos orgânicos de governação.

Em tempos alguém me dizia "Sr. Dr., os Governos vão passando, mas nós por cá permanecemos". Esta é a mais absoluta das verdades. Nós, Secretaria-Geral, temos a responsabilidade de recomeçar tantas vezes quantas forem necessárias, mas nunca do zero. Aqui, existe História. Existe vida e todo um passado de aprendizagem e conhecimento que estará sempre presente em todas as nossas decisões.

Esta foi, consabidamente, uma escola de políticos que se foi moldando e despolitizando, tornando-se numa referência para toda a Administração Pública, tanto mais que é ao Secretário-Geral desta casa que incumbe a honrosa tarefa de representar a Administração Pública em sede de Protocolo de Estado.

Hoje, temos serviços partilhados que atuam na esfera do Primeiro-Ministro e de vários Gabinetes Ministeriais.

Dispomos de serviços partilhados nas mais variadas áreas, como a contabilidade, finanças, recursos humanos, jurídica, contratação e até mesmo gestão de frota e de outros recursos que disponibilizamos de forma ágil a cada alteração ministerial.

Processamos mais de 2400 vencimentos e gerimos os programas orçamentais da Presidência, Infraestruturas e Cultura.

Conseguimos desenhar uma Organização que se transformou na Secretaria-Geral do Centro do Governo, onde se monitorizam políticas públicas e se documentam alinhamentos que, por vezes, parecem políticos, mas que, na verdade, não são mais do que políticas públicas duráveis, cuja natureza e âmbito de atuação não se compadecem com contínuos e sucessivos processos de mudança.

É com muito orgulho que recebemos na nossa casa os aposentados que vão à nossa cantina ou o público que, com agrado, vem às nossas exposições e eventos sociais.

Cabe-nos cuidar dos que foram nossos, dos que nos ajudaram a crescer e que merecidamente fazem parte da nossa História.

Aqui, o foco são as pessoas. Aquelas a quem reconheço e nutro um profundo agradecimento pelo seu trabalho e empenho, por vezes generoso, mas sem o qual esta Organização nunca se teria tornado na referência que é hoje.

Acredito que "Gente Feliz faz Organizações Felizes" e é por esse mesmo motivo que queremos continuar a cuidar dos nossos. Queremos ser mais abertos, transparentes e próximos dos cidadãos.

Hoje somos uma equipa que sabe para onde vai, o que quer e que todas pessoas contam para que consigamos fazer mais e melhor.

Foram oito anos fantásticos de desafios e, principalmente, de aprendizagem. Tenho um orgulho imenso do que aqui foi feito.

Com o presente relatório pretende-se espelhar o caminho que foi feito desde 2017 até ao seu encerramento.

Para o efeito, este relatório divide-se em 4 partes distintas:

A primeira, com os passos que foram dados para a construção de um **plano estratégico** da SGPCM, a segunda, com o **caminho** e as condicionantes que fomos tendo ao longo deste período, seguida dos **resultados** obtidos e, por último, uma porta para o **futuro**.

2. A Construção da Estratégia

2.1 Metodologia da Estratégia

2017 - 2022

Com o objetivo claro de fazer um plano estratégico, em que todos se revissem, Tutela, Direção e Colaboradores, a elaboração do plano estratégico 2017-2022 contou com a participação de todos. Funcionários – técnicos e dirigentes –, nossos stakeholders, colaboradores e dirigentes de outras estruturas da Administração Pública que connosco colaboravam ou a quem prestávamos serviços, todos ajudaram a construir o plano estratégico, de modo a todos se sentissem comprometidos, tanto com o seu resultado como com a visão que ainda hoje se nos apresenta e que claramente se enraizou no discurso e na génese da Secretaria-Geral.

Ser a Secretaria-Geral do Centro do Governo

A ligação entre políticas governativas e a gestão pública é cada vez mais um desafio da administração pública moderna e a esta Secretaria-Geral passou a caber o desígnio, já não de ser a primeira das Secretarias-Gerais, mas sim a Secretaria-Geral que define rumos, onde se testam soluções, ideias e onde há disponibilidade para inovadoras formas de gestão.

Ser um laboratório de experimentação onde políticas e metodologias são testadas e replicadas, num espírito colaborativo onde os resultados são partilhados para disseminação positiva noutras organizações. A transparência, eficácia, eficiência e qualidade a que estão obrigadas as organizações administrativas do Estado, incentiva a que a estratégia da Secretaria-Geral da PCM contemple a reflexão organizativa como primeira resposta aos desafios que se apresentam.

Sendo a SGPCM um serviço central no âmbito Presidência do Conselho de Ministros (PCM), dotado de autonomia administrativa e diretamente dependente do Primeiro-Ministro ou do membro do Governo em quem aquele delegar, podemos resumir a sua missão da seguinte forma:

> **Assegurar e coordenar o suporte à atividade do Conselho de Ministros, do Primeiro-Ministro e da PCM.**

Face ao plano estratégico da Secretaria-Geral e sempre tendo em consideração os valores do (re) conhecimento, do rigor e da responsabilidade, ficaram estabelecidos para o quinquénio, que para além de apoiar a Tutela em tudo o que lhe for solicitado e delegado, os seguintes objetivos estratégicos e operacionais nomeadamente no que respeita a:

Afirmar o papel do Centro do Governo, reforçando o funcionamento integrado da AP

- Implementar a plataforma de Gestão de Recursos Humanos
- Apoio especializado ao Centro de Competências Jurídicas do Governo
- Promover a realização de fóruns e projetos no Centro do Governo
- Aumentar as orientações e boas práticas emitidas pela SG para a PCM
- Assegurar a representação do Governo em matéria de segurança e proteção de dados
- Assegurar a representação institucional no âmbito do Centro do Governo
- Assegurar a redução de custos com a gestão da frota do Governo

Potenciar a Coordenação nos diferentes eixos de intervenção da SGPCM

- Desenvolver produtos ou serviços prestados no âmbito da coordenação
- Ampliar os mecanismos de coordenação com gabinetes e entidades
- Garantir apoio especializado
- Gerir eficientemente os recursos.

Otimizar processos promovendo a inovação, a simplificação e a transparência

- Garantir apoio especializado
- Gerir eficientemente os recursos
- Dinamizar a gestão de projetos na SGPCM
- Simplificar e modernizar os processos e serviços prestados

Proporcionar o prestígio profissional e a realização pessoal

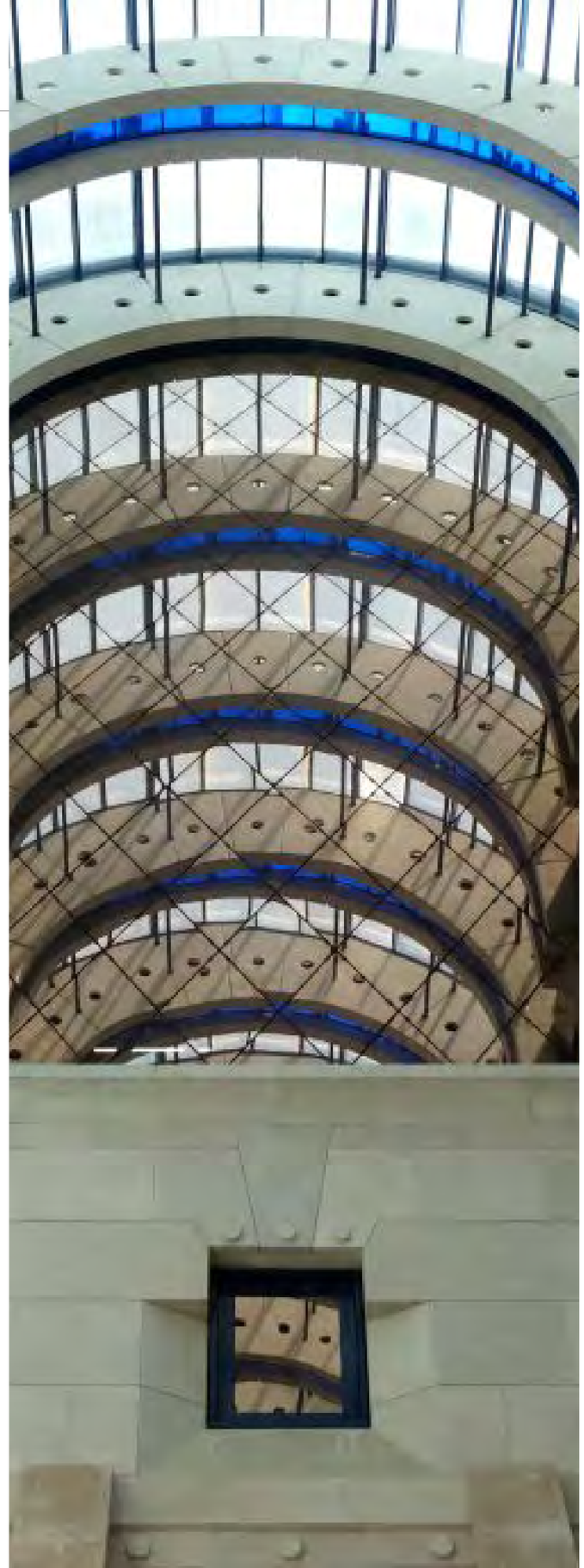
- Criar condições para a satisfação e motivação dos trabalhadores
- Promover o compromisso com a organização
- Desenvolver a gestão de carreiras

2023-2027

A reconfiguração do funcionamento e organização interna da Administração Central do Estado, no qual a SGPCM assumiu posição de coordenação administrativa (Despacho n.º 14408/2022), é um desafio que marcará os próximos anos da Administração Pública.

Para atingir os objetivos de longo prazo, o Plano Estratégico 2023-2027 definiu prioridades para concretizar a reforma da Administração Central do Estado e, em simultâneo, prosseguir a excelência de atuação nas competências atuais da SGPCM. O Plano foi alinhado com os documentos estratégicos nacionais, como as Grandes Opções do Plano, o Programa de Governo, o Plano Nacional de Reformas, entre outros, mas, sobretudo, com os objetivos da área governativa em que estamos, sem nunca perder de vista a visão que hoje se nos apresenta e que claramente se enraizou no discurso e na génese da Secretaria-Geral:

Ser a Secretaria Geral do Centro do Governo.



Face ao plano estratégico 2023-2027 e sempre tendo em consideração os valores do **(re)conhecimento**, do **rigor** e da **responsabilidade**, ficaram estabelecidos para o quinquénio, que para além de apoiar a Tutela em tudo o que lhe for solicitado e delegado, os seguintes objetivos estratégicos e operacionais nomeadamente no que respeita a:

Cuidar das pessoas e da sustentabilidade

Aprofundar a Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, pelo desenvolvimento de instrumentos de promoção da qualidade de vida e do bem-estar das pessoas trabalhadoras. Compreender e atuar sobre os temas críticos (sociais, ambientais e económicos) na cadeia de valor da organização, procurando soluções sustentáveis que forneçam valor para a gestão, clientes e sociedade.

Apostar na inovação e no conhecimento

Garantir que a atuação da SGPCM tem foco no cliente, adaptando e personalizando os serviços prestados às suas necessidades, tendo em vista a máxima satisfação.

Reforçar a orientação para o cliente

Garantir que a atuação da SGPCM tem foco no cliente, adaptando e personalizando os serviços prestados às suas necessidades, tendo em vista a máxima satisfação.

V1 Reforçar a orientação para o cliente

V2 Apostar na inovação e no conhecimento

OTIMIZAR PROCESSOS PARA A INOVAÇÃO, SIMPLIFICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

OBJETIVO OPERACIONAL 1

Num mundo cada vez mais globalizado, ágil e comumente mutável torna-se necessária a promoção da eficiência, da modernização, da inovação e da capacitação da AP, reforçando o contributo do Estado no geral e da administração pública no concreto para o crescimento e desenvolvimento económico e social. Neste pressuposto a simplificação e a transparência aliadas da inovação fomentam a transição necessária para um modelo disruptivo de respostas digitais na AP.

GARANTIR A TEMPESTIVIDADE DOS SERVIÇOS

OBJETIVO OPERACIONAL 3

A diversidade e multiplicidade de tarefas exige diariamente uma resposta célere da SGPCM em distintos campos de atuação dos serviços prestados. Urge reduzir o tempo médio de resposta, potenciando a eficiência da organização, traduzindo-se esta melhoria interna na excelência do exercício e desempenho de qualquer atividade.

POTENCIAR A ATIVIDADE DE COORDENAÇÃO

OBJETIVO OPERACIONAL 2

Um planeamento adequado torna-se a chave para o sucesso de uma boa coordenação, que através de uma apropriada monitorização refletem gradualmente uma evidente melhoria das atividades da organização. A SGPCM quer no âmbito orçamental, quer contratual, quer cumulativamente de desempenho emite o seu parecer, contribuindo para a melhoria e ajuste gradual das atividades inerentes no perímetro da PCM.

DESENVOLVER UMA GESTÃO MAIS EFICIENTE

OBJETIVO OPERACIONAL 4

A eficiência exalta a realização correta de determinada função. Extrapolando as atividades suficientes e necessárias a uma boa gestão organizacional importa aferir a sua adequada realização. Este mote discricionário de distinção evidenciará a eficiência da SGPCM no horizonte temporal da estratégia a implementar.

V3 Cuidar das pessoas e da sustentabilidade

DIMINUIR A PEGADA ECOLÓGICA

OBJETIVO OPERACIONAL 5

As orientações ambientais têm uma relevância substancial no contexto Internacional e nacional, sendo da responsabilidade de todos a sua Implementação. As organizações públicas devem neste sentido constituírem-se como bons exemplos para a sociedade, e para tal alinharem-se com as orientações emanadas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Neste sentido é necessário monitorizar questões-chave de eficiência energética e reduzir todos os índices suscetíveis de desperdício.

V2 Apostar na inovação e no conhecimento

PROMOVER O FUNCIONAMENTO INTEGRADO DA AP

OBJETIVO OPERACIONAL 6

A partilha e discussão de temáticas engrandece o pensamento. A SGPCM neste contexto, e para além das comuns atividades asseguradas pelas Secretarias-Gerais no âmbito da administração direta do Estado, tem refletida na orgânica a sua dimensão de entidade agregadora de boas práticas, incorporando conhecimento e devolvendo-o com valor acrescentado à Administração.

V1 Reforçar a orientação para o cliente

GARANTIR SATISFAÇÃO COM SERVIÇOS PRESTADOS

OBJETIVO OPERACIONAL 7

A qualidade dos serviços prestados torna-se evidente com o grau de satisfação dos Intervenientes recetores desses mesmos serviços. Importa neste sentido aferir quais as componentes que melhor satisfazem os critérios de excelência exigidos. A análise destes resultados permite avaliar e especificar as particularidades suscetíveis de melhoria contínua.

2.2 Mapa Estratégico

2017-2022

Evoluir o papel do **Centro do Governo** e o **funcionamento integrado da AP**

Potenciar a **Coordenação** nos diferentes eixos de intervenção

Robustecer a prestação dos **Serviços Partilhados**

CIDADÃOS

11 - Contribuir para "melhorar a qualidade da democracia"

10 - Garantir a satisfação com os serviços prestados

POLÍTICAS PÚBLICAS

9 – Assegurar o suporte à implementação de políticas públicas

8 - Reforçar a especialização técnica nas funções de coordenação

7 - Reforçar a qualidade da prestação centralizada de serviços

6 - Promover o funcionamento em rede/integrado na AP

OPERAÇÃO

5 - Apoiar a monitorização dos instrumentos estratégicos da atividade governativa

4 - Reforçar a instrução de processos de suporte à decisão dos Membros do Governo

3 - Garantir a tempestividade dos Serviços Partilhados da SGPCM

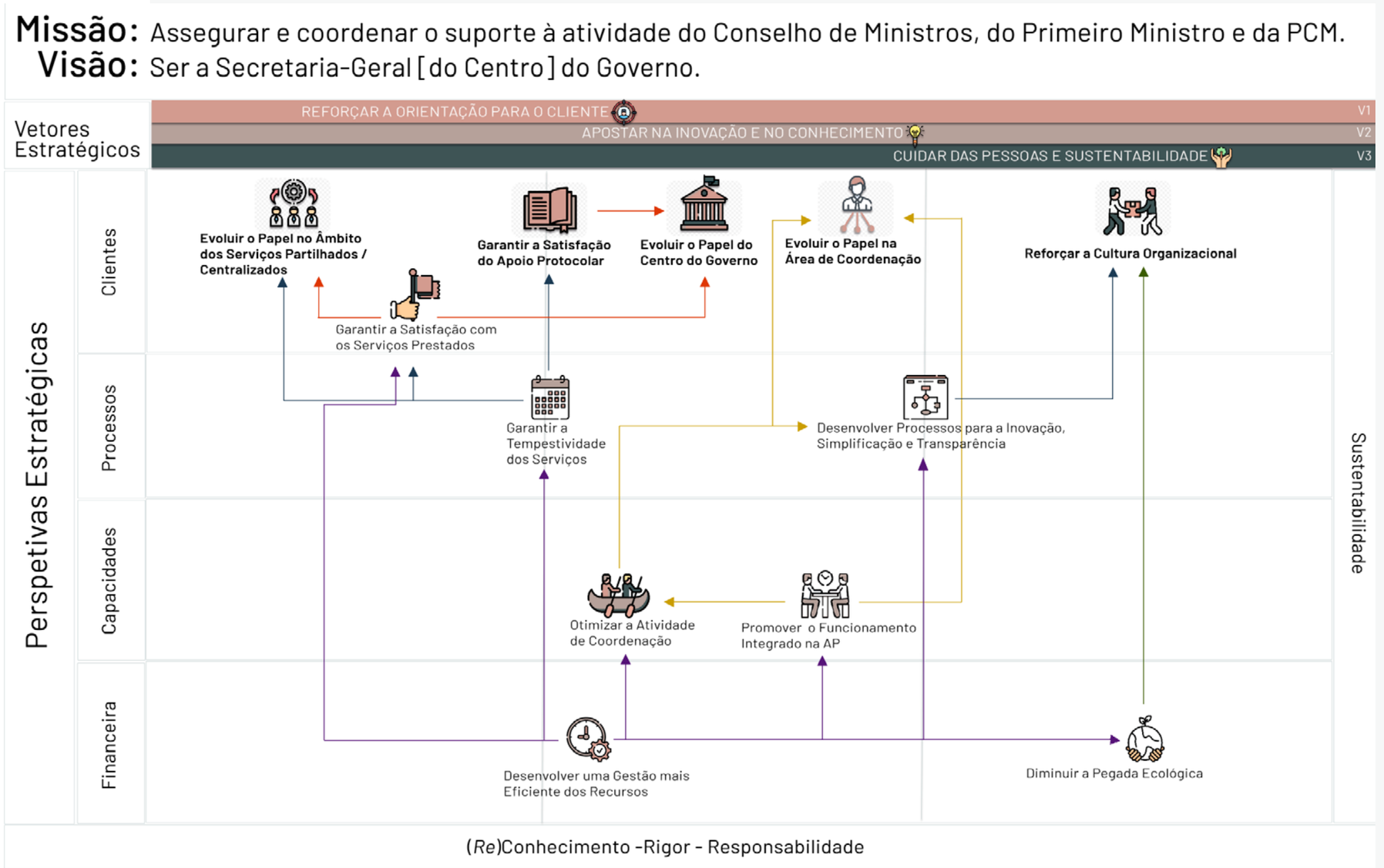
2 – Otimizar processos, promovendo a inovação, a simplificação e a transparência

RECURSOS

1 – Potenciar a inovação através da (re)qualificação e motivação dos profissionais

2.3 Mapa Estratégico

2023-2027



2.4 Condicionantes

A lei orgânica da SGPCM reforça a posição central da organização e define um conjunto muito alargado de atribuições, as quais se podem dividir, em grande parte, em torno de **três eixos de atuação**:

1

GOVERNO

2

COORDENAÇÃO

3

SERVIÇOS PARTILHADOS

Relativamente ao primeiro eixo cumpre destacar o papel da SGPCM junto do principal órgão executivo da Administração Pública (AP), o Governo. Nesse âmbito, a organização assumiu a sua presença no Centro do Governo (CoG [1]), assim como a prestação de serviços técnicos e administrativos aos gabinetes das áreas governativas apoiadas. Quanto ao segundo eixo de atuação, importa recordar que a SGPCM teve atribuições em matéria de coordenação, de auditoria e inspeção, de relações internacionais e prospetiva na área de Presidência do Conselho de Ministros. Finalmente, o terceiro eixo evidencia o importante papel que a SGPCM desempenhou enquanto entidade prestadora de Serviços Partilhados, pois recai sobre si a realização de diversos serviços de suporte às 98 entidades (excluindo órgãos consultivos) das áreas governativas [2].

1 Sigla do inglês "Center of Government", uma expressão utilizada pela OCDE.
2 Em 2024: (1) Presidência; (2) Coesão Territorial; (3) Assuntos Parlamentares; (4) Infraestruturas e Habitação; (5) Juventude e Modernização; (6) Cultura.

Cuidar as Pessoas

Cuidar é o segredo do negócio, a estratégia de ser a entidade que cuida dos seus, quer estes sejam os seus clientes - gabinetes, entidades-, quer sejam os seus colaboradores tem sido o segredo para uma cultura organizacional forte ao serviço de todos e em que colaboradores felizes fazem organizações felizes preparadas para todos os desafios hoje reconhecida por todos os pares da Administração Pública Portuguesa.

3. O Caminho

3.1 Desenvolvimento da Orgânica

3.1.1 O Governo

2017 — 24

Desde 2017 que a orgânica do Governo sofreu alterações muito impactantes na gestão e desempenho da Secretaria-Geral, como se pode ver na linha do tempo que se segue desde a tomada de posse do XXI Governo.

Durante este período a Secretaria-Geral foi tutelada, pelo Professor Prata Roque de 26 de novembro de 2015 a 14 de julho de 2017, posteriormente pelo Professor Tiago Antunes até 26 de outubro de 2019, entre a mesma data e 2 de abril de 2024 pelo Dr. André Moz Caldas e, desde a entrada do XXIV Governo Constitucional até à presente data, pelo Dr. Rui Armindo Freitas.

Na verdade, desde 2017, até aos dias de hoje, a SGPCM foi objeto de profundas e necessárias restruturações. Olhando para a informação contida nos quadros e cronologia a seguir apresentados, facilmente constatamos que as sucessivas mudanças, sobretudo no que concerne ao número de gabinetes e entidades, foram sempre impactantes no desenho, quantidade e, em especial, nas competências que foram sendo atribuídas à Secretaria-Geral.

ANO 2017	
GABINETE	ENTIDADES
12	61

ANO 2018	
GABINETE	ENTIDADES
12	61

ANO 2019	
GABINETE	ENTIDADES
21	73

ANO 2020	
GABINETE	ENTIDADES
23	75

ANO 2021	
GABINETE	ENTIDADES
23	75

ANO 2022	
GABINETE	ENTIDADES
19	83

ANO 2023	
GABINETE	ENTIDADES
19	92

ANO 2024	
GABINETE	ENTIDADES
19	98

Quadro de Evolução de número de Gabinetes e Entidades apoiadas

Cronologia

Gabinetes afetos à SGPCM

2017–2024

2017

14/07/2017 – SAÍDA

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, **Miguel Prata Roque**

14/07/2017 – ENTRADA

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, **Tiago Antunes**

2018

15/10/2018 – SAÍDA

Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, **Graça Fonseca**

15/10/2018 – ENTRADA

Secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa, **Luís Goes Pinheiro**

15/10/2018 – SAÍDA

Ministro da Cultura, **Luís Castro Mendes**

15/10/2018 – ENTRADA

Ministra da Cultura, **Graça Fonseca**

17/10/2018 – SAÍDA

Secretário de Estado da Cultura, **Miguel Honrado**

17/10/2018 – ENTRADA

Secretária de Estado da Cultura, **Ângela Ferreira**

2019

17/02/2019 – SAÍDA

Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, **Pedro Nuno Santos**

17/02/2019 – ENTRADA

Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, **Duarte Cordeiro**

18/02/2019 – SAÍDA

Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, **Pedro Marques**

18/02/2019- ENTRADA

Ministro das Infraestruturas e da Habitação, **Pedro Nuno Santos**

18/02/2019- SAÍDA

Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, **Nelson de Souza**

18/02/2019- SAÍDA

Secretário de Estado das Infraestruturas, **Guilherme W. d'Oliveira Martins**

18/02/2019- ENTRADA

Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, **Alberto Souto de Miranda**

18/02/2019- ENTRADA

Secretário de Estado das Infraestruturas, **Jorge Delgado**

18/02/2019- ENTRADA

Secretária de Estado da Habitação, **Ana Pinho**

18/02/2019- SAÍDA

Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, **Maria Manuel Leitão Marques**

18/02/2019- SAÍDA

Secretária de Estado Adjunta do Primeiro-Ministro, **Mariana Vieira da Silva**

18/02/2019- ENTRADA

Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, **Mariana Vieira da Silva**

26/10/2019- SAÍDA

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, **Tiago Antunes**

26/10/2019- ENTRADA

Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, **Tiago Antunes**

26/10/2019- SAÍDA

Secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa, **Luís Goes Pinheiro**

26/10/2019- ENTRADA

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, **André Moz Caldas**

26/10/2019- ENTRADA

Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, **Cláudia Pereira**

26/10/2019- ENTRADA

Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media, **Nuno Artur Silva**

26/10/2019- SAÍDA

Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, **Maria do Céu Antunes**

26/10/2019- ENTRADA

Secretário de Estado do Planeamento, **José Gomes Mendes**

26/10/2019- ENTRADA

Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, **Alexandra Leitão**

26/10/2019 – ENTRADA

Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa, **Maria de Fátima Fonseca**

26/10/2019 – ENTRADA

Secretário de Estado da Administração Pública, **José Couto**

26/10/2019 – ENTRADA

Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, **Jorge Botelho**

26/10/2019 – ENTRADA

Ministra da Coesão Territorial, **Ana Abrunhosa**

26/10/2019 – ENTRADA

Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, **Carlos Miguel**

26/10/2019 – ENTRADA

Secretária de Estado da Valorização do Interior, **Isabel Ferreira**

2020

17/09/2020 – SAÍDA

Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, **Alberto Souto de Miranda**

17/09/2020 – ENTRADA

Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, **Hugo Santos Mendes**

17/09/2020 – SAÍDA

Secretária de Estado da Habitação, **Ana Pinho**

17/09/2020 – ENTRADA

Secretária de Estado da Habitação, **Marina Gonçalves**

06/11/2020 – SAÍDA

Secretário de Estado do Planeamento, **José Gomes Mendes**

06/11/2020 – ENTRADA

Secretário de Estado do Planeamento, **Ricardo Pinheiro**

2021

Nenhuma alteração até à data de 1 de novembro de 2021.

2022

30/03/2022 – saída todos os gabinetes apoiados pela SGPCM no XXII GC

30/03/2022 - ENTRADA

Primeiro-Ministro, **António Costa**

Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa, **Mário Campolargo**

Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, **Tiago Antunes**

Ministra da Presidência, **Mariana Vieira da Silva**

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, **André Moz Caldas** SECRETÁRIO

de Estado do Planeamento, **Eduardo Pinheiro**

Secretária de Estado da Administração Pública, **Inês Ramires**

Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, **Ana Catarina Mendes**

Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, **João Paulo Correia**

Ministro da Cultura, **Pedro Adão e Silva**

Secretária de Estado da Cultura, **Isabel Cordeiro**

Ministro das Infraestruturas e da Habitação, **Pedro Nuno Santos**

Secretário de Estado das Infraestruturas, **Hugo Santos Mendes**

Secretária de Estado da Habitação, **Marina Gonçalves**

Ministra da Coesão Territoria, **Ana Abrunhosa**

Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, **Isabel Ferreira**

Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, **Carlos Miguel**

02/05/2022 – SAÍDAS

Secretária de Estado da Igualdade e Migrações, **Sara Guerreiro**

02/05/2022 – ENTRADAS

Secretária de Estado da Igualdade e Migrações, **Isabel Almeida Rodrigues**

22/09/16 - ENTRADAS

Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, **Miguel Alves**

11/10/2022 – SAÍDAS

Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, **Miguel Alves**

02/12/2022 - ENTRADAS

Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, **António Mendonça Mendes**

2023

04/01/2023 – SAÍDA

Ministro das Infraestruturas e da Habitação, **Pedro Nuno Santos**

Secretário de Estado das Infraestruturas, **Hugo Santos Mendes**

Secretária de Estado da Habitação, **Marina Gonçalves**

04/01/2023 - ENTRADA

Ministro das Infraestruturas, **João Galamba**

Secretário de Estado das Infraestruturas, **Frederico Francisco**

Ministra da Habitação, **Marina Gonçalves**

Secretária de Estado da Habitação, **Fernanda Rodrigues**

13/11/2023 – SAÍDA

Ministro das Infraestruturas, **João Galamba**

Secretário de Estado das Infraestruturas, **Frederico Francisco**

15/11/2023 - ENTRADA

Secretário de Estado Adjunto e das Infraestruturas, **Frederico Francisco**

2024

02/04/2024 – saída todos os gabinetes apoiados pela SGPCM no XXIII GC

02/04/2024 - ENTRADA

Primeiro-Ministro, **Luís Montenegro**

Ministro da Presidência, **António Leitão Amaro**

Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, **Manuel Castro Almeida**

Ministro dos Assuntos Parlamentares, **Pedro Duarte**

Ministro das Infraestruturas e Habitação, **Miguel Pinto Luz**

Ministra da Juventude e Modernização, **Margarida Balseiro Lopes**

Ministra da Cultura, **Dalila Rodrigues**

05/04/2024 - ENTRADA

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, **Paulo Lopes Marcelo**

Secretário de Estado Adjunto da Presidência, **Rui Armindo Freitas**

Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, **Hélder Reis**

Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, **Hernâni Dias**

Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, **Carlos Abreu Amorim**

Secretário de Estado do Desporto, **Pedro Dias**

Secretário de Estado das Infraestruturas, **Hugo Espírito Santo**

Secretária de Estado da Mobilidade, **Cristina Pinto DiaS**

Secretária de Estado da Habitação, **Patrícia Gonçalves Costa**

Secretária de Estado Adjunta e da Igualdade, **Carla Mouro**

Secretário de Estado da Modernização e Digitalização, **Alberto Rodrigues da Silva**

Secretária de Estado da Cultura, **Maria de Lurdes Craveiro**

3.1.2 A Secretaria-Geral

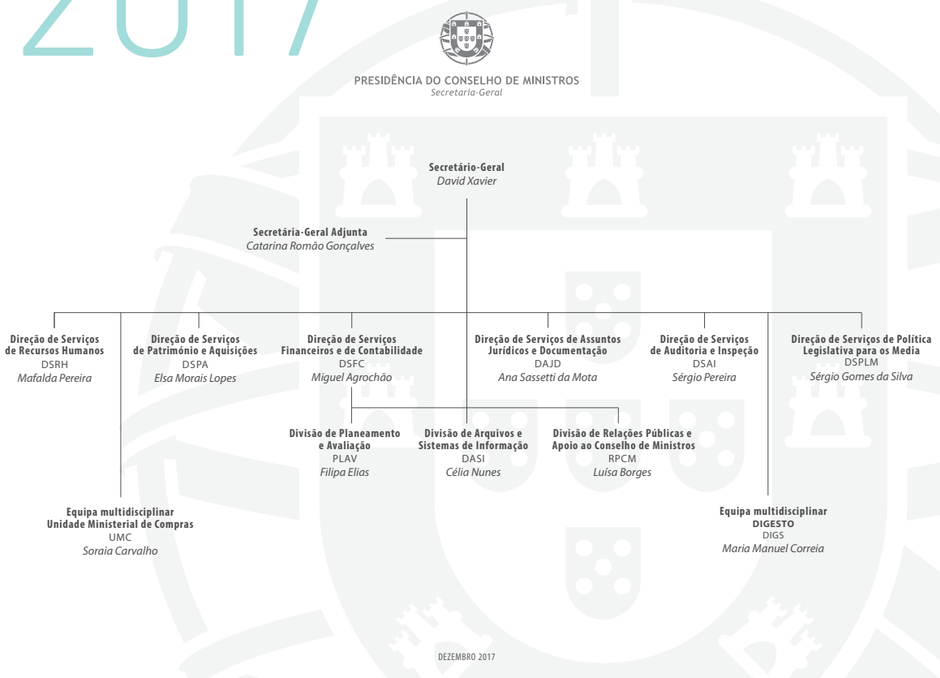
Para acompanhar todas estas alterações significativas também a orgânica da Secretaria-Geral foi sendo alterada, culminando com a alteração total de 2021 plasmada na lei orgânica de 1 de abril.

Data produção de efeitos	Lei orgânica
01/04/2021	D.L. 20/2021, 15 março
	Estrutura Nuclear
14/11/2019	Portaria n.º 395/2019, de 13 novembro
01/05/2021	Portaria n.º 95/2021, de 30 de abril
	Estrutura Flexível
01/12/17	Despacho n.º 10732/2017 - Criação da Divisão de Arquivos e Sistemas de Informação
14/11/19	Despacho n.º 11325/2019 - Criação da Divisão de Apoio à Residência Oficial do Primeiro-Ministro
01/06/20	Despacho n.º 6382/2020 - Criação Divisão Financeira
14/11/2022	Despacho n.º 1934/2023 – Criação da Divisão de Contratação Pública
01/02/2023	Despacho n.º 2716/2023 – Criação da Divisão de Descontos e Abonos
01/05/2024	Despacho n.º 6842/2024 – Criação da Divisão de Formação e Relações de Trabalho
	Equipas multidisciplinares
01/05/2024	Despacho n.º 6842/2024 – Criação da Divisão de Formação e Relações de Trabalho
	Despacho n.º 2733/2018 - Criação EM de apoio a novas estruturas (NEO)
01/04/18	Despacho n.º 3671/2018 - Constituição de EM de Organização e Projetos (OPE)
23/09/19	Despacho 9625/2019 - Constituição de EM de Contratação e Unidade Ministerial de Compras
01/01/20	Despacho 525/2020 - Criação da EM de gestão por processos e desenvolvimento organizacional
01/07/21	Despacho 7381/2021 - Criação EM de Assessoria, Gestão da Informação, Identidade e Redes
14/11/2022	Despacho n.º 2004/2023 – Criação da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Residência Oficial do Primeiro-Ministro (EM-ROPM)
01/02/2023	Despacho n.º 2717/2023 – Criação da Equipa Multidisciplinar de Relações Internacionais e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (RIA2030)
01/01/2024	Despacho n.º 2145/2024 – Criação da Equipa Multidisciplinar de Inovação, Estratégia e Monitorização (InovEM)
	Núcleos
01/07/2021	Despacho n.º 7376/2021 - Constituição do Núcleo de Apoio Técnico-Jurídico
01/07/2021	Despacho n.º 7378/2021 - Constituição do Núcleo de Coordenação Estratégica
01/02/2023	Despacho n.º 2714/2023 - Criação do Núcleo Técnico-Jurídico da Transparência
01/02/2023	Despacho n.º 2715/2023 – Criação do Núcleo de Suporte Logístico
01/01/2024	Despacho n.º 2146/2024 – Criação do Núcleo de Comunicação
01/09/2024	Despacho n.º 11957/2024 – Criação do Núcleo de Documentação e Arquivo

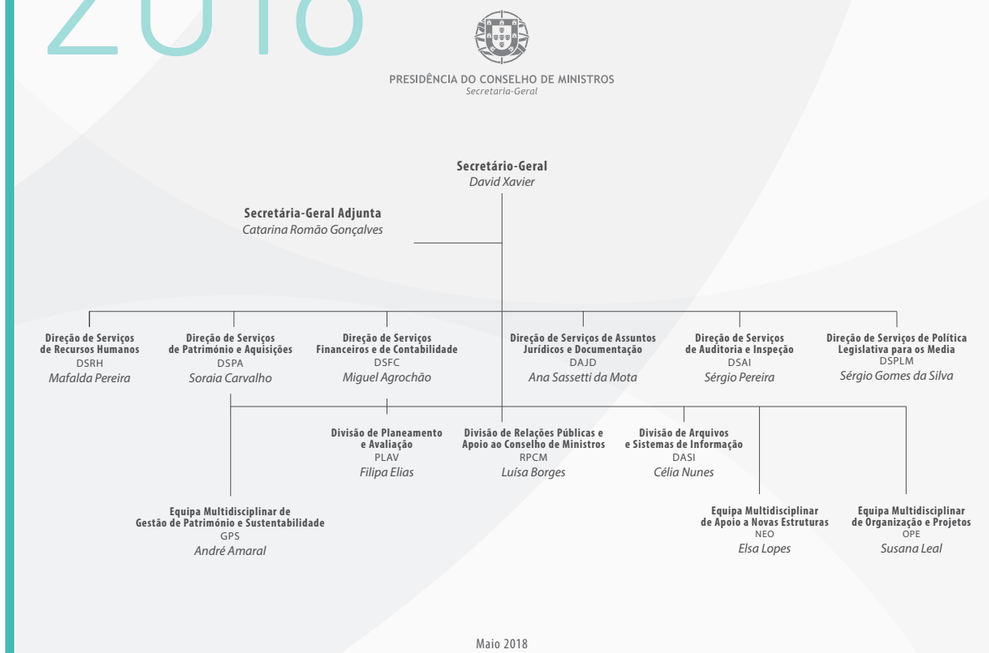
A Lei Orgânica da SGPCM (Decreto-Lei n.º 20/2021 de 15 de março) veio estatuir importantes alterações relativamente à estrutura da organização. Estas alterações vêm no sentido de adaptar a organização à evolução das atribuições que lhe são definidas pelo Governo. O ano de 2021 vem dar início a esta transformação, o que teve implicações ao nível da direção superior e da direção intermédia. A organização interna da SGPCM obedece a um modelo estrutural misto (artigo 6.º), ou seja, as áreas funcionais que se materializam na estrutura nuclear e flexível são de modelo hierarquizado, enquanto que as equipas multidisciplinares (EM) são de modelo matricial. A SGPCM tem uma Direção Superior, da qual consta 1 SG e 3 SGA e é constituída por 20 (vinte) UO, das quais 6 (seis) são Direções de Serviço e 5 (cinco) Divisões, para além das 4 (quatro) Equipas Multidisciplinares e 5 (cinco) Núcleos.

Como se pode ver nos mapas seguintes, houve uma sistemática alteração, não só das Unidades Orgânicas constituintes, mas também, das lideranças das mesmas, que foram acompanhando o desenvolvimento da Secretaria-Geral, destacando uma capacidade de transformação e adaptação ímpar na Administração Pública portuguesa.

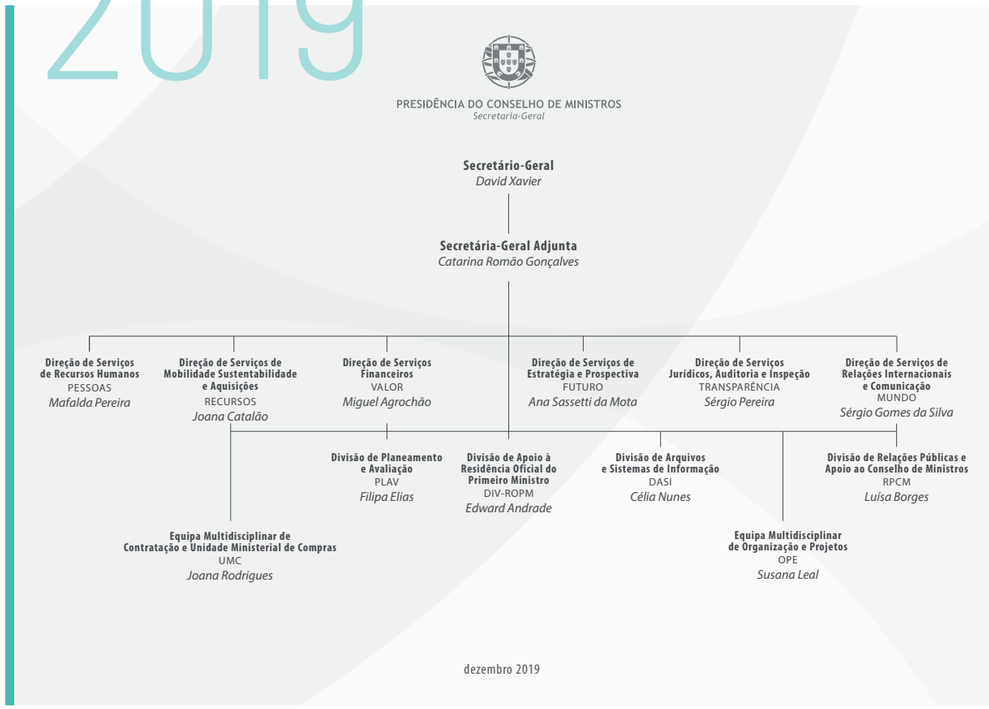
2017



2018



2019



2020

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Secretário-Geral
David Xavier

Secretária-Geral Adjunta
Catarina Romão Gonçalves

- **Direção de Serviços de Recursos Humanos** — PESSOAS — *Mafalda Pereira*
  - **Equipa Multidisciplinar de Organização e Projetos** — OPE — *Susana Leal*
- **Direção de Serviços de Mobilidade Sustentabilidade e Aquisições** — RECURSOS — *Joana Catalão*
  - **Equipa Multidisciplinar de Contratação e Unidade Ministerial de Compras** — CUMC — *Joana Rodrigues*
- **Direção de Serviços Financeiros** — VALOR — *Filipa Elias*
  - **Divisão Financeira** — DIV-FIN — *Alexandra Costa*
- **Direção de Serviços de Estratégia e Prospectiva** — FUTURO — *Miguel Agrochão*
  - **Divisão de Apoio à Residência Oficial do Primeiro Ministro** — DIV-ROPM — *Edward Andrade*
- **Direção de Serviços Jurídicos, Auditoria e Inspeção** — TRANSPARÊNCIA — *Sérgio Pereira*
  - **Divisão de Arquivos e Sistemas de Informação** — DASI — *Célia Nunes*
  - **Equipa Multidisciplinar de Gestão de Processos e Desenvolvimento Organizacional** — EMGO — *João Costa*
- **Direção de Serviços de Relações Internacionais e Comunicação** — MUNDO — *Sérgio Gomes da Silva*
  - **Divisão de Relações Públicas e Apoio ao Conselho de Ministros** — RPCM — *Isabel Tadeu*

dezembro 2020

2021

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

julho

Secretário-Geral
David Xavier

Secretária-Geral Adjunta
Catarina Romão Gonçalves

Secretário-Geral Adjunto
Concurso a decorrer, consultar aviso em: https://www.cresap.pt/procedimentos-concursais/item/791-1206-cresap-46-05-21

- **Direção de Serviços de Recursos Humanos** — PESSOAS — Mafalda Pereira
  - **Núcleo de Apoio Técnico-Jurídico** — NATJ — Rosalina Martins
- **Direção de Serviços de Mobilidade, Sustentabilidade e Aquisições** — RECURSOS — Joana Catalão
  - **Divisão de Apoio à Residência Oficial do Primeiro Ministro** — DIV-ROPM — Edward Andrade
  - **Equipa Multidisciplinar de Contratação e Unidade Ministerial de Compras** — CUMC — Joana Rodrigues
- **Direção de Serviços Financeiros** — VALOR — Sandra Rosa
  - **Divisão Financeira** — DIV-FIN — Alexandra Costa
- **Direção de Serviços de Estratégia e Prospectiva** — FUTURO — Filipa Elias
  - **Núcleo de Coordenação Estratégica** — NCE — Ana Margarida Alves
  - **Equipa Multidisciplinar de Performance Organizacional e Projetos** — POP — João Costa
- **Direção de Serviços Jurídicos, Auditoria e Inspeção** — TRANSPARÊNCIA — Sérgio Pereira
- **Direção de Serviços de Relações Internacionais e Comunicação** — MUNDO — Sérgio Gomes da Silva
  - **Divisão de Relações Públicas e Apoio ao Conselho de Ministros** — RPCM — Isabel Tadeu
- **Equipa Multidisciplinar de Assessoria, Gestão da Informação, Identidade e Redes** — AGIR — Susana Leal
  - **Divisão de Arquivos e Sistemas de Informação** — DASI — Célia Nunes

2022

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

setembro

Secretário-Geral
David Xavier

Secretário-Geral Adjunto
(Vago)

Secretária-Geral Adjunta
Fátima Costa Ferreira

- **Direção de Serviços de Recursos Humanos** — PESSOAS — Mafalda Pereira
  - **Núcleo de Apoio Técnico-Jurídico** — NATJ — Rosalina Martins
- **Direção de Serviços de Mobilidade, Sustentabilidade e Aquisições** — RECURSOS — Joana Catalão
  - **Divisão de Apoio à Residência Oficial do Primeiro Ministro** — DIV-ROPM — Edward Andrade
  - **Equipa Multidisciplinar de Contratação e Unidade Ministerial de Compras** — CUMC — Joana Rodrigues
- **Direção de Serviços Financeiros** — VALOR — Sandra Rosa
  - **Divisão Financeira** — DIV-FIN — Alexandra Costa
- **Direção de Serviços de Estratégia e Prospectiva** — FUTURO — Filipa Elias
  - **Núcleo de Coordenação Estratégica** — NCE — Ana Margarida Alves
  - **Equipa Multidisciplinar de Performance Organizacional e Projetos** — POP — João Costa
- **Direção de Serviços Jurídicos, Auditoria e Inspeção** — TRANSPARÊNCIA — Sérgio Pereira
- **Direção de Serviços de Relações Internacionais e Comunicação** — MUNDO — Sérgio Gomes da Silva
  - **Divisão de Relações Públicas e Apoio ao Conselho de Ministros** — RPCM — Isabel Tadeu
- **Equipa Multidisciplinar de Assessoria, Gestão da Informação, Identidade e Redes** — AGIR — Susana Leal
  - **Divisão de Arquivos e Sistemas de Informação** — DASI — Célia Nunes

2023

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

fevereiro

Secretário-Geral
David Xavier

Secretária-Geral Adjunta
Susana Melo

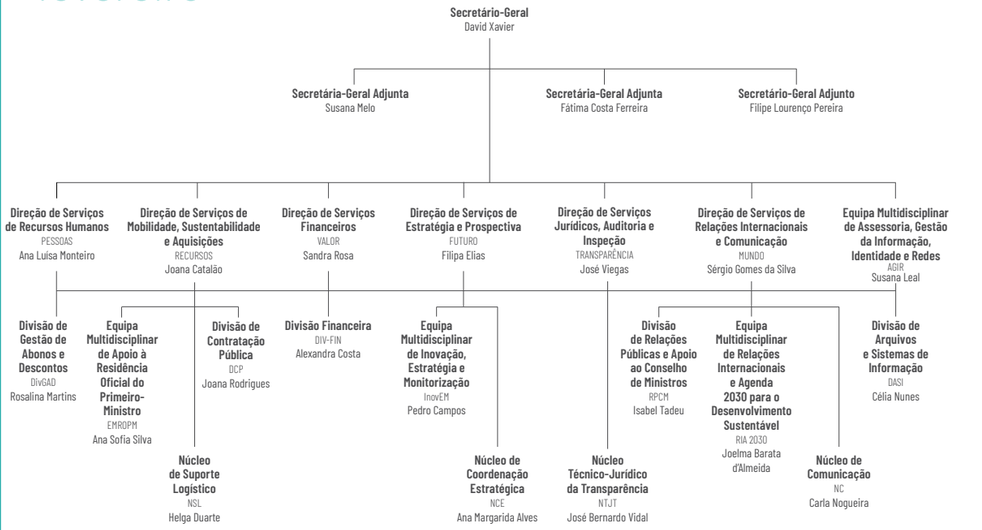
Secretária-Geral Adjunta
Fátima Costa Ferreira

- **Direção de Serviços de Recursos Humanos** — PESSOAS — Mafalda Pereira
  - **Núcleo de Apoio Técnico-Jurídico** — NATJ — Rosalina Martins
- **Direção de Serviços de Mobilidade, Sustentabilidade e Aquisições** — RECURSOS — Joana Catalão
  - **Equipa Multidisciplinar de Apoio à Residência Oficial do Primeiro-Ministro** — EMROPM — Ana Sofia Silva
  - **Divisão de Contratação Pública** — DCP — Joana Rodrigues
- **Direção de Serviços Financeiros** — VALOR — Sandra Rosa
  - **Divisão Financeira** — DIV-FIN — Alexandra Costa
- **Direção de Serviços de Estratégia e Prospectiva** — FUTURO — Filipa Elias
  - **Núcleo de Coordenação Estratégica** — NCE — Ana Margarida Alves
  - **Equipa Multidisciplinar de Performance Organizacional e Projetos** — POP — João Costa
- **Direção de Serviços Jurídicos, Auditoria e Inspeção** — TRANSPARÊNCIA — Sérgio Pereira
- **Direção de Serviços de Relações Internacionais e Comunicação** — MUNDO — Sérgio Gomes da Silva
  - **Divisão de Relações Públicas e Apoio ao Conselho de Ministros** — RPCM — Isabel Tadeu
- **Equipa Multidisciplinar de Assessoria, Gestão da Informação, Identidade e Redes** — AGIR — Susana Leal
  - **Divisão de Arquivos e Sistemas de Informação** — DASI — Célia Nunes

2024

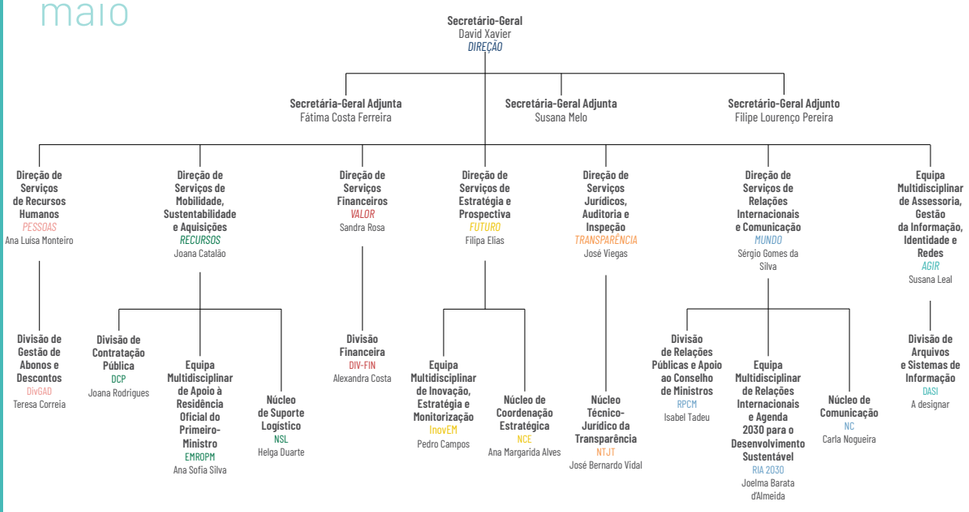
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

fevereiro



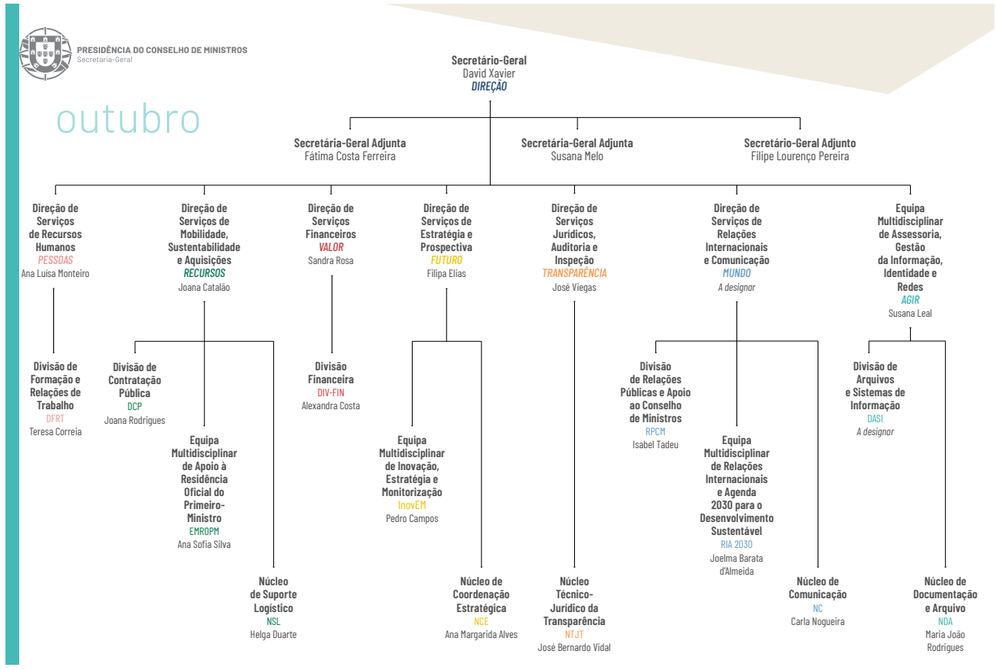
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

maio



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

outubro



3.2 Recursos Humanos

Durante o período a que reporta este documento, até termos atingido em 31 de outubro de 2024, o número de 258 trabalhadores, entre os quais Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos, Técnicos Superiores, Técnicos e Especialistas de Informática, passaram pela SGPCM 632 trabalhadores.
Dir-se-ia mesmo que a grande alteração orgânica foi acompanhada por uma revolução na equipa que constitui a Secretaria-Geral. Recorrendo, quase sempre, ao veículo da mobilidade na administração pública, foi possível atrair um número significativo de trabalhadores.

A idade média decresceu ao longo período, voltando a aumentar ligeiramente nestes últimos dois anos, embora se mantenha abaixo da inicial. A estabilidade na idade média indica uma força de trabalho relativamente madura e experiente, sem grandes mudanças etárias ao longo dos anos, o que também é resultado de baixas taxas de renovação do quadro de funcionários públicos.
A taxa de absentismo em 2017 era de 6,9% tendo registado, ao longo dos anos uma tendência decrescente até atingir os 2,3% em 2024.
Atualmente, a taxa de absentismo traduz-se, essencialmente, na ausência por motivos de parentalidade, ao contrário do que sucedeu em anos transatos, onde o absentismo se encontrava maioritariamente associado a doenças prolongadas num universo de recursos humanos envelhecido.

É verdade que o aumento dos recursos humanos foi muito significativo, mas andou sempre atrás do aumento de competências atribuídas à SGPCM, mantendo, ainda hoje e, apesar deste crescimento, o défice de Recursos Humanos para os desafios que temos de tratar.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (até 31.10)
Número de pessoas a exercer funções na SGPCM	135	162	188	217	228	235	246	258
Idade média dos trabalhadores	50	47	47	48	48	48	49	49
Taxa de absentismo	6,9	4,2	6	2,8	2,7	2,9	2,6	2,3

	2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024 (até 31.10)	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Dirigentes	4	7	4	7	5	7	5	7	5	9	3	12	4	13	4	14
Técnico Superior	23	52	31	67	33	75	33	100	52	88	51	94	47	111	46	124
Informático	4	1	4	1	5	1	4	1	4	2	7	2	7	2	8	2
Assist. Técnico	11	27	11	31	16	27	19	25	20	25	19	26	18	25	19	25
Assist. Operacional	5	1	6	0	16	3	15	8	15	8	15	6	13	6	11	5
	47	**88**	**56**	**106**	**75**	**113**	**76**	**141**	**96**	**132**	**95**	**140**	**89**	**157**	**88**	**170**

3.3 Recursos Financeiros

Os recursos financeiros à disposição da SGPCM, durante este período, foram acompanhando o desenvolvimento da mesma, ainda que, por vezes, com um vincado desfasamento entre necessidades e disponibilidades.

O aumento de recursos humanos consumiu parte significativa do incremento do Orçamento disponível. Paralelamente, se por um lado houve um aumento da receita para a aquisição de bens e serviços, por outro, verifica-se, igualmente, um aumento da despesa por conta do acréscimo do número de gabinetes governamentais e entidades, a que a SGPCM tem de prestar apoio.

A Secretaria-Geral tem feito um esforço muito significativo para regularizar situações que vinham do passado, quer no que respeita a fornecedores, quer no que respeita a compromissos.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Valor do Orçamento global	**18 582 398,00**	**15 566 403,00**	**17 129 793,00**	**20 370 691,00**	**20 222 943,00**	**19 805 011,00**	**22 138 618,00**	**21 617 409,00**
Orçamento de Atividades	**18 207 127,00**	**14 480 849,00**	**15 799 728,00**	**17 036 234,00**	**16 846 846,00**	**17 097 449,00**	**18 768 112,00**	**19 284 111,00**
Despesas de Pessoal	4 608 737,00	5 387 562,00	6 099 638,00	6 322 758,00	6 655 337,00	7 258 667,00	7 443 807,00	8 443 623,00
Aquis. Bens e Serviços	5 945 974,00	4 430 616,00	4 833 016,00	5 314 132,00	5 284 292,00	4 779 565,00	5 438 871,00	5 916 164,00
Aquis. Bens de Capital	816 188,00	111 305,00	307 055,00	730 897,00	765 692,00	1 119 874,00	1 762 890,00	698 759,00
Restantes Agrupamentos Despesa	6 836 228,00	4 551 366,00	4 560 019,00	4 668 447,00	4 141 525,00	3 939 343,00	4 122 544,00	4 225 565,00
Orçamento de Projetos	**375 271,00**	**1 085 554,00**	**1 330 065,00**	**3 334 457,00**	**3 376 097,00**	**2 707 562,00**	**3 370 506,00**	**2 333 298,00**
Despesas de Pessoal	17 752,00				44 000,00			322 760,00
Aquis. Bens e Serviços	299 119,00	463 525,00	490 995,00	1 474 456,00	1 472 097,00	1 119 654,00	3 370 506,00	2 010 538,00
Aquis. Bens de Capital	58 400,00	622 029,00	839 070,00	1 860 001,00	1 860 000,00	1 587 908,00		
Restantes Agrupamentos Despesa								
Variação Orçamento Global		**-3 015 995,00**	**1 563 390,00**	**3 240 898,00**	**-147 748,00**	**-417 932,00**	**2 333 607,00**	**-521 209,00**

3.4 Edifícios

A SGPCM atua desde a formalização das ocupações, passando pelas eventuais obras de reabilitação, até à manutenção e serviços conexos indispensáveis ao bom e regular funcionamento de cada edifício agregado.

Nos últimos tempos, o edificado sob a responsabilidade da SGPCM diminuiu significativamente por consequência da libertação de vários espaços até então tomados de arrendamento a entidades públicas, privadas e do setor empresarial do estado, fruto da concentração de serviços no Campus XXI.

Atualmente temos sob a nossa responsabilidade cerca de 14 edifícios, entre os quais o edifício sito no Campus XXI.

Imóvel	ROPM Rua Imprensa à Estrela n.º 4 a 10 1200-888 Lisboa	Armazém do Pendão Rua basto Nunes, n.º 29 2745-078 Queluz	Assembleia da República Praça de S. Bento 1249-068 Lisboa	Palácio Foz Praça dos Restauradores, nº 25-45 1250-187 Lisboa	Edifício da PCM Rua Prof. Gomes Teixira nº 2 1399-022 Lisboa	Av. Defensores de Chaves, n.º 6 1000-117 Lisboa	Quartéis Travessa Cima dos Quartéis, n.º 62A e 62B 1250-074 Lisboa	GPIAAF Praça Duque de Saldanha nº 31, 4º 1050-094 Lisboa	ANBA (Academia Nacional de Belas Artes) Rua Capelo, n.º 11 e 13 1249-110 Lisboa	MCT Praça do Comércio 1149-010 Lisboa	Inválidos do Comércio Rua Possidónio da Silva, n.º 204 a 206 Rua do Possolo, n.º 19 a 25 1350-250 Lisboa	Palácio Nacional da Ajuda 1300-018 Lisboa	CIG Rua Almeida Brandão , n.º 7 Lisboa	Rua Filipe Folque n.º 44 1069-123 Lisboa
Entidade	GPM	SGPCM	GSEAP	SGPCM	SGPCM	- CEGER - SSI - AGIF - CRESAP	SGPCM	GPIAAF	ANBA	MCT	SGPCM	MC	CIG	PLANAPP
Tipo de utilização	Própria	Arrendamento	Partilhada	Própria	Própria	Arrendamento	Própria	Própria	Própria				ADMINISTRATIVA	ADMINISTRATIVA
Proprietário	ESTADO PORTUGUÊS	JOSÉ VALA	ESTADO PORTUGUÊS	ESTADO PORTUGUÊS	ESTADO PORTUGUÊS	ESTAMO	ESTADO PORTUGUÊS		ESTADO PORTUGUÊS	ESTADO PORTUGUÊS	INVALIDOS DO COMERCIO	DGPC	JOSÉ LUÍS da COSTA QUINTINO Herdeiros	ESTADO PORTUGUÊS
Data de início do contrato de arrendamento	NA	01/03/69	NA	NA	NA								01/01/68	
Data de fim do contrato de arrendamento	NA	31/07/23	NA	NA	NA								28/02/19	
N.º de Pisos	4	1		5	9	9	1	1	3	1	1	1	6	8 Só utilizamos o 4º e 5º Pisos
Área bruta	3 792m2	1 924,6m2	232m2	1 214m2	8 080m2	4 234,76m2	400,00m2	168,22m2	453, 525m2				913,60m2	1 330,00m2
Área útil		1472,4m2				1 681,96m2							740,60m2	
Áreas acessórias		0			42 lugares na garagem	29 lugares nas garagens	0	2 lugares (1 na garagem 1 frente da garagem)	0	0	0	0	0	0
Renda ou onerosidade	26 544,00 €	6 000,00 €	1 624,00 €	8 498,00 €	57 584,00 €								6 113,84 €	
Outros custos (ex. condomínio, manutenção, seguros, IMI, etc)		0,00 €											AD/731/2021 29 299,37€	
N.º de funcionários no espaço	80	0	18	11	331		0	10					49	30
Atendimento ao público	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não					Sim	Sim
Espaço partilhado com outras entidades	Sim - SEAPM	Sim	Sim	- PSP - Loja dos Museus - Carteira Profissional dos Jornalistas - Cinemateca. Júnior - Observatório para a comunicação Social - Museu do Desporto - Inspeção Geral dos espetáculos e Cultura - Representante Geral das Repúblicas das ilhas da Madeira e Açores - Sala de Imprensa Estrangeira (MNE)	- PSP - JurisAPP Centro de Competências Jurídicas do Estado - SIRP Sistema de Informação da República Portuguesa - SS - Serviços Sociais	- CEGER - SSI - AGIF - CRESAP	Não	Não			Sim	Não	Não
Investimento (investimentos efetuados na instalação)	2014 - 70.030€ 2015 - 39.000€ 2018 - 938.700€			2015 - 45.446€ 2018 - 27.008€ 2020 - 600.000€ (ConRest)	2013 - 171.936,00€ 2015 - 409.604,00€ 2016 - 86.512,00€ 2018 - 86.298,00€		2019 - 30 599,29€ (1ª fase) 2020 - 15 836,05€ (A/C) 13 128,12€ (2ª fase)	2019 - 30.599,29€ (1ª fase) 2020 - 15.836,05€ (A/C) 13.128,12€ (2ª fase)					2019 - 34 872,82€ (CEGER) 2021 - 29 299,37€ (CIG)	2021 - 29 299,37€

3.5 Serviços Prestados

Os serviços prestados pela SGPCM incluem áreas de atuação tão diversas quanto o processamento de vencimentos, contabilidade e finanças, gestão da frota, gestão e manutenção de espaços, gestão de arquivo, apoio na construção e consolidação de planos estratégicos, entre outros, conforme decorre da informação contida na tabela infra.

COORDENAÇÃO ORÇAMENTAL
Alterações Orçamentais
PAEPS
Reportes (nº total, em bolo)
CGE

COORDENAÇÃO DESEMPENHO
Plano de Atividades e QUAR
Reformulação PA/QUAR
Relatório de Atividades e Autoavaliação
Monitorização dos Objetivos do PO (3º e 4ºT)

FINANCEIRA
Preparação/Submissão das Propostas de Orçamento (inclui a criação de orgânicas no caso de novas entidades)
Execução Orçamental da Despesa (Alterações orçamentais, Cabimentos, Compromissos, PAP's, Pagamentos, RAP's, PLC's)
Execução Orçamental da Receita (emissão, liquidação, cobrança, restituições)
Instrução dos pedidos de reforço orçamental (descativos, dotação centralizada, dotação provisional)
Gestão de Tesouraria (criação de contas bancárias, pagamento de DUC's, apuramento de saldos de caixa, reconciliações bancárias)
Reportes de informação contabilística junto da DGO (Fundos Disponíveis, Orçamento de Tesouraria Mensualizado, Unidade de Tesouraria, Pagamento em Atraso, Investimentos Estruturantes, Pedidos de Transição de Saldos)
Monitorização dos Projetos de Investimento (ex.º PRR, FSI, FE)
Instrução e Submissão das Contas de Gerência
Reconciliação das contas alusivas às retenções efetuadas nos vencimentos (Segurança Social, Autoridade Tributária, Caixa Geral de Aposentações, ADSE, penhoras)
Instrução dos Pedidos de Autorização para Encargos Plurianuais (Portarias Extensão de Encargos e RCM's)
Constituição, reconstituição e Liquidação dos Fundos de Maneio

GESTÃO DE CONTRATOS
Assegurar a gestão física e financeira de todos os contratos em execução afetos à SGPCM: a) Acompanhar de forma permanente a execução material, técnica, e financeira do contrato
Assegurar a gestão física e financeira de todos os contratos em execução afetos à SGPCM: b) Comunicação entre o orgão competente da entidade adjudicante, apresentar um relatório fundamentado das medidas que se revelem adequadas ao caso concreto, sempre que sejam detetados quaisquer desvios, defeitos ou outras circunstâncias anómalas na execução do contrato
Assegurar a gestão física e financeira de todos os contratos em execução afetos à SGPCM: c) Elaborar indicadores de execução qualitativos e quantitativos adequados, que permitam medir os níveis de desempenho do cocontratante na execução do contrato a cada momento
Assegurar a gestão física e financeira de todos os contratos em execução afetos à SGPCM: d) Garantir o cumprimento de planos de faturação nos termos do Caderno de Encargos e do contrato
Assegurar a coordenação e apoio entre os serviços integrados na SGPCM, os Gabinetes das áreas governativas apoiadas e as Entidades respetivas
Assegurar a gestão de Armazém processamento de todos os pedidos de economato e respetiva entrega
Assegurar a gestão e processamento de todos os pedidos Equipamentos e de Comunicações Móveis
Preparar, propor e executar todos os procedimentos necessários ao início e à cessação de funções dos membros do Governo integrados na PCM e nas áreas governativas apoiadas, bem como dos membros dos respetivos gabinetes

GESTÃO DE FROTA
Assegurar a gestão física e financeira de todos os contratos em execução relativos a Viaturas
Garante a gestão dos serviços, processos e equipamentos associados à frota automóvel gerida pela SGPCM
Assegurar a gestão do ciclo de vida das viaturas associadas à frota automóvel gerida pela SGPCM
Garantir a gestão dos serviços, processos e equipamentos associados à frota automóvel
Gerir os lugares do parque de estacionamento

MANUTENÇÃO DO EDIFÍCIO

- Assegurar a gestão das instalações da SGPCM, Gabinetes, e Entidades às quais presta apoio
- Coordenar e acompanhar a manutenção dos equipamentos
- Coordenar e acompanhar Serviço Mudanças

UNIDADE MINISTERIAL DE COMPRAS

- Instrução de procedimentos centralizados
- Instrução de procedimentos singulares

TRANSPARÊNCIA

- Transparência
- Apoio Jurídico
- Proteção de Dados

RECURSOS HUMANOS

- Processamento vencimentos/Proposta OE
- Apoio juridico RH
- Formação profissional
- Recrutamento
- SIOE

RELAÇÕES PÚBLICAS

- Apoio protocolar em eventos

3.6 Coordenação

No âmbito da Coordenação, a SGPCM afirmou-se como unidade transversal, quer na gestão dos programas orçamentais, quer na UMC, e mais tarde na DCO, UGP e todo o trabalho de coordenação da interligação dos planos estratégicos sectoriais e individuais de cada uma das entidades que compõe o perímetro apoiado pela SGPCM.

A Coordenação orçamental acompanhou o número de programas orçamentais que se podem observar pela tabela.

LINHA CRONOLÓGICA
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS ORÇAMENTAIS
EVOLUÇÃO 2017-2024

	2017							TOTAIS	
Designação | PO	Nº	Nº Entidades	Valor Executado Orçamento	Nº total de Pareceres da EC	N.º de pareceres de PAEPS	Valor global atribuído em Pareceres	Valor atribuído em PAEPs	N. pareceres	Valores
Governação	2	27	134,10	73		10,36		73	10,36
Cultura	9	25	420,30	65		534,58		65	534,58
Infraestruturas e Habitação	14	25	2 719,00	73		761,62		73	761,62
TOTAL			3 273,40	211		1 306,56		211	1 306,56

	2018							TOTAIS	
Designação | PO	Nº	Nº Entidades	Valor Executado Orçamento	Nº total de Pareceres da EC	N.º de pareceres de PAEPS	Valor global atribuído em Pareceres	Valor atribuído em PAEPs	N. pareceres	Valores
Governação	2	24	143,50	83		18,55		83	18,55
Cultura	9	25	456,70	82		95,46		82	95,46
Infraestruturas e Habitação	14	22	2 974,18	121		833,13		121	833,13
TOTAL			3 574,38	286		947,14		286	947,14

	2019							TOTAIS	
Designação | PO	Nº	Nº Entidades	Valor Executado Orçamento	Nº total de Pareceres da EC	N.º de pareceres de PAEPS	Valor global atribuído em Pareceres	Valor atríbuido em PAEPs	N. pareceres	Valores
Governação	2	24	**146,00**	91		100,97		91	100,97
Cultura	9	25	439,90	83		70,21		83	70,21
Infraestruturas e Habitação	14	23	2 959,90	156		701,36		156	701,36
TOTAL			3 545,80	330		872,53	-	330	872,53

	2020							TOTAIS	
Designação | PO	Nº	Nº Entidades	Valor Executado Orçamento	Nº total de Pareceres da EC	N.º de pareceres de PAEPS	Valor global atribuído em Pareceres	Valor atríbuido em PAEPs	N. pareceres	Valores
Governação	2	45	854,60	193	24	122,78	5,70	217	128,49
Cultura	12	27	458,40	86	82	114,17	66,09	168	180,27
Infraestruturas e Habitação	18	19	2 826,60	53	158	79,18	333,38	211	412,56
TOTAL			4 139,60	332	264	316,13	405,18	596	721,31

	2021							TOTAIS	
Designação | PO	Nº	Nº Entidades	Valor Executado Orçamento	Nº total de Pareceres da EC	N.º de pareceres de PAEPS	Valor global atribuído em Pareceres	Valor atríbuido em PAEPs	N. pareceres	Valores
Governação	2	45	185,78	171	48	82,30	9,39	219	91,68
Cultura	12	27	842,90	104	96	399,43	144,83	200	544,26
Infraestruturas e Habitação	18	19	6 009,87	45	672	185,79	1 964,13	717	2 149,92
TOTAL			7 038,54	320	816	667,51	2 118,35	1 136,00	2 785,86

* Os dados foram retirados da CGE de cada um dos anos (2017 a 2020) e do relatório da proposta do OE2021 (proposta de orçamento)

Relativamente aos dados dos pareceres e valores,os dados foram retirados do ficheiro da pág. Gestão do tempo do sharepoint PCM

Relativamente aos dados dos PAEPs em 2017 e 2018 não existia aplicação da DGO nos SOL pelo que não é possível obter dados. No ano de 2019 não se registaram PAEPs na aplicação da DGO

	2022							TOTAIS	
Designação | PO	Nº	Nº Entidades	Valor Executado Orçamento	Nº total de Pareceres da EC	N.º de pareceres de PAEPS	Valor global atribuído em Pareceres	Valor atríbuido em PAEPs	N. pareceres	Valores
Governação	2	54	1 556,10	159	25	124,95	24,57	184	149,52
Cultura	10	27	513,30	83	23	56,35	368,78	106	425,13
Infraestruturas e Habitação	16	21	3 334,10	43	71	307,25	915,20	114	1 222,45
TOTAL			5 403,50	285	119	488,55	1 308,55	404,00	1 797,10

	2023							TOTAIS	
Designação | PO	Nº	Nº Entidades	Valor Executado Orçamento	Nº total de Pareceres da EC	N.º de pareceres de PAEPS	Valor global atribuído em Pareceres	Valor atríbuido em PAEPs	N. pareceres	Valores
Governação	2	57	1 620,32	229	33	302,76	41,48	262	344,23
Cultura	10	30	562,18	92	19	173,98	104,53	111	278,51
Infraestruturas e Habitação	16	24	3 755,56	77	27	2 607,57	259,84	104	2 867,41
TOTAL			5 938,06	398	79	3 084,31	405,84	477,00	3 490,15

	2024							TOTAIS	
Designação | PO	Nº	Nº Entidades	Valor Executado Orçamento	Nº total de Pareceres da EC	N.º de pareceres de PAEPS	Valor global atribuído em Pareceres	Valor atríbuido em PAEPs	N. pareceres	Valores
Governação	2	60	1 184,24	324	24	723,00	24,79	348	747,79
Cultura	10	25	295,56	93	15	241,32	123,66	108	364,98
Infraestruturas e Habitação	16	39	4 332,65	117	100	1 311,00	384,79	217	1 695,79
TOTAL			5 812,46	534	139	2 275,32	533,25	673,00	2 808,57

Os valores dos PAEPs foram retirados da DGO Online, considerando apenas os pareceres finalizados e submetidos à tutela e à DGO.
O valor em PAEPs corresponde ao Total com IVA
O "Valor Executado Orçamento" para 2022 corresponde à Despesa efetiva recolhida da CGE (Despesa efetiva = Despesa total - Agrupamento 12 - Agrupamento 10 - Agrupamento 9)
O "Valor Executado Orçamento" para 2024 corresponde à Despesa efetiva recolhida da CGE (Despesa efetiva = Despesa total - Agrupamento 12 - Agrupamento 10 - Agrupamento 9)
O "Valor Executado Orçamento" para 2024 corresponde à Despesa Efetiva retirada da Execução de Novembro 2024 do SIGO (Despesa efetiva = Despesa total - Agrupamento 12 - Agrupamento 10 - Agrupamento 9)
Nota 1: O Valor global atribuído em Pareceres do PO16 para 2023 inclui o valor correspondente ao Pedido de Antecipação de Fundos da IP no valor de 1111 MEur.
Nota 2: O Valor global atribuído em Pareceres dos PO02, PO10 e PO16 para 2024 incluem os valores correspondentes a Pedido de Antecipação de Fundos nos montantes de 22,2 Meur, 101,34 Meur e 112,75 Meur, respetivamente.
Nota 3: Atendendo à orgânica do XXIV Governo Constitucional, em 2024 houve alterações de entidades Tuteladas, entre os PO's, nomeadamente a RTP que passou do PO 10 (Cultura) para o PO 02 (Governação) e o PO 16 (Infraestruturas e Habitação) passou a incluir entidades anteriormente Tuteladas pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

3.7 Colaboração

Durante este quinquénio foi desenvolvido um trabalho de reforço de participação da SGPCM em diversos fóruns entre os quais se destacam:

1. **OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico**
   Participação da SGPCM nas reuniões anuais dos dirigentes de topo dos Centros do Governo dos países da OCDE;

2. **AGIF- Comissão Instaladora da Agência para a Gestão de Fogos Rurais**

3. **ANEPC - Comissão Nacional de Proteção Civil**

4. **CRESAP- Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública**

5. **CTIC - Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública**
   SGPCM é membro do conselho técnico do CTIC

6. **Reuniões de Secretários-Gerais**

7. **INA**
   Presença nos em congressos, nas formações dadas sobre Liderança na Administração Pública, assim como na formação para técnicos e dirigentes do parlamento de Timor sobre o mesmo assunto; o apoio à implementação do concurso centralizado na administração pública foi uma das funções em que muitos dos trabalhadores da SGPCM estiveram envolvidos; destaca-se ainda a participação, ativa, na criação da Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020 -2023.

8. **Trabalho Colaborativo**
   Em cumprimento do Despacho n.º 3614-D/2020, de 23 de março, da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, a equipa coordenadora do Sistema de Incentivos à Inovação na Gestão Pública (SIIGeP) promoveu a elaboração de um Plano de Trabalho Colaborativo na Administração Pública, reunindo um vasto universo de parceiros, entre os quais a SGPCM, num propósito comum.
   Este plano, destinado a proporcionar suporte à atividade dos serviços e dos trabalhadores em novos ambientes do trabalho, materializou-se em 22 projetos, com equipas multidisciplinares e transversais, oriundas de 27 entidades do setor público e da sociedade civil, cabendo à SGPCM a participação nos seguintes:
   - Guia para a liderança de equipas de trabalho em ambiente digital;
   - Matriz de apoio à criação de equipas de trabalho transversal;
   - Instrumento de apoio à comunicação interna nas entidades públicas;
   - Guia para o apoio ao bem-estar e saúde mental dos trabalhadores em teletrabalho;
   - Oferta formativa específica em segurança e saúde no trabalho;
   - Guia para a liderança de equipas de trabalho em ambiente digital;

9. **Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador de avaliação de Desempenho de Serviços**
   Em março 2020, no âmbito da Rede Interministerial para a Modernização Administrativa (RIMA), através do Grupo Temático "Gestão", foi deliberada a reativação e recomposição do Grupo de Trabalho (GT CCAS), adaptando-o às competências do novo elenco governativo, com a missão de operacionalizar tecnicamente as atividades que suportam o Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços (CCAS). Para este efeito, foi aprovado o respetivo Plano de Ação e calendário preliminar para os dois anos que vigora este grupo.

   O GT CCAS é coordenado pela Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) e pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM), que têm como responsabilidades dinamizar e monitorizar os trabalhos e respetivas linhas do Plano de Ação em vigor, assegurar o suporte administrativo, técnico e logístico, e prestar contas ao membro do Governo que tenha a pasta da Administração Pública.

   Em termos de modelo de governança, o GT CCAS conta com os representantes dos Serviços Coordenadores com Atribuições em matéria de Planeamento e Avaliação (SIADAP 1) de todas as áreas governativas e outras entidades convidadas.

   O Plano de Ação 2020 - 2022 compreendeu um conjunto de 17 de Linhas de Ação e obteve uma taxa de execução 98%.
   Por orientação da tutela da Administração Pública, atendendo aos resultados significativamente positivos obtidos nesse biénio, foi dada continuidade ao desenvolvimento dos trabalhos através da corporização do Plano de Ação 2023 – 2025, aprovado em setembro de 2023. Este Plano de Ação teve por base a análise do Relatório de Avaliação respeitante à concretização das diferentes linhas de ação do Plano de Ação para o período de 2020-2022 e compreendeu 9 Linhas de Ação.

   Com a publicação do Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, foi pedido ao GT CCAS que procedesse ao estudo e elaboração de uma proposta de Matriz de Excelência, aplicável no âmbito do SIADAP 1, cujos trabalhos exploratórios foram executados.

   O conjunto dos trabalhos já desenvolvidos para o biénio 2023 – 2025 e a sua continuidade dependem da reorganização da Administração Pública, decorrente do exposto no Decreto-Lei n.º 43-B/2024, de 2 de julho.

10. PREVPAP

No âmbito da estratégia de combate à precariedade o XXI Governo levou a cabo um Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na AP, previsto na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

Para implementação da estratégia foram criadas as Comissões de Avaliação Bipartida (CAB), apoiadas por um Secretariado de Apoio Técnico (SAT). No âmbito da PCM foi criado o SAT a quem competia assessorar 3 áreas governativas (Cultura, Presidência e Infraestruturas), que ficou a cargo de pessoal da SGPCM.

A Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 331/2017, de 3 de novembro, estabeleceu os procedimentos da avaliação de situações a submeter ao PREVAP e criou as Comissões de Avaliação Bipartida (CAB), constituídas por representantes ministeriais, dos serviços e das associações sindicais.

As CAB tinham, assim, como objetivo avaliar se as funções exercidas pelos trabalhadores correspondiam a necessidades permanentes e, em caso afirmativo, se os vínculos jurídicos ao abrigo dos quais essas funções eram exercidas se mostravam adequados.

Foi, assim, criada a Comissão de Avaliação Bipartida da Presidência e da Modernização Administrativa e do Ministro-Adjunto (CAB PCM), que iniciou os seus trabalhos no dia 30 de maio de 2017.

Os trabalhos deliberativos da CAB PCM, decorreram durante 20 sessões, e terminaram no dia 4 de maio de 2018, sendo que todos os pareceres emitidos pela CAB PCM foram homologados pela Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e pela Secretária de Estado da Administração e Emprego Público, sem reservas.

11. SAMA – Programa Estratégico

A SGPCM, conjuntamente com a Marinha e o GNS, propôs-se desenvolver, no âmbito de uma candidatura conjunta (e aprovada) ao AVISO Nº 04/SAMA2020/2019 do SAMA 2020 o projeto GEES – Gestão Estratégica no Estado.

Este projeto pretendia desenvolver metodologias de alinhamento estratégico e ferramenta tecnológica de suporte à elaboração, monitorização e relato dos instrumentos de gestão.

O projeto subdividia-se em quatro linhas de trabalho complementares:

- Experimentação e conceptualização de uma metodologia de elaboração do Plano Estratégico da área governativa;

- Experimentação conceptualização de uma metodologia de elaboração de um Plano Estratégico da entidade (PE Setorial), alinhando com o PE da respetiva área governativa e passível de ser desdobrado nos instrumentos de gestão anuais (Plano de Atividades e QUAR);

- Desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica de suporte à elaboração, monitorização e relato dos instrumentos de gestão nos diferentes níveis de intervenção (PE da área governativa; PE da Entidade; Instrumentos anuais de planeamento da entidade;

- Desenvolvimento e implementação de um plano de comunicação que conduzisse a uma sensibilização e comprometimento das entidades participantes equipas e pessoas com o projeto, gestão da mudança e a uma eficaz demonstração e disseminação dos resultados do projeto. O projeto assumia como ponto de partida quer a experiência da SGPCM, no alinhamento entre objetivos do programa orçamental e o SIADAP 1 das entidades, quer reconhecida experiência metodológica e respetiva plataforma de suporte da Marinha Portuguesa, bem como a maturidade do processo estratégico do Gabinete Nacional de Segurança (GNS).

12. Promoção da Literacia Mediática através do GILM – Grupo Informal sobre Literacia para os Media

Este Grupo Informal, de que a SGPCM é membro particularmente ativo, tem por objetivo contribuir para elevar os níveis de literacia mediática dos portugueses, isto é, as competências, os conhecimentos e a compreensão que permitem aos cidadãos utilizar os meios de comunicação social de forma eficaz e segura. Possuir esta literacia implica saber aceder, utilizar e analisar a informação de forma crítica, bem como criar conteúdos mediáticos com responsabilidade e segurança.
Iniciativas mais recentes:

VI Congresso Literacia, Media e Cidadania, Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa, 21 e 22 de abril de 2023;

- Coorganização da operação 7 Dias com os Media 2023, 3 a 9 de maio;
- Coorganização da operação 7 Dias com os Media 2024, 3 a 9 de maio;
- Evento de lançamento da operação 7 Dias com os Media, Biblioteca Orlando Ribeiro, Lisboa, 23 de janeiro de 2024;
- Coorganização da Matiné de Cinema e Literacia Fílmica, com o visionamento do filme "Uma Turma Difícil" de Marie-Castille Mention-Schaar, seguida de debate, Escola Secundária Vergílio Ferreira, 3 de maio de 2024;
- 7.º Encontro Nacional de Educação para os Media, subordinado ao tema Jovens, Redes Sociais, Desinformação e Intolerância, Agrupamento de Escolas Vila Nova da Barquinha, 9 de maio de 2024;

- Co-organização da Matiné de Cinema e Literacia Fílmica, com o visionamento do filme Uma Turma Difícil de Marie-Castille Mention-Schaar, seguida de debate, Escola Secundária Vergílio Ferreira, 3 de maio de 2024;
- 7.º Encontro Nacional de Educação para os Media, subordinado ao tema Jovens, Redes Sociais, Desinformação e Intolerância, Agrupamento de Escolas Vila Nova da Barquinha, 9 de maio de 2024.

13. Prémio de Jornalismo "Direitos Humanos e Integração" (13. A 18.ª Edições)

A atribuição anual do Prémio de Jornalismo "Direitos Humanos e Integração" é uma iniciativa conjunta da SGPCM e da Comissão Nacional da Unesco (CNU) que tem por objetivo estimular o contributo da comunicação social para o aumento da compreensão e do olhar inclusivo sobre quem é diferente, frequentemente discriminado e desrespeitado nos seus Direitos fundamentais.

14. Parceria com IPDJ e CENJOR: 3 workshops sobre Discursos de Ódio e Paz em Tempos de Guerra, Lisboa, Porto e virtual, 6, 7 e 8 de maio de 2024;

15. Entrega de Prémios do concurso Media@ção 2021/2022 em julho 2022; 2022/2023 em julho de 2023 e 2023/2024 em julho de 2024 numa parceria

16. **No âmbito do Programa ECO.AP 2030**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro, na sua atual redação, desde janeiro de 2021, a SGPCM encontra-se designada para interlocutora (Coordenadora de Energia e Recursos) das áreas governativas: Presidência, Infraestruturas e Habitação, Coesão Territorial, Cultura, Assuntos Parlamentares e Juventude e Modernização.

    Neste âmbito a SGPCM tem vindo a garantir:

    • A consolidação da rede de Gestores de Energia e Recursos (GER);

    • O apoio na realização de várias ações de capacitação e formação para os GER e CER;

    • A publicação dos Despachos para as áreas governativas apoiadas, termos do n.º 1 do Capítulo IV do Anexo do Programa ECO.AP.

17. **Desde 2023, a SGPCM integra o Grupo de Coordenação para a implementação e Monitorização da Estratégica Nacional para as Compras Públicas Ecológicas – ECO360**, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, de 10 de fevereiro.

18. **Reder Nacional de Administração Aberta – representante da Área de Governo da Presidência e da Modernização Administrativa:**

    Com o objetivo de implementar a participação nacional na OGP, a Agência para a Modernização Administrativa promoveu, em maio de 2018, a criação da Rede Nacional de Administração Aberta, para desenvolver, coordenar, executar e supervisionar o Plano de Ação Nacional de Administração Aberta.

    A Rede Nacional de Administração Aberta integra representantes governamentais e da Sociedade Civil e prevê canais de participação presencial e online.

    Para além da Agência para a Modernização Administrativa, que coordena os trabalhos, a Rede é constituída pelas seguintes entidades:

    - Área de Governo da Presidência e da Modernização Administrativa;
    - Autoridade Tributária;
    - Provedor de Justiça;
    - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos;
    - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas;
    - Associação Nacional de Jovens Empresários;
    - Associação Nacional de Municípios Portugueses;
    - Plataforma de Associações da Sociedade Civil;
    - Transparência e Integridade.

4. A resposta

4.1 Serviços Financeiros

No âmbito dos serviços prestados pela área financeira, o número de entidades que a SGPCM apoia cresceu substancialmente desde o ano de 2017 até aos dias de hoje.

No quadro infra pode-se observar a evolução do número de contas de gerência sob a responsabilidade da Secretaria-Geral. Esta evolução também foi seguida por um aumento da complexidade devido à tipologia de entidades a apoiar.

AF	2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024	
	Individuais	Consolidadas	Individuais	Consolidadas	Individuais	Consolidadas	Individuais	Consolidadas	Individuais	Consolidadas	Individuais	Consolidadas	Individuais	Consolidadas	Individuais	Consolidadas
AG PCM	9	1	8	1	8	1	7	1	7	1	14	1	10	1	18	1
GAF PCM	8	1	8	1	8	1	6	1	9	1	10	1	10	1	9	1
AG MC	2	1	2	1	2	1	3	1	3	1	4	1	2	1	2	1
AG MIH	4	1	4	1	4	1	4	1	4	1	4	1	3	1	6	1
GAF MC	8	1	8	1	8	1	8	1	8	1	9	1	9	1	8	1
GPIAAF		1		1		1		1		1		1		1		1
AGIF				1		1		1		1		1		1		1
AG MMEAP							4	1	4	1	4	1				
AG PL							2	1	2	1	2	1				
AG MCT							3	1	3	1	4	1	3	1	4	1
AG MH													2	1	2	1
CRESAP								1		1		1		1		1
DGAEP								1		1		1		1		
UNMFEEE								1		1		1		1		1
DGT												1		1		1
ADOP												1		1		1
EMRP																1
EMJMJ23																1
FOZ COA						1		1		1		1		1		1
Totais	**37**		**37**		**38**		**51**		**54**		**67**		**54**		**65**	

4.2 Obras e Empreitadas

No hiato de tempo compreendido entre os anos de 2017 e 2024 verificou-se um significativo número de empreitadas. Vários imóveis, incluindo a Residência Oficial do Primeiro-Ministro foram objeto de obras de reparação, manutenção e/ou requalificação. Conforme resulta da informação infra, foram realizadas 62 obras no valor global aproximado de 17,6 milhões de euros.

2017	99 908,60 €
Empreitada de substituição e reparação de estores e pavimentos em edifícios da PCM	36 174,30 €
Empreitada de reparações diversas em edifícios da PCM	15 707,10 €
Empreitada de beneficiação do edifício do EMPI – Gabinete do Ministro do Planeamento e Infraestruturas | Aplicação de pavimento nos pisos 4 e 5	45 490,94 €
Empreitada de revisão e reparação de janelas no piso 5, sala piso1 e fecho da sala 211	1 906,50 €
Empreitada de instalação de termoacumulador na copa do piso 7	629,76 €

2018	1 238 822,72 €
Empreitada de reparação da fachada do edifício da SGPCM	86 298,05 €
Empreitada de impermeabilização das coberturas em terraço na ROPM	26 789,09 €
Empreitada de beneficiação de instalações no edifício na rua da Imprensa à Estrela n.º 1 r/c	36 826,20 €
Empreitada de beneficiação de instalações no edifício da Rua da Imprensa à Estrela n.º 4 Gaveto - Corpo de segurança e portões exteriores	26 702,07 €
Empreitada de desmatação, manutenção de árvores e de espaços exteriores	16 113,00 €
Empreitada de beneficiação do parque de estacionamento e implementação de redes separativas de águas da ROPM	24 550,80 €
Prestação de serviços de revisão de projeto de remodelação da Residência Oficial do Primeiro-Ministro	6 150,00 €
Prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança em obra	38 513,76 €
Empreitada de remodelação da Residência Oficial do Primeiro-Ministro	885 288,87 €
Empreitada de construção de balneário no Piso -1 do edifício da SGPCM	52 764,07 €
Empreitada de fornecimento e montagem de equipamento para adaptação da cozinha nas instalações provisórias do Gabinete do Primeiro-Ministro no edifício do Ministério da Agricultura, Florestas e do Desenvolvimento Regional	24 095,70 €
Empreitada de instalações elétricas e rede informática	4 126,65 €
Empreitada de reforço de estrutura da lage na sala de imprensa estrageira do Palácio Foz	10 604,45 €

2019	352 986,92 €
Empreitada de reabilitação das instalações do Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e Acidentes Ferroviário (GPIAAF)	37 637,13 €
Empreitada de remodelações das instalações do edifício da Rua Rosa Araújo n.º 43 em Lisboa	167 639,84 €
Prestação de serviços de conceção de projetos de especialidades técnicas e respetiva coordenação e compatibilização no âmbito do projeto de arquitetura e da futura empreitada de remodelação Piso 2 da SGPCM	17 896,50 €
Avaliação estrutural das coberturas e tetos do piso superior do Palácio Foz	16 974,00 €
Prestação de serviços de revisão do projeto de reabilitação das coberturas do Palácio Foz	3 690,00 €
Empreitada de requalificação de gabinetes do edifício da Rua Almeida Brandão n.º 7	36 965,19 €
Prestação de serviços para elaboração de projeto de execução-Especialidades e apoio de arquitetura para reabilitação do Palácio Foz	64 695,42 €
Prestação de serviços para revisão de projeto de conservação e restauro do Convento de S. Francisco	7 488,86 €

2020	1 034 262,91 €
Prestação de serviços para fornecimento e montagem de materiais e equipamentos de climatização para o edifício da Rua Rosa Araújo, n.º 43 lisboa	49 066,55 €
Empreitada de requalificação da sala de reuniões na av. Barbosa du Bocage no edifício do ministério das infraestruturas e habitação	28 297,13 €
Empreitada de requalificação do 2º piso do edifício da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros	110 348,64 €
Empreitada de reabilitação do gradeamento do terraço do Palácio Foz	47 991,28 €
Empreitada para implementação de medidas de autoproteção do edifício sito na Rua Rosa Araújo, n.º 43 lisboa	20 742,35 €
Empreitada de modernização de ited, electricidade e outros trabalhos do edifício da Rua Rosa Araújo, n.º 43 Lisboa	36 871,10 €
Empreitada de beneficiação das instalações do GPIAAF sitas na Praça Duque de Saldanha, n.º 31 – 4º lisboa	16 147,59 €
Empreitada de limpeza de caleiras, algerozes e tubos de queda com pequenas reparações nas coberturas do Palácio Foz	31 270,14 €
Empreitada de conservação e restauro da ala nobre do Palácio Foz	636 000,00 €
Prestação de serviços de revisão do projeto para a empreitada para a remodelação do piso 2 do edifício da SGPCM	9 163,50 €
Prestação de serviços para aquisição de 14 equipamentos de ar condicionado para o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e Acidentes Ferroviários (GPIAAF)	19 478,34 €
Prestação de serviços para revisão de projetos de execução – especialidades e apoio ao projeto de arquitetura para a reabilitação do Palácio Foz	24 587,70 €
Prestação de serviços para revisão do projeto de conservação e restauro do Palácio Foz	1 845,00 €
Prestação de serviços de fornecimento e montagem da copa do 2º piso da SGPCM revisão do projeto de conservação e restauro do Palácio Foz	2 453,60 €

2021	1 848 378,68 €
Empreitada de beneficiação das instalações do CIG, no edifício sito na Rua Almeida Brandão, n.º 7 1200-602, lisboa	36 038,23 €
Empreitada de adaptação de galeria do Quartel do Carmo a gabinete para estrutura de missão. Largo do carmo, n.º 7 Quartel do Ccomando Geral da GNR – 1200-092 – Lisboa	24 378,11 €
Empreitada de reabilitação das coberturas do Palácio Foz (plurianual)	1 784 284,64 €
Prestação de serviços para alteração do vão fixo do refeitório para acesso ao exterior.	3 677,70 €

2022	1 391 934,26 €
Empreitada de remodelação do edifício do "Gaveto" da ROPM	1 325 953,18 €
Remodelação da copa no 4º Piso do Palácio Nacional da Ajuda	14 769,70 €
Adaptação dos pisos 0, 4º e 5º do edifício da Av. Def. de Chaves	23 398,61 €
Fornecimento, execução e montagem de cortinados e estores de rolo interiores, e substituição de têxteis na sala de Jantar e sala da lareira no Palácio Foz	19 908,45 €
Reparação de infiltrações várias no edifício do Plan APP	7 904,32 €

2023	11 185 219,48 €
Reparação do espelho de água e da pérgula do complexo ROPM	43 000,00 €
Remodelação das instalações de segurança do complexo ROPM	159 133,83 €
Empreitada de remodelação das coberturas do Palácio Foz	2 625 769,78 €
Empreitada de reabilitação geral do Palácio Foz	4 330 408,47 €
Conceção construção de alterações de instalações especiais do Campus APP	999 346,83 €
Empreitada de construção Civil/Arq. para Reabilitação do Piso 7 do edifício do Campus APP	2 992 893,30 €
Empreitada para reparações diversas no edifício do Plan APP	24 233,95 €
Reparação de caleira e revisão de cobertura sobre a Bebeteca - EPT	10 433,32 €

2024	531 998,68 €
Empreitada de remodelação de Espaços	19 820,00 €
Empreitada para adaptação de Sala de Conferências	29 966,00 €
Fornecimento de sistema de lavagem de viaturas manual	24 575,40 €
Execução de parede divisória	6 796,00 €
Empreitada de remodelação de espaços no Campus XXI	450 841,28 €

Nº de Empreitadas 62	17 683 512,25 €

Dos trabalhos feitos ao longo destes anos, considera-se de destacar obras e requalificação do edifício da Gomes Teixeira, do Palácio Foz, do edifício da Almeida Brandão, com especial relevo para as intervenções na Residência Oficial do Primeiro-Ministro e no edifício do CAMPUS XXI.

4.2.1 Gomes Teixeira

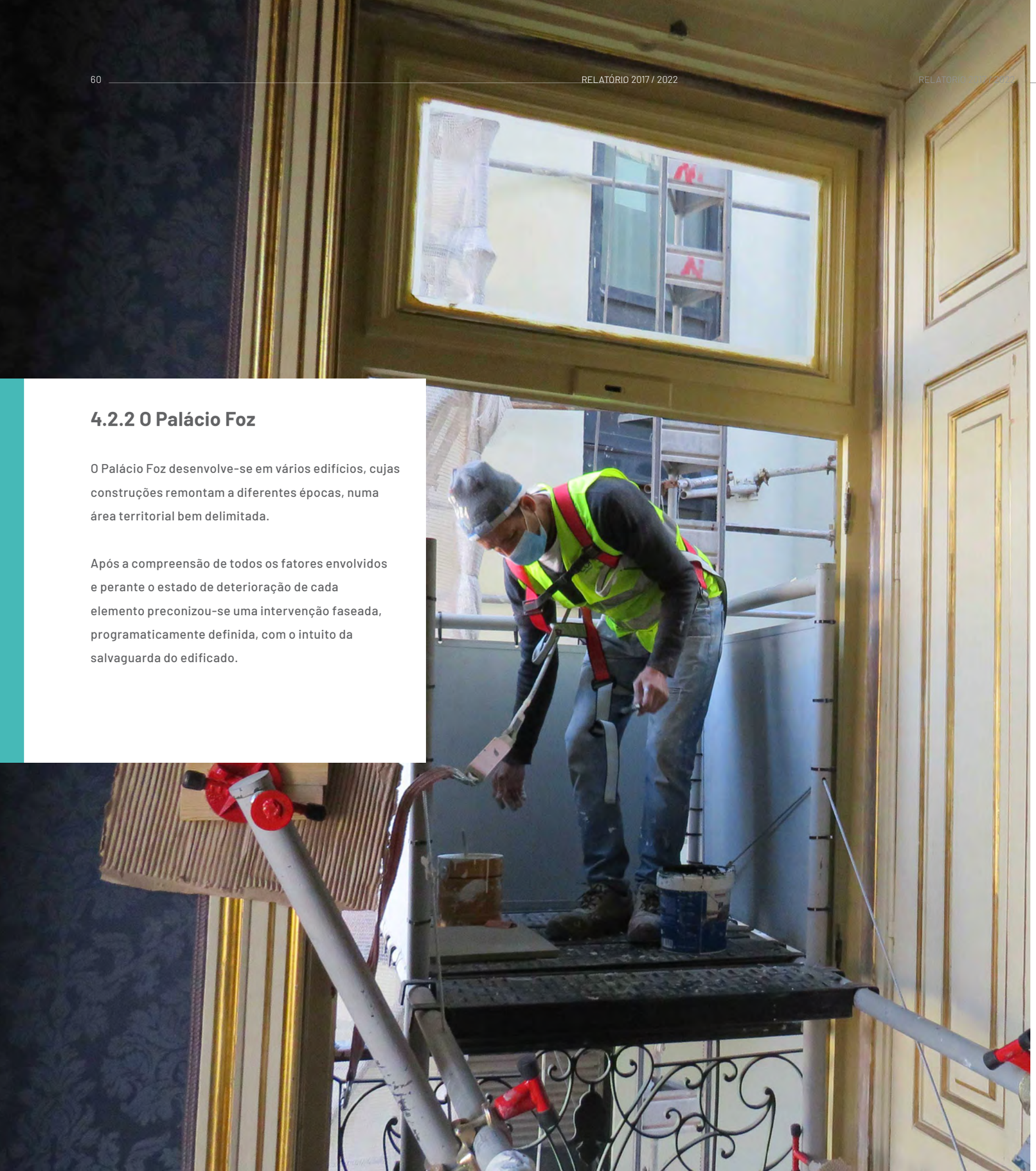
A empreitada de reparação da fachada do edifício da SGPCM visou a lavagem das paredes com jato de água a alta pressão; a reparação de fissuras e áreas de reboco e betão; o tratamento de armaduras; a pintura das fachadas; e, a selagem de estanquidade das juntas entre as caixilharias e a fachada.

Também houve uma recuperação significativa de áreas que, há muito, esperavam requalificação.

4.2.1.1 Protocolo com Faculdade Belas-Artes

Da vontade de renovar a Organização, não só numa perspetiva de estrutura e missão, mas, também, do próprio espaço físico, nasceu o Protocolo celebrado entre a SGPCM e a Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, do qual resultou o desafio de dar nova vida a diversos espaços do edifício sede da Presidência do Conselho de Ministros, pelas mãos de jovens artistas.

Foram selecionadas e premiadas várias obras que passaram a integrar o acervo artístico desta Casa.



4.2.2 O Palácio Foz

O Palácio Foz desenvolve-se em vários edifícios, cujas construções remontam a diferentes épocas, numa área territorial bem delimitada.

Após a compreensão de todos os fatores envolvidos e perante o estado de deterioração de cada elemento preconizou-se uma intervenção faseada, programaticamente definida, com o intuito da salvaguarda do edificado.

As intervenções estão a ser executadas respeitando tanto quanto possível a autenticidade ou as soluções adotadas em anteriores intervenções, com o seguinte faseamento:

- Empreitada de conservação e restauro da ala nobre. Os trabalhos de conservação e restauro incidiram no edifício principal, também considerado como preexistência do conjunto edificado, que constitui o Palácio Foz, com fachada virada à Praça dos Restauradores. São objeto de intervenção os vãos (interiores e exteriores dos vários pisos do edifício A), as coberturas, a limpeza de sótãos e a ala nobre do palácio situada ao nível do piso 2 do edifício A (alçados interiores, tetos e pavimentos). Trata-se de elementos bastante degradados e com problemas múltiplos, que atualmente, estão longe de corresponder, com o mínimo de qualidade, às necessidades dos utilizadores do edifício, quer seja do público que visita o espaço museológico ou dos trabalhadores das Entidades que nele estão instaladas.

- Empreitada de reabilitação das coberturas. São objeto de intervenção as coberturas dos edifícios que compõem o Palácio Foz. Neste contexto consideramos para a intervenção nas coberturas, os revestimentos que compõem os telhados; as estruturas de suporte principal e secundária que sustentam a cobertura; os pontos singulares como larós ou cumeeiras; a área de mansarda com revestimento a placas de ardósia; os elementos complementares como as chaminés, claraboias e elementos para acesso aos telhados para manutenção; vãos exteriores; sistema de drenagem de águas pluviais; platibandas; e, áreas de sótãos interiores.

- Empreitada de intervenção geral no edificado. São objeto de intervenção os espaços interiores dos vários edifícios que compõem o Palácio Foz, a adaptação e atualização de espaços de trabalho, a revisão e adaptação de rede predial de águas residuais domésticas, da instalação elétrica, do sistema de iluminação, do sistema de AVAC e ventilação, da rede estruturada e minimização das barreiras arquitetónicas de acesso ao imóvel e de circulação interna e, a manutenção e conservação das fachadas, incluindo finalização de substituição de vãos de fachadas exteriores.

4.2.3 A Residência Oficial do Primeiro-Ministro

Da periferia para o centro

A Residência Oficial do Primeiro-Ministro (ROPM) contempla vários edifícios distribuídos num complexo com cerca de dois hectares.

No seguimento de várias intervenções ocorridas no complexo, com especial enfoque no Palacete (melhoria de condições de habitabilidade, nomeadamente conforto térmico e climatização do ambiente, instalações elétricas, instalações de telecomunicações e melhoria das condições de segurança contra incêndios), a par do desafio lançado com vista a assegurar a neutralidade carbónica na ROPM, otimizando os consumos energéticos nos vários espaços que integram o complexo, por forma a aumentar a capacidade de *stock* e de sequestro carbónico de CO2 no jardim da ROPM, realizou-se uma auditoria energética ao edificado da ROPM que culminou num conjunto de propostas que foram incorporadas numa empreitada que a SGPCM levou a cabo no edifício do Gaveto, entre 2022 e 2023.

Além das melhorias em termos energéticos, conforto térmico e sonoro, procedeu-se ainda à melhoria das condições de segurança contra incêndios no edifício do Gaveto, mas também da Esquadra da ROPM e na zona dos Anexos.

Com o propósito de evitar o desperdício de água, o espelho de água junto ao Palacete também foi alvo de uma intervenção ao nível do sistema de canalização, do revestimento e da recuperação de várias peças estatuária que o compõem

A pérgula que embeleza o jardim da ROPM também foi alvo de recuperação, com uma solução que permitiu manter grande parte de peças originais, e outras que asseguraram o seu aspeto original.

A par da empreitada, a SGPCM em colaboração e com o apoio do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., procedeu-se à renovação de algumas zonas de espaços verdes, através da plantação de diversos espécimes de árvores, arbustivos e espécies aromáticas. Procedeu-se também ao aproveitamento de material vegetal e orgânico, através da sua incorporação no solo, mediante a instalação de duas estações comunitárias de compostagem.

Durante o período em questão, o jardim da ROPM foi embelezado com mais obras de arte de artistas portugueses, para que as mesmas possam ser apreciadas por todos os visitantes do jardim.

2017	2019	2021	2022	2023	2023
Estrutura	Aqui e Agora	A poesia é (a partir de Sophia de Mello Breyner Andersen)	Um mergulho seria o céu mas já faz frio, o sol ia fazer-me bem mas não aguento o calor	A mesma nascente	Conservação da escultura "Monumento ao 25 de abril"
Alexandre Farto (Vihls)	Lourdes Castro	Fernanda Fragateiro	Sara Bichão	Rui Chafres	José Pedro Croft
Material: Betão	Material: betão revestido com azulejo	Material: Granito Pedras Salgadas	Material:Aluminio + pintura sintética	Material:Ferro	Material: ferro e aço polido

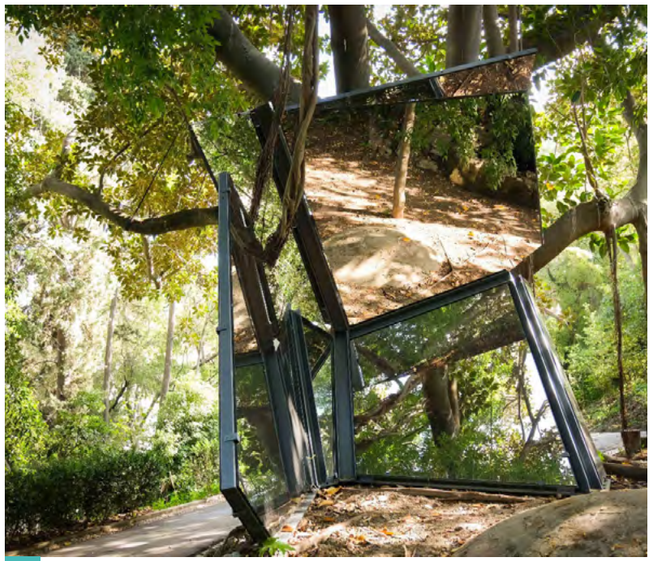
1

2

3

4

5



6

1 - Vihls

2 - Lourdes Castro

3 - Fernanda Fragateiro

4 - Sara Bichão

5 - Rui Chafes

6 - José Pedro Croft

4.2.4 Arte em S. Bento

Criada em 2017, a "Arte em São Bento" foi uma iniciativa que pretendeu afirmar a vitalidade da produção artística nacional e o seu contributo para projetar a imagem de um país inovador e contemporâneo.

No âmbito desta iniciativa eram convidados colecionadores privados de todo o país a expor na Residência Oficial obras de artistas contemporâneos portugueses, cabendo aos colecionadores a indicação dos respetivos curadores.

As exposições tinham a duração de 1 ano, e em regra eram inauguradas no dia 5 de outubro, e teve 7 edições.

As portas da Residência Oficial estão abertas ao público no 1.º domingo de cada mês, com visitas livres e visitas guiadas, para que os cidadãos tenham a oportunidade de apreciar as exposições existentes no Palacete. Nos restantes domingos, os jardins estão abertos ao público para que possam fruir de um jardim com inúmeras espécies vegetais e de várias obras de arte.

Também no âmbito desta iniciativa, a SGPCM desempenhou um papel importante no sentido de assegurar o cumprimento das condições necessárias ao sucesso de cada edição desta iniciativa:

- aspetos legais prévios à montagem (e.g. celebração de protocolo com cada colecionador, contrato de seguro das obras de arte);

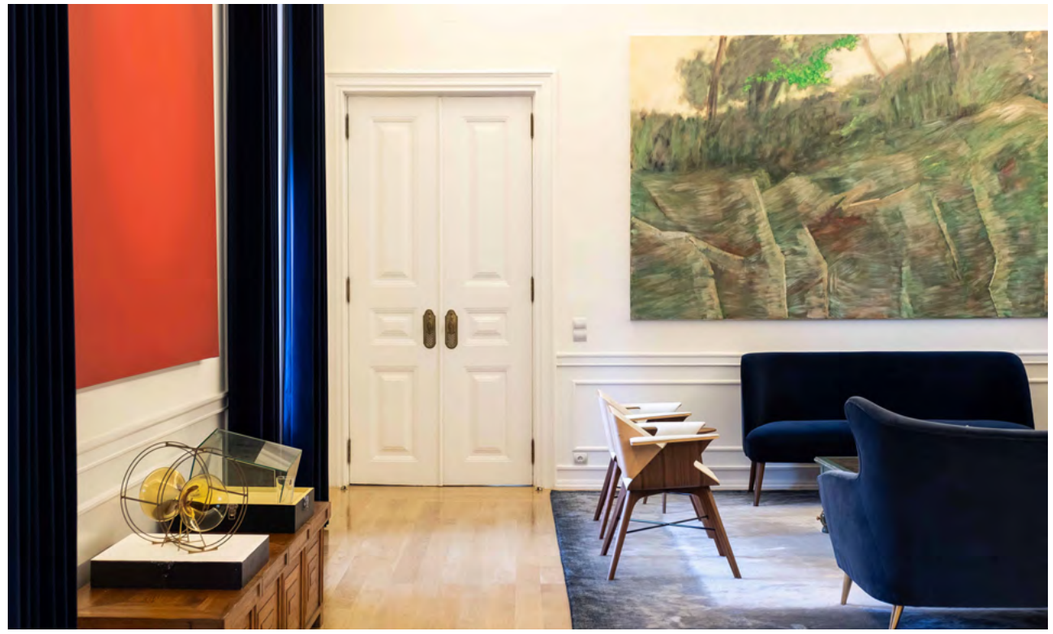
- procedimentos logísticos e de planeamento (e.g. desmontagem e devolução das obras da coleção cessante; transporte e montagem da coleção a inaugurar; procedimentos com vista ao transporte das obras de arte; pequenas obras de construção civil);

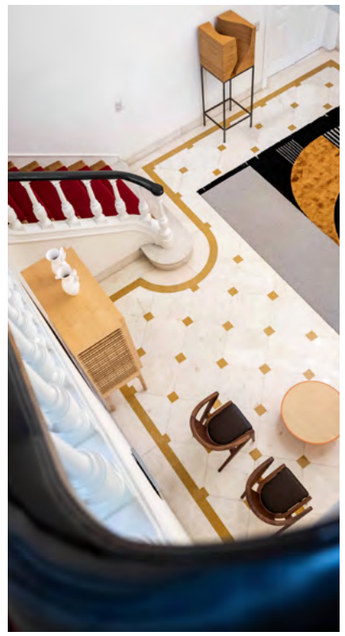
- monitorização e preservação da integridade e bom estado de cada obra da coleção durante o período de exposição (e.g. procurando uma adequada gestão da utilização dos espaços, especialmente nas visitas livres do público e nas visitas guiadas).

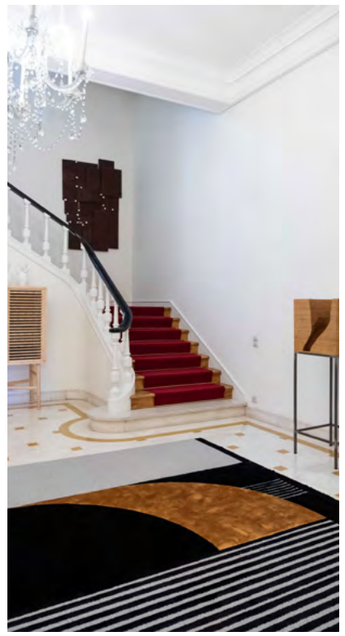
Arte em São Bento 2017	Arte em São Bento 2018	Arte em São Bento 2019	Arte em São Bento 2020	Arte em São Bento 2021	Arte em São Bento 2022	Arte em São Bento 2023
Coleção Serralves	**Coleção António Cachola**	**Coleção Norlinda e José Lima**	**Coleção Figueiredo Ribeiro**	**Coleção AA (Ana Cristina e António Albertino)**	**Coleção Peter Meeker**	**Coleção Manuel de Brito**
Curadoria de Suzanne Cotter	Curadoria de João Pinharanda	Curadoria de Isabel Carlos	Curadoria de Ana Anacleto e João Silvério	Curadoria de Delfim Sardo	Curadoria de João Pinharanda	Curadoria de Sérgio Rodrigues
Inauguração: 5 de outubro de 2017	Inauguração: 5 de outubro de 2018	Inauguração: 5 de outubro de 2019	Inauguração: 5 de outubro de 2020	Inauguração: 5 de outubro de 2021	Inauguração: 5 de outubro de 2022	Inauguração: 5 de outubro de 2023
Duração: 1 ano	Duração: 1 ano	Duração: 1 ano	Duração: 1 ano	Duração: 1 ano	Duração: 1 ano	Duração: 1 ano+extensão até 15/12/2024

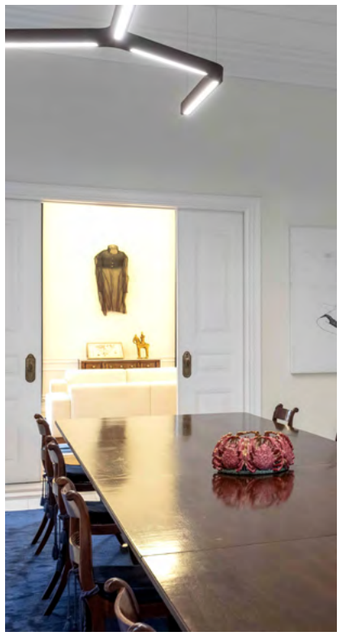
GRANDES N.ºS ROPM

2022	N.º visitantes 25 abril	6000
	N.º visitantes 200 anos Independência do Brasil	460
	N.º visitantes 5 de outubro	742
	N.º visitantes domingos	1324
	N.º eventos apoiados	338
2023	N.º visitantes 25 abril	4000
	N.º visitantes 5 de outubro	1212
	N.º visitantes domingos	1184
	N.º eventos apoiados	289
2024	N.º visitantes 25 abril	1400
	N.º visitantes domingos	982
	N.º eventos apoiados	301







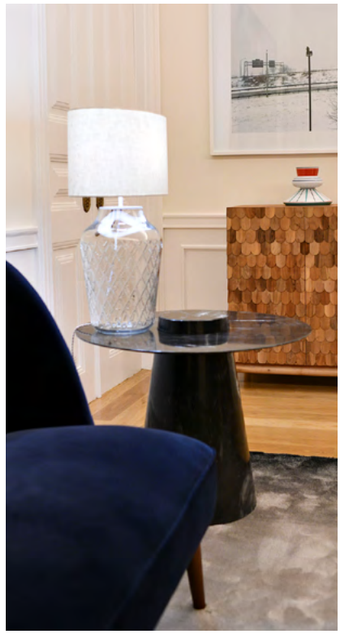


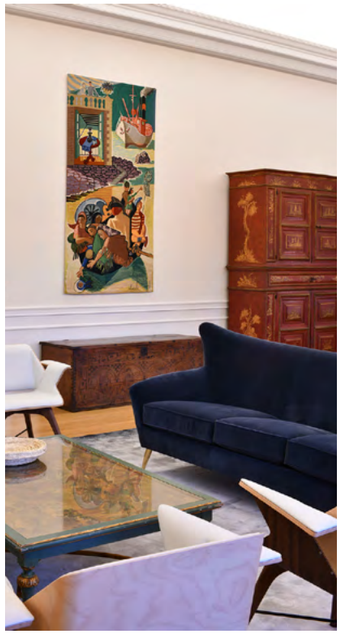
4.2.5 Design em S. Bento

A "Design em São Bento – Traços da Cultura Portuguesa" é uma iniciativa de cooperação entre a SGPCM e o GPM por um lado e a Câmara Municipal de Lisboa e o MUDE – Museu do Design e da Moda por outro.

Este projeto nasceu em novembro de 2019 e visa conferir um visual mais contemporâneo à Residência Oficial do Primeiro-Ministro através da seleção de peças de mobiliário que constituam uma mostra representativa do design português contemporâneo, destacando os vários setores da produção nacional - madeira, cortiça, pedra, vidro, têxteis e cerâmica. Em concreto, e após a inauguração, no dia 25 de janeiro de 2020, e sob a curadoria da diretora do Museu do Design e da Moda (Mude), Bárbara Coutinho, a Residência Oficial passou a acolher uma miríade de peças do século XII ao século XXI – mobiliário, luminária, têxteis e objetos decorativos – representativas do património e da cultura portuguesa. Trata-se de uma iniciativa inédita que conta com a colaboração de empresas, designers, museus, coleções privadas e municípios, constituindo uma ampla representação do território nacional.

Por forma a promover a difusão e fruição visual destas peças, as portas da Residência Oficial estão abertas ao público para visitas livres no dia 5 de outubro e no dia 25 de abril, existindo ainda a possibilidade de visitas guiadas com prévia marcação no primeiro domingo de cada mês até ao dia 25 de janeiro de 2024 data em que a iniciativa terminou.





4.2.6 Assessorias do PM

Também as assessorias do Primeiro-Ministro sofreram obras de requalificação quer das casas de banho, quer dos espaços de escritório assim como o espaço de estacionamento anexo.

4.2.7 Almeida Brandão

A intervenção preconizada, visou, essencialmente, a recuperação do espaço interior apenas com trabalhos pontuais de reparação, mantendo-se toda a compartimentação, acessos e circulações, tendo em conta a consistência e salubridade das soluções construtivas, bem como a qualidade do ambiente interior do edifício, de maneira a dotar as instalações de condições de funcionalidade e habitabilidade adequadas aos utilizadores.

4.2.8 Barbosa du Bocage

A empreitada nas instalações do edifício na Avenida Barbosa du Bocage n.7, teve por objetivo criar condições funcionais adequadas e dar aos espaços uma maior dignidade, face ao desgaste que os espaços apresentavam.
Os trabalhos executados abrangeram intervenções no pavimento; na recuperação das madeiras que revestem as paredes; reparação e pintura de paredes; substituição de tetos falsos; infraestruturas de rede e fornecimento e montagem de estores.

4.2.9 Rosa Araújo

A empreitada de requalificação e remodelação das instalações teve por objetivo a instalação do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública do XXII Governo Constitucional.

A intervenção preconizada visou trabalhos de remodelação das instalações do edifício, incluindo a beneficiação de pavimentos, paredes e tetos; reparação de vãos interiores; beneficiação de instalações sanitárias; execução de tetos falsos no piso 4 e no piso 0; uniformização de iluminação por piso; remodelação de salas para reuniões e sala de conferência de imprensa; reparação de gradeamentos e portas exteriores; automatização de portão de garagem; modernização da rede de comunicações; e manutenção e substituição de equipamentos de AVAC.

4.2.10 Academia Nacional de Belas-Artes

A intervenção para a recuperação interior dos espaços ocupados pela Academia Nacional de Belas-Artes, ao nível de pavimentos, paredes, tetos, caixilharias e infraestruturas técnicas. Esta intervenção visou dar uma maior consistência funcional aos espaços da Academia, bem como, dotá-la de condições adequadas a que possa exercer a sua missão.

4.3 Divisão de Contratação Pública

Cabe à Divisão de Contratação Pública (DCP) centralizar a condução dos procedimentos de contratação das aquisições, designadamente a adjudicação das propostas em representação das entidades compradoras, relativas a determinadas categorias de bens e serviços, colaborando com os serviços e organismos das áreas governativas da Presidência, Cultura, Infraestruturas, Coesão Territorial, Planeamento e Modernização do Estado e Administração Pública e agregação de necessidades no âmbito da Unidade Ministerial de Compras (UMC).

É também responsabilidade da DCP garantir a satisfação das necessidades dos serviços e organismos apoiados, desenvolvendo os procedimentos necessários à aquisição ou locação de bens e serviços e serviços e empreitadas de obras públicas.

O desenvolvimento da DCP reflete o incremento significativo de contratações quer de todos os organismos apoiados assim como da SGPCM em particular.

2017		
N.º de Ajustes Diretos	46	1.171.743,31 EUR
N.º de Acordos Quadro	9	9.080.146,17 EUR
Valor contratual total	**10.251.889,48 EUR**	

2018		
N.º de Ajustes Diretos	119	1.408.045,36 EUR
N.º de Consultas Prévias	37	447.939,88 EUR
N.º de Concursos Públicos	8	10.899.030,25 EUR
N.º de Acordos Quadro	12	7.051.630,88 EUR
Valor contratual total	**19.806.646,37 EUR**	

2019		
N.º de Ajustes Diretos	112	816.027,82 EUR
N.º de Consultas Prévias	33	962.818,75 EUR
N.º de Concursos Públicos	11	1.570.212,77 EUR
N.º de Acordos Quadro	11	839.922,72 EUR
Valor contratual total	**4.188.982,06 EUR**	

2020		
N.º de Ajustes Diretos	149	3.214.609,40 EUR
N.º de Consultas Prévias	45	1.045.270,76 EUR
N.º de Concursos Públicos	29	4.912.318,87 EUR
N.º de Acordos Quadro	6	2.976.463,85 EUR
N.º de Contratações Excluídas	6	985.982,41 EUR
Valor contratual total	**13.134.645,29 EUR**	

2021		
N.º de Ajustes Diretos	141	3.214.609,40 EUR
N.º de Consultas Prévias	42	1.045.270,76 EUR
N.º de Concursos Públicos	19	47.728.408,22 EUR
N.º de Acordos Quadro	24	288.999,48 EUR
N.º de Contratações Excluídas	35	5.251.166 EUR
Valor contratual total	**57.460.136,92 EUR**	

2022		
N.º de Ajustes Diretos Simplificados	2368	2.234.033,71 EUR
N.º de Ajustes Diretos	540	
N.º de Consultas Prévias	73	
N.º de Concursos Públicos	49	
N.º de Acordos Quadro	66	
N.º de Contratações Excluídas	65	
Valor contratual total	**61.088.728,01 EUR**	

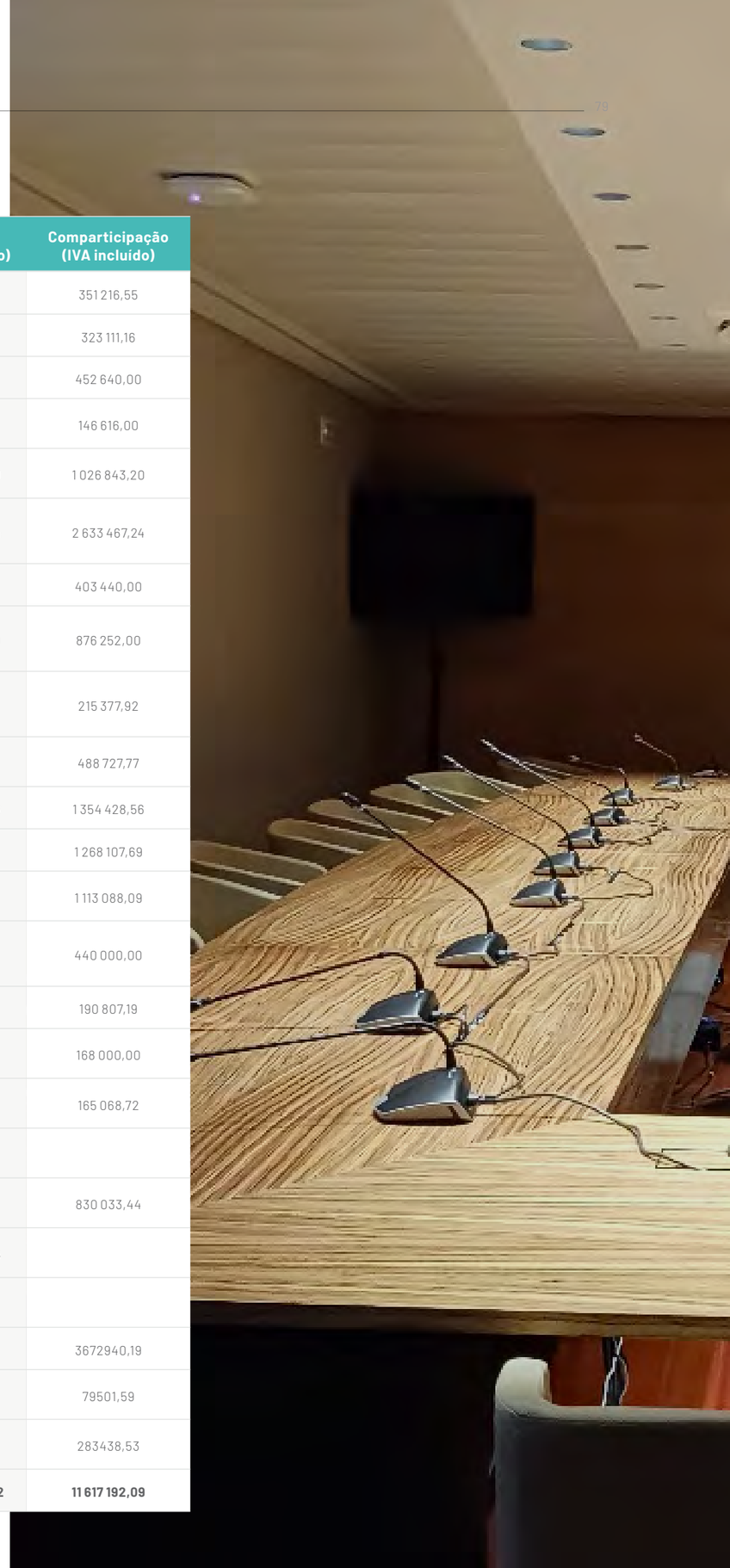
2023		
N.º de Ajustes Diretos Simplificados	2656	2.749.325,58 EUR
N.º de Ajustes Diretos	430	
N.º de Consultas Prévias	85	
N.º de Concursos Públicos	49	
N.º de Acordos Quadro	61	
N.º de Contratações Excluídas	97	
Valor contratual total	**47.829.452,46 EUR**	

2024		
N.º de Ajustes Diretos Simplificados	2151	2.172.268,31 EUR
N.º de Ajustes Diretos	272	
N.º de Consultas Prévias	77	
N.º de Concursos Públicos	61	
N.º de Acordos Quadro	19	
N.º de Contratações Excluídas	89	
Valor contratual total	**65.300.383,63 EUR**	

4.3.1 Unidade de Gestão Patrimonial

A SGPCM assume o papel de estrutura de gestão patrimonial de todas as áreas governativas a que dá apoio e de interlocutora junto da Direção Geral do Património. Enquanto Unidade de Gestão Patrimonial, durante o período de 2017 a 2024, apresentou e coordenou vinte e sete propostas, nas mais diversas áreas governativas, que obtiveram financiamento do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, o que se traduziu num investimento em mais de 17,5 milhões de euros (vide quadro).

FRCP	Entidade	Designação da candidatura	Valor (IVA incluído)	Comparticipação (IVA incluído)
64/2010	DGLAB	Arquivo Distrital de Viana do Castelo	439 020,69	351 216,55
65/2010	DGLAB	Arquivo Distrital de Castelo Branco	430 814,88	323 111,16
06/2011	ANBA	Remodelação do Convento de S. Francisco	565 800,00	452 640,00
03/2016	SGPCM	Edifício da PCM - Conservação e Reabilitação das fachadas	183 270,00	146 616,00
26/2016	DGLAB	Arquivo Histórico Ultramarino - Reabilitação do imóvel	1 026 843,20	1 026 843,20
27/2016	DGLAB	Torre do Tombo - Recuperação das fachadas e pavimentos exteriores	2 633 467,24	2 633 467,24
28/2016	DGLAB	Arquivo Distrital de Setúbal	403 440,00	403 440,00
09/2017	DGPC	CNANS - Remodelação de armazéns para instalação do CNANS	1 095 315,00	876 252,00
11/2017	DGLAB	CPF - Instalação do depósito da Coleção Nacional de Fotografia - Sala de Sant'Ana	215 377,92	215 377,92
12/2017	DGLAB	Torre do Tombo - Recuperação do espaço da cave	488 727,77	488 727,77
01/2018	DGLAB	Arquivo Distrital de Portalegre	1 354 428,56	1 354 428,56
02/2018	DGLAB	Arquivo Distrital de Bragança	1 268 107,69	1 268 107,69
03/2018	DGLAB	Arquivo Distrital do Porto Mosteiro de S. Bento da Vitória	1 113 088,09	1 113 088,09
13/2018	BNP	Sala de Leitura Geral da Biblioteca Nacional de Portugal Mosteiro de S. Bento da Vitória	550 000,00	440 000,00
02/2019	DRCN	Museu D. Diogo de Sousa	238 508,99	190 807,19
04/2019	BNP	Biblioteca Nacional de Portugal - instalações sanitárias	210 000,00	168 000,00
	ICA	ICA – Instituto do Cinema e Audiovisual, I.P	412 671,79	165 068,72
	CCDRA	CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve		
2021/001	SGPCM	SGPCM - Conservação e Restauro da Ala Nobre do Palácio Foz	1 037 541,80	830 033,44
2021/006	SGPCM	SGPCM - Conservação das Coberturas do Palácio Foz	2 693 259,84	
	BNP	Adaptação das Instalações da Creche a Serviços da Biblioteca Nacional de Portugal	264,000,00	
2022/001	SGPCM	Reabilitação Geral do Palácio Foz	4591175,18	3672940,19
03/2024	CP	Parque de material de Campolide - Edifício do Torno de Fosso - Remoção de amianto	81124,07	79501,59
04/2024	CP	Parque de material de Campolide - Edifício de serviços - Remoção de amianto	292204,67	283438,53
			12 628 881,82	**11 617 192,09**



4.3.2 Centralização

Um dos maiores projetos de simplificação administrativa implementada na SGPCM, durante este período, passou pela centralização de vários contratos permitindo assim uma mais ágil gestão dos recursos servindo mais rapidamente e sem tanta burocracia os nossos clientes e aumentando a economia administrativa de procedimentos que em nada ajudam a necessária agilização.

Neste sentido, os resultados principais foram:

- Maior capacidade negocial - Procedimentos de maior volume conferem capacidade negocial junto dos fornecedores e assim melhores preços.

- Menos burocracia - Ao centralizar os procedimentos, libertam-se os gabinetes da burocracia envolvida nos procedimentos de compra, reduzindo assim os tempos despendidos em tarefas que têm uma boa margem de eficiência que poderá ser explorada pela centralização. Os gabinetes apenas terão de solicitar os materiais através de um "Carrinho de Compras" online.

- Redução do número de adjudicações por via de Ajuste Direto Simplificado - Substituem-se centenas de contratações, por ajuste direto simplificado, por procedimentos agregados, reduzindo assim a duplicação processual.

- Melhor e maior controlo - Ao se efetuar o controlo informativo por contrato único é mais fácil identificar os custos envolvidos assim como desvios existentes. Passa-se a utilizar um cabimento, um compromisso e uma adjudicação por produto.

- Simplificação - Maior digitalização do procedimento, reduzindo-se a utilização de papel e facilitando simultaneamente todo o processo de requisição e obtenção dos produtos requeridos pelos Gabinetes.

- Garantia de fornecimento - Uma vez que a intervenção do Gabinete se fará após a conclusão do procedimento de aquisição, cabendo-lhe, apenas, a requisição dos bens, reduz-se, desta forma, a possibilidade de falha do serviço.

- Histórico - Criação de histórico acessível a análise, permitindo assim adaptar futuros procedimentos para os tornar mais competitivos (mais baratos).

- Obtenção do know-how - O Know-how obtido poderá estender-se a outros produtos, estendendo assim as vantagens da centralização.

4.3.3 Frota

A SGPCM aumentou significativamente o número de veículos sob a sua gestão, diminuindo substancialmente a idade e quilometragem dos mesmos.

A evolução da frota verificou-se não apenas na quantidade de veículos colocados ao dispor das entidades, mas, também, numa perspetiva de sustentabilidade, onde os carros elétricos e híbridos assumem uma existência cada vez mais presente.

A eliminação sucessiva de carros altamente poluentes foi um caminho percorrido com bastante sucesso.

Também a partilha de carros e de motoristas é hoje uma realidade que muito aproveita a uma gestão mais racional e com resultados de eficiência muito significativos.

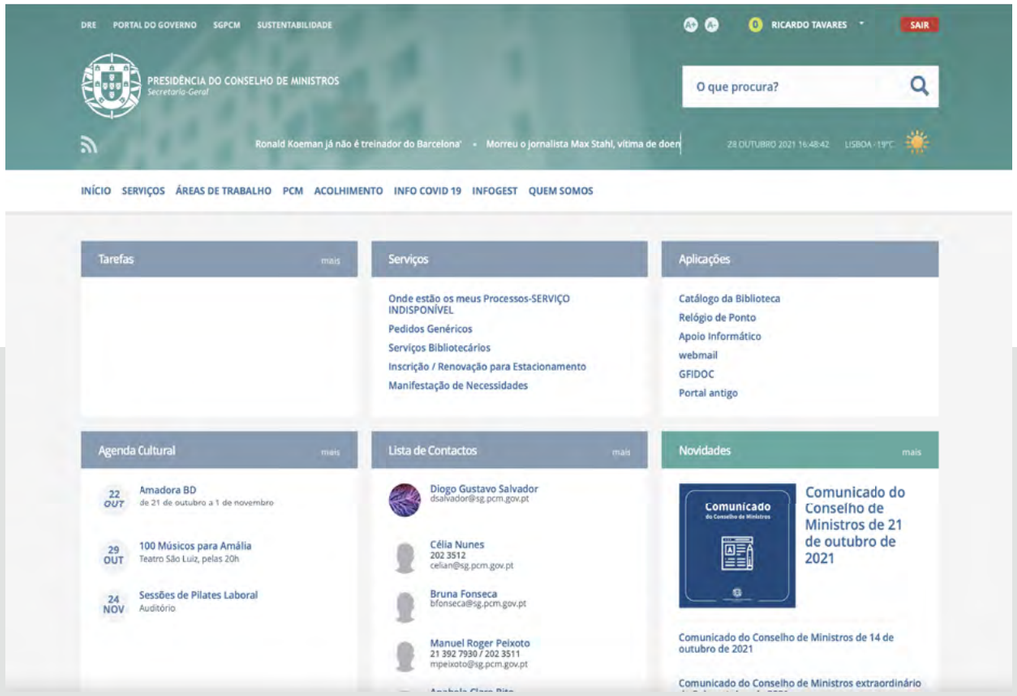
No presente ano de 2024, a frota já percorreu cerca de 18.000.000 quilómetros, ou seja, mais do dobro face ao ano de 2017.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Nº viaturas próprias	52	48	52	46	46	43	42	27
Nº de ALDs	16	25	18	38	54	53	53	3
Nº de rent-a- car	1	5	0	4	24	27	40	85
Nº elétricos	0	4	10	13	28	26	23	17
Nº quilometros	7 515 289	8 931 213	8 863 634	11 190 338	17 948 859	13 130 889	15 319 370	8 753 926
Total de viaturas	**69**	**82**	**80**	**101**	**152**	**149**	**158**	**132**

4.3.4 Sistemas

4.3.4.1 PCM Online

O Portal PCM Online foi sendo melhorado, desde a sua criação, potenciando a comunicação entre a SGPCM, as entidades apoiadas e os gabinetes governamentais. Apesar dos seus inúmeros constrangimentos, constitui-se como a grande plataforma de comunicação e ferramenta de trabalho. Assume-se ainda como repositório de conhecimento e documentação das diversas áreas de trabalho.



4.3.4.2 Pulsar

TUDO NUM SÓ SÍTIO, a qualquer HORA, em qualquer LUGAR fácil de utilizar.

Customização "tipo alfaiate" por áreas governativas sectoriais, mas sem perder o contexto nacional e internacional.

Fornecer informação inovadora através de dados abertos e provenientes de fontes variadas, nacionais e internacionais, oficiais e não-oficiais, notícias, redes sociais, bases de dados (ir além da calendarização estatística oficial).

Possibilidade de interação com a informação através de procedimentos claros.

O decisor poderá solicitar dashboards específicos e acompanhados por análises mais detalhadas através de relatórios. Enriquecer e criar valor na informação disponível ao decisor político, possibilitando maiores impactos na sua atuação.

4.3.4.3 Monitorização de Instrumentos Chave de Gestão

No âmbito da monitorização dos instrumentos chave de gestão, a SGPCM tem vindo a consolidar o seu papel central no suporte ao apoio das políticas públicas com a multiplicação de projetos ancorados na plataforma de monitorização e gestão de dados disponibilizada através da sua extranet, PCM Online.

A função da SG nestes processos permanece de suporte à ação política, mobilizando recursos e meios para responder às necessidades que gabinetes e outras entidades manifestem. Nesta dimensão de apoio administrativo, a SGPCM demonstrou capacidade para rapidamente criar ferramentas customizáveis às necessidades específicas e operacionalizá-las, sem custos, capacitando e autonomizando os donos dos projetos na gestão das respetivas plataformas.

Para além do suporte tecnológico que caracteriza a intervenção da SGPCM nas parcerias estabelecidas, a experiência e dinâmicas geradas têm demonstrado a capacidade, mas também a necessidade, de uma SG apta a apoiar tecnicamente a estruturação da informação a monitorizar naqueles instrumentos chave de gestão. Da mesma forma, fruto do seu posicionamento de suporte técnico, a SGCPM tem o domínio de ferramentas analíticas que podem acrescentar valor ao processo, entregando não apenas dados, mas devolvendo um produto final que facilita a posterior análise política.

Uma nota final para elencar os projetos em que a SG apoia a monitorização dos respetivos planos, modelando a medida do seu apoio às necessidades de cada parceiro.

Nos projetos iniciados em anos anteriores e que se encontram atualmente em curso, destaca-se o apoio permanente à monitorização do Programa do Governo mas também o desenvolvimento, formação e entrega das plataformas do Programa Nacional de Ação da AGIF e do Justiça+.

Para além do desenvolvimento da plataforma para a monitorização do Terra Futura da AG Agricultura, destaca-se a operacionalização e coordenação por parte da SGPCM da monitorização das medidas de apoio aos Órgãos de Comunicação Social.

4.3.4.4 Gestão Integrada de Correspondência

Sistema de Informação para registo e captura da correspondência recebida e expedida no Campus XXI, em suporte de papel, que visa a integração por interoperabilidade com os Sistemas de Gestão Documental das distintas entidades e gabinetes ministeriais.
A interoperabilidade entre sistemas não está ainda implementada, encontrando-se o projeto em fase de testes e correção de erros. O desenvolvimento da aplicação, no que importa à Interoperabilidade, representa um trabalho executado em articulação e com o envolvimento das seguintes entidades: Quidgest, Ceger e Fujitsu (broker do CEGER e não o iAP - Interoperabilidade da Administração Pública - da AMA).

4.3.4.5 SPO

O projeto "SPO – Portal da SGPM" foi concebido, inicialmente, para solucionar os problemas relacionados com o portal de intranet "PCM Online". Este portal encontrava-se severamente limitado pela dependência do fornecedor e pelo facto de o programa base ter sido descontinuado pela Microsoft. Para o

desenvolvimento do novo portal, foi constituído um grupo de trabalho que recebeu formação ministrada pelos membros da equipa do projeto, com o objetivo de definir, criar e atualizar os conteúdos necessários. Simultaneamente, identificou-se a necessidade de gerar modelos visuais de reporte do desempenho da organização nas suas diversas áreas funcionais. Para atender a essa necessidade, foi criado o InfoGest, uma ferramenta integrada no Portal da SGPM. O novo Portal, desenvolvido exclusivamente com recursos internos, entrou em produção (go-live) em novembro de 2023. Posteriormente, em 2024, iniciou-se a segunda fase do projeto, focada na implementação de uma Extranet. Esta nova fase tem como objetivo desenvolver serviços desmaterializados para os gabinetes governamentais e as entidades coordenadas.

4.4 Projetos de Desenvolvimento Organizacional

4.4.1 O acolhimento – O papel central da interação com os gabinetes governativos

Na intenção de disponibilizar a Ministras e Ministros, a Secretárias e Secretários de Estado, a Chefes dos gabinetes e às respetivas equipas um conjunto de informações úteis e práticas inerentes ao exercício dos cargos e ao funcionamento dos gabinetes, a SGPCM elaborou guias práticos adequados a diferentes perfis de destinatários, que se creem objetivos amigáveis.

Divididos em capítulos temáticos com conteúdos assentes no formato de FAQ's, temos a expectativa de que estes instrumentos se tornaram documentos de referência para as novas e os novos Governantes, proporcionando consultas rápidas e metódicas sobre princípios, obrigações e procedimentos essenciais ao exercício quotidiano das funções governativas.

Ao mesmo tempo, com a entrada em funções do XXII Governo, a Secretaria-Geral operacionalizou o acolhimento aos novos membros do Governo. Esta operação, em conjunto com o Centro de Gestão da Rede do Governo, com o Gabinete Nacional de Segurança e o Centro Nacional de Cibersegurança, teve como objetivo que todas as informações e procedimentos a seguir pelos novos governantes fossem transmitidas num único e mesmo momento.

4.4.2 Relações Públicas da Presidência do Conselho de Ministros

Uma das funções principais da SGPCM é o apoio às reuniões do Conselho de Ministros e às reuniões de Secretários de Estado, bem como a um significativo número de eventos a que é chamada a intervir protocolarmente, seja ao serviço da tutela ou de outras áreas governativas.

Apoiámos durante este período a realização de mais de trezentas e sessenta reuniões do Conselho de Ministros, mais de duzentas e cinquenta reuniões de Secretários de Estado, quer em modo presencial quer em modo digital.

A Relações Publicas da PCM, para além do referido acima apoiaram, também, reuniões, eventos e encontros, organizados pelo Gabinete do Primeiro Ministro, tutelas ou áreas governativas apoiadas e até mesmo eventos de outras áreas governativas ou entidades da Administração Pública.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Totais
Reuniões de Conselho de Ministros	44	45	44	48	40	44	50	46	361
Reuniões de Secretários de Estado	36	37	33	21	27	27	38	35	254
Conferências de Imprensa	26	30	30	41	35	36	56	40	294
Outros Eventos	48	68	58	35	21	61	82	47	420

4.4.3 Projeto Educativo para a Democracia

Na sua qualidade de serviço central da Administração Pública, e enquanto Secretaria-Geral do Centro do Governo, está numa situação privilegiada para o desenvolvimento de um Serviço Educativo para a Democracia (SEDE).

É neste contexto, que a SGPCM, no âmbito da atividade desenvolvida pela Biblioteca/Espaço do conhecimento, em 2018, inicia uma programação com enquadramento na criação de um Serviço Educativo, que mais tarde recebeu a denominação de Serviço Educativo para a Democracia (SEDE), cuja visão assenta nos valores da democracia e da cidadania ativa e participativa, permitindo, através de abordagens participadas, favorecer a desconstrução de preconceitos e o fortalecimento de relações de proximidade e confiança.

Este serviço tem como objetivos transmitir os valores da democracia, contribuir para a noção e aprofundamento da cidadania e da participação cívica e abordar as temáticas da multiculturalidade.
Principais atividades desenvolvidas pelo SEDE:

- Simulação de Reunião de Conselho de Ministros | Público-Alvo: Externo - 3º ciclo e secundário;
- Atividade subordinada aos ODS | Público-Alvo: ¬ Externo – 1º Ciclo;
- Visitas Guiadas aos Órgãos de Soberania dirigidas às pessoas trabalhadoras da SGPCM e Entidades do Campus XXI;
- No âmbito do Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional Familiar e Pessoal, nos períodos de interrupção letiva, são disponibilizadas Visita Guiadas a vários locais de interesse, sendo esta uma visita dirigida às crianças familiares das pessoas trabalhadores da SGPCM e Entidades do Campus XXI, com a especificidade de envolver os adultos e as crianças;
- Realização de Ciclos de Webinares diversos, ao longo dos anos, sobre as temáticas a que o SEDE se dedica | Público-Alvo: pessoas trabalhadoras da SGPCM e aberto à comunidade em geral;
- Realização de Workshops diversos, ao longo dos anos, sobre as temáticas a que o SEDE se dedica | Público-Alvo: grupos externos desde o 1º ciclo à idade adulta – parcerias com instituições envolventes.

4.4.4 Cuidar as Pessoas

O Programa "Cuidar as Pessoas" tem como objetivo o gradual envolvimento e compromisso de todas as pessoas da SGPCM no seu "Cuidar", com base numa visão estratégica integrada e holística. Em termos metodológicos inicialmente procedeu-se ao contacto com as UO, através de email, solicitando informações relativas ao planeamento de cada uma no que diz respeito a iniciativas no âmbito do "Cuidar as Pessoas". Foram realizadas reuniões, via teams, e tidas em conta todas as iniciativas partilhadas. Acresce todas as informações rececionadas, via email. Ainda foram tidos em conta os resultados do diagnóstico de satisfação global relativos ao ano de 2020. Finalmente, e depois de identificadas as ações - atividades e projetos, procedeu-se à sistematização da informação reunida agrupando-a pelos eixos estabelecidos.

Ao longo de todo o mandato, este programa tem sido o chapéu agregador de um conjunto diverso de iniciativas que a SGPCM levou a cabo com o objetivo de valorizar as suas pessoas nas várias esferas da sua vida. Estas esferas cruzam-se e concorrem, necessariamente, para o seu sucesso na vida profissional e com isso para o bom desempenho da organização.

4.4.5 Sustentabilidade ambiental

Na SGPCM, a Sustentabilidade Ambiental é assumida como compromisso maior no cumprimento das suas funções. As preocupações relacionadas com esta matéria estão no centro das atividades desenvolvidas e são uma prioridade por forma a garantir o desenvolvimento sustentável e, assim, um futuro digno para as gerações vindouras.

Na busca pela promoção de práticas alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compromete-se com políticas e programas nacionais e internacionais, com o propósito de partilhar conhecimento, de promover a mudança de comportamentos na sociedade e no centro do Governo e orienta a sua atuação com base nos compromissos assumidos na Política de Ambiente da SGPCM.

Em linha com a Política de Ambiente, a SGPCM implementou um Sistema de Gestão Ambiental no espaço do Campus XXI que, no dia 28de outubro de 2024, recebeu o Certificado Ambiental pela Norma NP EN ISO 14 001:2015, versando sobre diversas áreas de intervenção: mobilidade sustentável, eficiência energética, redução do consumo de água, redução da produção de resíduos, consumo sustentável, ou o plano de ação para as compras públicas sustentáveis.
Este projeto tem como principais objetivos:

- reforçar o acompanhamento da Legislação Ambiental, prevenir a poluição e melhorar o seu desempenho ambiental, numa perspetiva de melhoria contínua;
- alterar comportamentos e procedimentos, visando estimular padrões de desempenho e consumo mais sustentáveis na SGPCM.

O projeto de Certificação Ambiental visa ser alargado a todo o espaço do Campus XXI, sendo moldado à medida que as entidades residentes vão chegando ao edifício.
De referir que, a SGPCM se encontra integrada na equipa da Caixa Geral de Depósitos responsável pela área do ambiente, (de acordo com o Memorando de Entendimento com a CGD) de modo que o processo de transição das matérias relacionadas com o edifício seja mais simples.

4.4.6 Projeto Recicl'AP

A SGPCM desenvolveu um projeto de prevenção de resíduos, nomeadamente através da disponibilização e reutilização de bens móveis e materiais entre as várias Entidades das áreas governativas geridas pela SGPCM - Projeto Recicl'AP – Dar uma segunda vida aos materiais na Administração Pública.
O Projeto Recicl'AP tem como principal objetivo dar uma segunda vida aos materiais e bens móveis não apenas na SGPCM, mas também nas áreas governativas por si geridas, promovendo assim, em larga escala, o adiamento da compra de um novo bem, optando-se pela reutilização, empréstimo ou encorajando a doação de materiais e bens móveis que já não são necessários.

A ferramenta do projeto Recicl'AP diz respeito a uma plataforma online que funciona como um catálogo interativo, cuja arquitetura assenta numa aplicação clara, intuitiva e de simples utilização – a Plataforma de Gestão de Bens e Equipamentos.

4.4.7 Plano de Ação para as Compras Públicas Ecológicas na SGPCM

De acordo com a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas (ECO 360), a SGPCM implementou um Plano de Ação para as Compras Públicas Sustentáveis, com os seguintes objetivos:

- Incluir critérios ambientais e sociais nos procedimentos de contratação pública da SGPCM;
- Otimizar os procedimentos de Contratação Pública para facilitar a inclusão de critérios ambientais – Plataforma de Gestão de Aquisições;
- Promover a literacia dos técnicos de contratação Pública;

Para a implementação do Plano de Ação foi criada, na Plataforma Gestão de Aquisições uma área dedicada à integração e monitorização dos critérios ambientais em procedimentos de contratação pública.

4.4.8 Responsabilidade Social

O Programa de Responsabilidade Social da SGPCM (PRS-SGPCM) tem por missão «o compromisso da Direção de Topo de integrar a RS na cultura organizacional, que apresenta uma nova forma de estar e sentir baseada numa cultura organizacional em que se passa a olhar os trabalhadores/as como parceiros da organização e não apenas como "meros/as trabalhadores/as" criando condições para que todos se sintam à vontade para manifestar e desenvolver o seu potencial através, de apresentação de propostas e consequente implementação de iniciativas que contribuam para o bem-estar coletivo», visando o reforço da inovação e do empreendedorismo coletivo.
Ao longo do período a que reporta este relatório, destaca-se:

- Promoção de práticas de responsabilidade social com iniciativas diversas junto das pessoas trabalhadoras da SGPCM (atividades do Mês da Responsabilidade Social, atividade do Dia da Sustentabilidade do Planeta);
- Criação da Rede de Responsabilidade Social da Administração Pública (RRSAP), composta por elementos das várias Secretarias-Gerais, do GPP e SSAP;
- Iniciativas de Voluntariado Corporativo através de dois grandes projetos: Gesto Solidário (interno à SGPCM e Projeto Construindo Sonhos no âmbito da RRSAP). De sublinhar aqui as iniciativas de apoio ao Estabelecimento Prisional de Tires (EPT) com destaque para a Instalação da Bebeteca e recuperação das salas da creche do EPT (atividade desenvolvida, também, com a RRSAP) e o projeto de apoio à Casa São Francisco de Assis, antiga Casa do Gaiato de Lisboa;
- Promoção de Saúde e Bem-Estar com a realização das Semanas da Saúde que incluem webinares, workshops, rastreios, sessões de ginástica laboral;
- Reciclagem e Reutilização de materiais diversos, com a colaboração com a Rede Eletrão;
- Abertura da SGPCM à comunidade envolvente com o assinalar do Dia da Interculturalidade (em parceria com o SEDE);
- Iniciativas de apoio a situações de emergência nacional através de projeto com a AMI e Rede Eletrão.

4.4.9 Sistema de Gestão da Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal

A Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM), no âmbito do 3 em Linha Programa para a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar 2018-2019, assumiu o seu compromisso de promover a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal de todas as suas pessoas trabalhadoras.

No sentido de cumprir a sua missão, nesta matéria, desenvolveu Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal certificado pela NP 4552:2022.

No decorrer deste processo, e com vista a envolver toda a organização no processo e de modo a torná-lo seu, foi constituída uma Equipa de Conciliação composta por elementos das várias UO da instituição. Paralelamente foi definida Política de Conciliação da SGPCM em que se assumiram os seguintes compromissos:

- Contribuir para a prossecução dos seus objetivos estratégicos, nomeadamente o de proporcionar o prestígio profissional e a realização pessoal, através da gestão estratégica de recursos humanos;
- Implementar e promover medidas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores, de modo a melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos mesmos;

- Cumprir e fazer cumprir os requisitos do Sistema de Gestão da Conciliação de modo a garantir o seu eficaz funcionamento, bem como assegurar as atividades necessárias para garantir a melhoria contínua deste Sistema;

- Assegurar o envolvimento contínuo das partes interessadas, considerando as suas necessidades e expectativas;

- Influenciar os organismos do Estado e outras organizações na promoção de boas práticas de conciliação no desempenho das suas atividades.

Ao longo deste período, foram desenhadas e implementadas diversas medidas de conciliação no domínio das práticas laborais; apoio profissional e desenvolvimento pessoal; serviços e benefícios.

O Sistema de Gestão da Conciliação da SGPCM foi recentemente distinguido pela Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) pelo seu Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal. Esta distinção, atribuída na categoria de Trabalho Digno, reflete o compromisso contínuo da SGPCM com a Responsabilidade Social e a Sustentabilidade.

O reconhecimento foi formalizado com a atribuição do Diploma de Reconhecimento e do Prémio Silver, no eixo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade. Este prémio, que a APEE promove desde 2015, visa reconhecer a implementação de políticas e boas práticas de governação em organizações públicas e privadas, que contribuem ativamente para o desenvolvimento sustentável e a criação de valor para as suas partes interessadas.

4.4.10 Rede para a gestão da informação e conhecimento das Secretarias-Gerais (GIC)

A Rede para a Gestão da Informação e Conhecimento das Secretarias-Gerais (GIC) foi criada em outubro de 2022 e é composta por representantes de todas as Secretarias-Gerais enquadrados nas áreas de Arquivo e Sistemas de Informação. Esta Rede reúne com uma periodicidade bimensal e até ao presente realizou 18 reuniões (presenciais e via teams).

Este grupo de trabalho tem por objetivo a partilha de conhecimentos e a normalização de metodologias e procedimentos na Administração Central do Estado no âmbito da gestão da informação. Procura ainda criar sinergias entre as entidades participantes, a articulação entre áreas governativas neste setor, a partilha de boas práticas e de conhecimento especializado, bem como a discussão e promoção de soluções inovadoras que acompanhem os processos de transição digital e renovação tecnológica nos serviços informacionais.

No decurso destes seus dois anos de existência, assinalou o Dia Internacional dos Arquivos, que se comemora a 9 de junho, com a realização de 2 Encontros no Teatro Thalia, intitulados: "Os Desafios da "Década Digital" para a Gestão da Informação e Conhecimento" (2023) e "Segurança e Comunicação da Informação: Como Garantir e Valorizar o Acesso à Informação?" (2024). Estas ações de divulgação do trabalho da Rede, que se assumem também como sessões de trabalho e formação, contaram com a participação de especialistas nas áreas temáticas em debate, que em tudo relevam para os projetos correntes e a desenvolver por estas áreas.

De ressaltar também as iniciativas desenvolvidas no âmbito das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, as quais se traduziram na realização da Exposição "25 de Abril em 12 Acordes", patente ao público de 24 de abril a 14 de maio, no Teatro Thalia, e de 15 de maio a 28 de junho, na Biblioteca Palácio Galveias. A exposição apresentou uma narrativa progressiva sobre as alterações sociais e culturais que moldaram a sociedade portuguesa na viragem para a democracia, salientando-se o contributo de cada área governativa na melhoria das condições de vida e direitos conquistados ao longo dos últimos 50 anos, com documentos vários que testemunham um tempo de transição.

A referida exposição foi acompanhada de 2 sessões inaugurais que incluíram palestras e o Colóquio "Comunicar Abril pelas palavras das Secretarias-Gerais".

4.4.11 Campus XXI

Criação e implementação de um serviço centralizado de registo de Expediente, recebido e expedido, em suporte de papel, no Campus XXI.

Este serviço é desenvolvido em parceria com os CTT, a empresa que assegura o equipamento e os Recursos Humanos (2). As funções começaram a ser asseguradas em julho de 2024, quando da deslocação dos membros do Governo para o Campus XXI.

Tem por objetivo servir todas as entidades e Gabinetes Ministeriais sediados no Campus XXI, garantindo a receção, registo, digitalização e distribuição da correspondência recebida em suporte de papel e, de igual forma, a expedição dos documentos.

Este serviço é a principal porta de entrada e saída de correspondência do edifício Campus XXI, estabelecendo a articulação com o serviço de correio normal e estafetas/CTT e o Expediente SGPCM.
O serviço de gestão do Expediente Campus assegura:

- Receção e expedição da correspondência no Campus XXI;
- Articulação com a equipa do Expediente da SGPCM para distribuição interna da correspondência (entidades e gabinetes ministeriais sediados no edifício);
- Abertura, captura/registo, classificação, indexação, digitalização e encaminhamento em suporte informático da correspondência recebida no Campus XXI;
- Preparação da correspondência encaminhada ao CTI para expedição.

Para além dos serviços acima mencionados também se procedeu à organização e identificação do depósito de Arquivo do Campus XXI (Piso -2). No âmbito dos arquivos, foi elaborado um plano para ocupação dos distintos espaços e salas do depósito e foram definidos os requisitos para transferência de documentação e usufruto daquele espaço (proposta).
O Arquivo do Campus XXI assegura (via serviço de Expediente Campus):

- Gestão do arquivo corrente em suporte analógico;
- Auditoria ao sistema e validação das classificações (sistema de informação para gestão integrada da correspondência do Campus XXI);
- Facultar o acesso para consulta a informação em suporte físico que se encontre à sua guarda;
- Preparação, acompanhamento e acondicionamento/colocação em estante das remessas/transferências de documentação de conservação para o depósito (pertencente a gabinetes ministeriais e entidades residentes no edifício).

4.4.12 Projeto "Catálogo de Serviços da SGPCM"

Levantamento integral dos serviços prestados pela SGPCM. Finalizado em 2022. 15 Unidades Orgânicas/EM a considerar: 1. AGIR, 2. CUMC, 3. DASI, 4. DIV-FIN; 5. DIV-ROPM; 6. FUTURO; 7. MUNDO; 8. NATJ; 9. NCE; 10. PESSOAS; 11. POP; 12. RECURSOS; 13. RPCM; 14. TRANSPARÊNCIA; 15. VALOR

4.4.13 Projeto "InfoGest"

A execução do projeto "corre" em Sharepoint-online. O objetivo passa por desenvolver um ponto único de acesso à informação de gestão no novo portal de intranet da SGPCM. A informação de gestão será segmentada por temas e pelos diferentes utilizadores finais, ou seja, Gabinetes Governamentais, Entidades Apoiadas e Coordenadas, Dirigentes da SGPCM e Trabalhadores. Produção de dashboards

– 1. Áreas governativas - (Encargos); 2. Entidades - (Encargos); 3. SGPCM – (Execução do QUAR; Plano de Atividades; Encargos Administrativos; Indicadores de teletrabalho; Projetos financiados) – Trata-se de um projeto em constante mudança, considerando-se que a base técnica de sustento se encontra consolidada.
No que concerne ao acesso efetivo por parte dos "interessados" a sua concretização depende também da conjugação entre SGPCM, entidade, elementos a divulgar e ferramenta informática de trabalho.

- **Projeto "Oficinas de Simplificação".**

Este projeto está alinhado com prerrogativas definidas pela "Ferramenta de Autoavaliação da Cultura de Inovação", nomeadamente nas áreas de Liderança, Estrutura e Incentivos:

- A liderança promove a inovação dos trabalhadores através da "oferta" de períodos para inovar e experimentar;
- Existe uma prática de criação de grupos e equipas de trabalho interdepartamentais com um grau de autonomia acrescido;
- A entidade pública possui prémios, ou outra forma de reconhecimento formal, para ideias inovadoras dos trabalhadores.
- A participação neste projeto, por parte dos trabalhadores, esteve no biénio 2021/2022 reconhecida em sede de SIADAP 3, como objetivo transversal à organização.

Outros projetos:

- Implementação do **CoPilot nos Gabinetes Governativos –** Este projeto tem como objetivo capacitar os gabinetes governamentais na adoção e implementação eficaz do CoPilot 365. Trata-se de um projeto piloto, desenhado para explorar e validar o potencial do CoPilot 365 como uma ferramenta de apoio na otimização das tarefas administrativas e apoiar processos decisórios, simplificando atividades burocráticas e melhorando o acesso a informações relevantes em tempo real.
- **Media Clipping para Gabinetes do Governo** - Este projeto pretende desenvolver um serviço de Media Clipping personalizado, adaptado às necessidades dos gabinetes governamentais. O objetivo é fornecer um fluxo contínuo de informações relevantes, retiradas de diversas fontes de comunicação, como notícias, redes sociais e publicações especializadas. Este serviço permitirá aos gabinetes governamentais manterem-se atualizados sobre temas específicos, acontecimentos de interesse público e menções de políticas e atividades governamentais nos media.
- **Ferramentas personalizadas de IA para apoio à Ação Governativa** - Este projeto visa o desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial (IA) personalizadas para apoiar os gabinetes em processos estratégicos e operacionais. Através da criação de soluções ajustadas às necessidades específicas de cada gabinete, o objetivo é melhorar a eficácia e eficiência da ação governativa, promovendo uma gestão mais informada, célere e orientada por dados. A criação destas ferramentas ajudará os gabinetes a responder de forma mais ágil e precisa aos desafios atuais.
- **Sistema de acompanhamento da Ação Governativa** - Este projeto foca-se na criação de um sistema integrado para monitorizar, em tempo real, a execução do Programa do Governo e demais medidas, oferecendo suporte técnico direto ao gabinete da Secretária de Estado da Administração Pública (SEAP). A plataforma permite o acompanhamento detalhado dos objetivos, prazos e resultados de cada medida, promovendo uma visão clara e organizada da sua implementação. Com este sistema, pretende-se aumentar a transparência, facilitar

a gestão interna e apoiar os gabinetes na rápida identificação de áreas que necessitam de intervenção ou ajustes.

- **Projeto "RIAD", financiado pelo Fundo Social Europeu**

- Projeto aprovado no âmbito do POCI (Código do Projeto: POCI-05-5762-FSE-000077). Valor total do fundo recebido = 93.828,22€. Projeto concluído.

- O projeto RIAD teve um impacto significativo na SGPCM, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento e modernização do seu Sistema de Gestão de Informação, assim como uma maior integração das suas equipas de trabalho. O desenvolvimento da Gestão da Informação da SGPCM permitiu: Desmaterialização da Informação; Simplificação Administrativa; Segurança e Controlo da Informação; Transparência Administrativa; Interoperabilidade; Pesquisa de Informação; Acessibilidade; Agilidade Administrativa; Redução de Custos; Estruturação da informação para a tomada de decisão.

- **Projeto "PCM Portal de Serviços", financiado pelo Fundo Social Europeu**

- Projeto aprovado no âmbito do POCI (Código de Projeto: POCI-05-5762-FSE-037740). Valor total do fundo recebido = 120.026,70€. Projeto concluído
- Objetivo principal: Digitalização, desmaterialização e ou prestação digital de serviços públicos de forma integrada e totalmente desmaterializada, promover o Portal PCM e um portal dedicado às questões das Fundações e da concessão de Utilidade pública às instituições

- **Projeto "Teletrabalho – 1ª Edição", financiado pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência**

- Projeto aprovado no âmbito do PRR (Código de Projeto: 316) para financiamento de computadores portáteis a afetar ao universo de trabalhadores da SGPCM com Contrato de Teletrabalho firmado. Valor total do fundo aprovado = 20.814,36€. Projeto em execução.

- **Projeto "Teletrabalho – 2ª Edição", financiado pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência**

- Projeto aprovado no âmbito do PRR (Código de Projeto: 2610) para financiamento de computadores portáteis a afetar ao universo de trabalhadores da SGPCM com Contrato de Teletrabalho firmado. Valor total do fundo aprovado = 10.000,00€. Projeto em execução.

- **Projeto "Estágios – 1ª Edição", financiado pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência**

- Projeto aprovado no âmbito do PRR (Código de Projeto: 145) para financiamento de estágios a realizar na SGPCM. Valor total do fundo aprovado = 39.195,35€. Projeto em execução.

- **Projeto "Estágios – 2ª Edição", financiado pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência**

- Projeto aprovado no âmbito do PRR (Código de Projeto: 325) para financiamento de estágios a realizar na SGPCM. Valor total do fundo aprovado = 161.184,12€. Projeto em execução.

- **Projeto Capacitação da Administração Pública - Entidade responsável pela implementação da reforma TD-r35 – MRR - C19-i07.02, financiado pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência**
- Projeto aprovado no âmbito do PRR cujo foco do financiamento se destinava à comparticipação de verbas para funcionamento de uma Estrutura de Missão com o compromisso dos "entregáveis" constituírem propostas para implementação da Reforma da AP". Mesmo não se tendo concretizado nos termos inicialmente acordados (financiamento de 2.300.000,00€ a afetar ao projeto em que a SGPCM se assumia como entidade beneficiária), a real execução da matéria acordada com a Comissão Europeia correu, embora de uma forma não tão materialmente impactante como inicialmente se previa para a SGPCM. De qualquer forma a SGPCM apresentou despesa à EMRP para efeitos de reembolso, estando a mesma inteiramente relacionada com as questões físicas do Campus APP e da preparação da "chegada" dos gabinetes governamentais e da nova Organização – Secretaria-Geral do Governo.
- Entregáveis: Legislação publicada: DL 43-A/2024, DL 43-B/2024, DESPACHO 9075-A/2024, RCM 105/2024, DL 67/2024, DL 68/2024
- Projeto em execução.

- **Projetos Financiados**: Resumo anual do financiamento de projetos em que a SGPCM é Beneficiário Direto e também Destinatário Direto, excluindo integralmente o Fundo de Segurança Interna e o Fundo de Apoio à Migração e Asilo.

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
€ Fundo Declarado	67.691,95	42.399,28	9.935,48	73.125,66	53.038,33	-32.335,77	0,00	213.854,92

- A SGPCM é entidade beneficiária de outros projetos cofinanciados, contudo não é o destinatário final, a saber:

Nome do Projeto	FUNDO	Fundo recebido + Fundo a receber	Estado do Projeto
PT/2018/FSI/370 - PIIC	Fundo de Segurança Interna	640.703,55€	Concluído
PT/2019/FSI/442 - PNR	Fundo de Segurança Interna	1.501.888,79€	Concluído
FAMI2030-FAMI-00111400	Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração	2.700.000,00€	Em execução
C19-i04.03 - Infraestruturas críticas digitais	Mecanismo de Recuperação e Resiliência	3.955.496,84€	Em execução

A Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada em anexo à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (LEO), na sua redação atual, prevê a implementação de um modelo de Orçamentação por Programas que consiste na estruturação dos orçamentos das entidades do universo da Administração Central e da Segurança Social tendo por base a quantificação de recursos afetos às políticas públicas, os resultados a alcançar com a implementação de medidas de política setoriais, a implementação dos procedimentos contabilísticos e de informação de desempenho que se revelem pertinentes.

5. Orçamentação por Programas: Projetos Piloto

Nos termos da LEO, a implementação do modelo de orçamentação por programas assenta numa abordagem progressiva possibilitando a colaboração de todas as entidades intervenientes no processo orçamental.

A metodologia que tem vindo a ser prosseguida foi iniciada com a implementação de um piloto em sede de Orçamento de Estado para 2022 (MAR), alargando-se no Orçamento de Estado para 2023 a dois novos Programas Orçamentais, respetivos à Economia e Mar. Igualmente, para o Orçamento de Estado de 2024 foram incluídos a despesa total da Missão de Base Orgânica Economia e Mar e ainda a Missão de Base Orgânica da Cultura.

Para o Orçamento de Estado de 2025 a SGPCM, na qualidade de Entidade Coordenadora de Programas Orçamentais, é responsável pelo planeamento, execução e monitorização dos projetos piloto da Missão de Base Orgânica da Coesão Territorial e da Missão de Base Orgânica da Juventude e Modernização. Igualmente, executa este papel, conjuntamente com o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, para o projeto piloto da Missão de Base Orgânica da Cultura.

Na qualidade de Entidade Coordenadora de Programas Orçamentais e Serviço Coordenador em matéria de Planeamento e Avaliação dos Serviços (SIADAP 1), entre 2022 e 2024, SGPCM desenvolveu uma metodologia que pressupõe o alinhamento vertical entre recursos e resultados, que pretende verter a orientação política convertendo-a em ação na administração. Através desta abordagem, inserindo-a num quadro plurianual e de especialização por Área Governativa, torna-se possível promover uma visão e conhecimento holístico de cada Programa Orçamental.

6. Da Orientação Política à Ação Administrativa – Metodologia e Plataforma de Monitorização

Assim, partindo do definido nos Instrumentos-chave de Governação (Programa do Governo, Grandes Opções do Plano, Programa de Estabilidade, Lei de Enquadramento Orçamental, entre outros), subordinado a uma lógica de Orçamentação por Programas, desenvolvem-se os Documentos Estratégicos Setoriais, por via dos objetivos do respetivo Programa Orçamental, que se concretizam na esfera da Ação Administrativa, através das entidades que tutelam.

Estas, por sua vez, refletem, na sua Estratégia esta orientação e procedem ao seu desdobramento na elaboração anual dos instrumentos financeiros (Orçamento) e não financeiros (QUAR e Plano de Atividades, entre outros), que servirão de suporte à construção de um sistema de controlo de gestão, por via da orçamentação por objetivos vs. por atividades/projetos.

Para assegurar o acompanhamento da implementação desta metodologia foram desenvolvidas 2 ferramentas informáticas com recurso ao SharePoint Online, disponibilizado pelo Office 365, que cumprissem com os princípios da eficiência, desmaterialização, transparência e fiabilidade. Ambas têm como "público-utilizador" os Gabinetes Ministeriais apoiados pela SGPCM e as Entidades Coordenadas.

- Plataforma de Monitorização dos Objetivos do Programa Orçamental
- Plataforma de Monitorização - Alinhamento Vertical

7. Inovação na gestão organizacional

7.1 Levantamento de Perfis Funcionais

O projeto de levantamento dos Perfis Funcionais da SGPCM consistiu na identificação, descrição e análise das funções dos trabalhadores, agrupando-os em diferentes áreas e nos respetivos perfis funcionais. O projeto teve, contudo, outros os objetivos:

a. Identificação e descrição das áreas e perfis funcionais da SGPCM;

b. Levantamento dos processos de negócio da SGPCM;

c. Delimitar e harmonizar responsabilidades das diferentes unidades orgânicas e equipas multidisciplinares;

d. Facilitar a criação de perfis de utilizadores internos para os sistemas informáticos;

e. Facilitar o avaliador na criação de objetivos e definição de competências em sede de avaliação de desempenho (SIADAP 3);

f. Definir necessidades organizacionais ao nível de capital humano;

g. Racionalizar a gestão de carreiras através de um desenvolvimento profissional através de uma formação orienta.

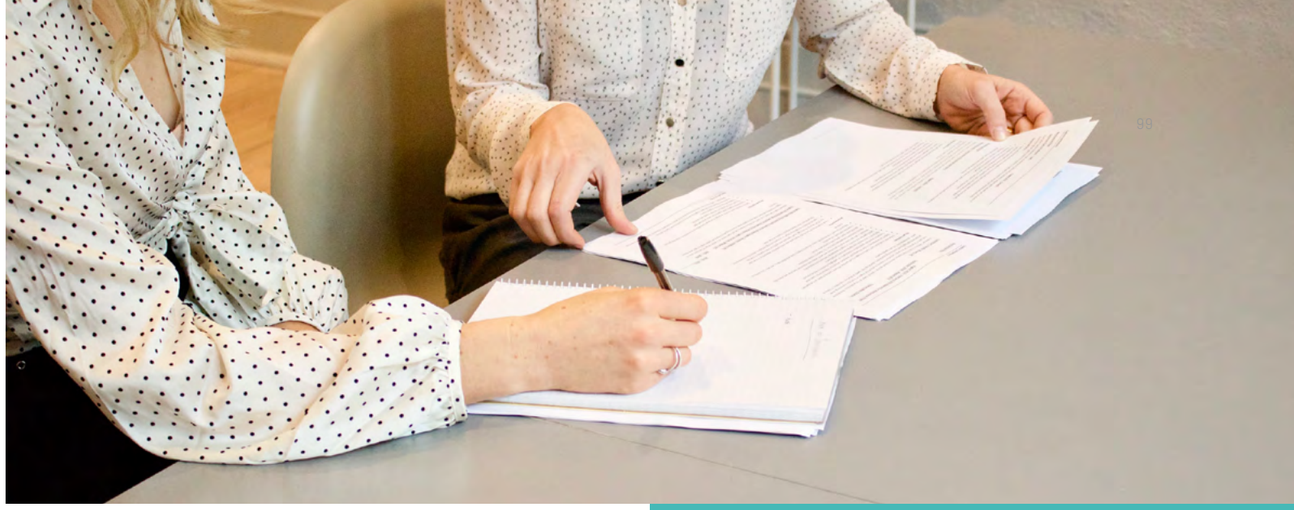
Foram identificadas, até ao momento, 43 áreas funcionais e 146 perfis funcionais

7.2 Ferramenta de política de Recursos Humanos

A inovação é, atualmente, elemento fundamental em qualquer tipo de organização. É através da Inovação que se gera a diferenciação e se aumenta o valor e/ou eficácia do produto ou serviço prestado. É preciso notar que existe uma correlação, mais ou menos direta, entre o aumento do nível de inovação com o aumento dos riscos associados aos processos organizacionais. Todavia, num contexto de globalização, caracterizado pela elevada competitividade e mudança constante, os ganhos que as organizações têm pela sua aposta na inovação, superam largamente as eventuais perdas que possam surgir.

O Programa do XXII Governo Constitucional referia que "(...) instituições inovadoras, [são] capazes de ajustar as suas respostas às necessidades das pessoas e da sociedade". Essa orientação estava patente no 4.º Desafio Estratégico a "Sociedade Digital, da Criatividade e da Inovação", revelando a intenção para a AP:

> ***"Vamos também continuar a privilegiar a simplificação administrativa, a reforçar e a melhorar os serviços prestados digitalmente pelo Estado, a promover o seu acesso e usabilidade, a desmaterializar ainda mais procedimentos administrativos e a apostar na modernização administrativa como uma forma de melhor servir o cidadão."***



A SGPCM, considerando este contexto, vem apostando na consolidação da estrutura para a Gestão da Inovação, prevendo o desenvolvimento de diferentes iniciativas, nomeadamente:

7.3 Ferramenta de Autoavaliação da Cultura de Inovação

A SGPCM, a convite do INA, participou na implementação de Ferramenta de Autoavaliação da Cultura de Inovação criada por aquela entidade.
De acordo com o INA "A Ferramenta de Autoavaliação da Cultura de Inovação é constituída por dez áreas que abrangem a globalidade da arquitetura de gestão de uma entidade do setor público. Cada uma dessas áreas é avaliada através de um conjunto de capacidades específicas essenciais para que exista uma cultura de inovação no contexto da gestão pública. A implementação desta ferramenta é uma medida do Programa SIMPLEX' 20-21 (Medida #78), integrada no eixo da "Administração Pública Moderna e Inovadora", na categoria de "Desenvolver as competências dos trabalhadores e das trabalhadoras"."

Após a realização de reuniões de trabalho com o INA para aplicação da ferramenta, seguiu-se a elaboração de "Autodiagnóstico de Cultura de Inovação" onde foram espelhados os resultados globais da Autoavaliação da Cultura de Inovação, bem como os resultados por dimensão. Em cada um dos casos, foram identificadas as capacidades diferenciadas e as oportunidades de melhoria.

Os resultados globais que chegámos foram resumidamente os seguintes:

Cultura de inovação com um desenvolvimento moderado

O perfil de cultura de inovação da SGPCM demonstra duas tendências fundamentais: a heterogeneidade de resultados e o espaço para evolução na maturidade da entidade neste domínio. Neste perfil, pessoas organizadas numa estrutura, com uma estratégia definida e uma liderança dirigida, oferecem perspetivas de garantir um desenvolvimento sustentado em inovação.

8. Otimizar processos promovendo a inovação, a simplificação e a transparência

As exigências do ambiente digital, orientadas por princípios de universalidade e interoperabilidade técnica e semântica, tornam obrigatória a adaptação das bases instrumentais que regulem a gestão dos documentos de arquivo, principais repositórios da informação institucional.

As portarias de gestão de documentos estabelecem regras e decisões em simultâneo para a classificação e a avaliação, tendo presente os modelos emergentes de gestão da informação assente em abordagens por processos de negócio. A sua aplicação assegura a organização do sistema de informação arquivística, permite reduzir de forma segura o volume dos documentos salvaguardando a memória e o património arquivístico.

Neste sentido, a SGPCM iniciou os trabalhos para a publicação de uma portaria com a finalidade de regulamentar a classificação, avaliação, seleção, eliminação e conservação de documentos produzidos, em qualquer suporte, pela SGPCM e os serviços, organismos, entidades e estruturas sob a tutela da Ministra de Estado e da Presidência.

A elaboração da Portaria para avaliação e gestão da Informação arquivística foi concluída e remetida à tutela para apreciação (XXIII Governo).

8.1 GFIDOC – Sistema de Gestão Documental

O lançamento do projeto de gestão documental que posteriormente foi agregado ao desenvolvimento do Portal da Fundações e Utilidades Públicas teve como objetivo a instalação na SGPCM de um sistema único e interoperável de gestão da documentação.

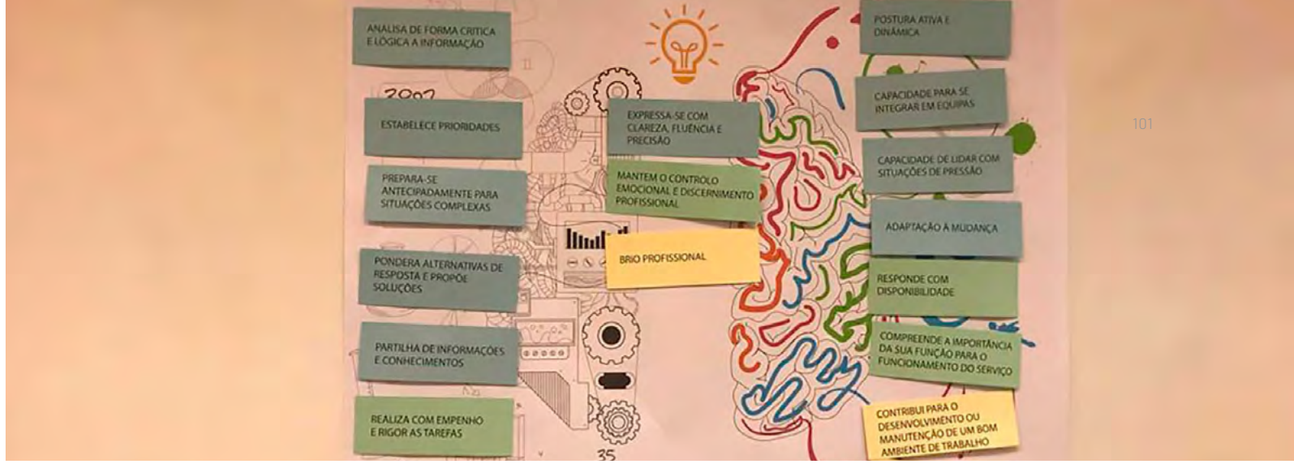
8.2 Classifex

O projeto CLASSIFEX teve como objetivo a promoção de boas-práticas para a gestão de documentos arquivísticos, enquadrada nas políticas públicas de suporte a medidas para a modernização e governo eletrónico dos gabinetes ministeriais, estruturas de missão, serviços organismos e órgãos consultivos tutelados pelas áreas governativas da SGPCM. Este projeto garantiu a interoperabilidade semântica em toda a AP.

Foi terminado e implementado em 2020, encontrando-se na DGLAB – Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, para validação. No âmbito da estratégia de modernização tecnológica e administrativa da SGPCM, caracterizada pela simplificação, racionalização e automatização dos processos, cumpre fixar diretivas para uma eficaz gestão da informação, as quais são necessariamente aplicáveis aos documentos.

8.3 Archeevo

O balcão eletrónico, integrado no módulo frontoffice do sistema de gestão do arquivo histórico (Archeevo) possibilita aos utilizadores internos e externos terem conhecimento do espólio à guarda da SGPCM e solicitar a sua consulta sem necessidade de se deslocar fisicamente ao arquivo. Estes serviços são tratados de forma coordenada por fluxos bem definidos, onde cada grupo de utilizadores tem o seu perfil e responsabilidades. Foram descritos e integrados no Archeevo, para publicação e disponibilização ao público, 4 fundos, 3 subfundos e 9 subsubfundos. Elaborou-se um Regulamento de Acesso e Reprodução de Documentos, o qual se encontra em fase de aprovação.



À data aguardamos a assinatura do contrato com a empresa (Keepsolutions) para procedermos às necessárias correções e publicitação, entenda-se disponibilização ao público externo do Archeevo, que passará a efetuar os seus pedidos de acesso a documentos para consulta por esta via (balcão eletrónico).

Aguardamos também a entrega (novembro) do Relatório de Avaliação de Informação Acumulada, a ser elaborado pela empresa RFS, referente aos fundos do Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS). A sua validação e aprovação pelo órgão coordenador da política arquivística nacional (DGLAB) possibilitará a Integração de novos registos descritivos, 8 novos fundos, neste repositório para preservação e comunicação da informação de conservação permanente, que é o Archeevo.

8.4 PPD – O Plano de Preservação Digital

PPD – O Plano de Preservação Digital encontra-se em fase de elaboração dos documentos de implementação. Em virtude das alterações orgânicas e da extinção/fusão da SGPCM, este projeto, em franco desenvolvimento de 2022 a início de 2024, está agora suspenso.

Biblionet - A aplicação informática que permite operacionalizar a gestão da Biblioteca da SGPCM e tornar acessível ao público o seu catálogo, no decurso do ano de 2024, entrou em produção e encontra-se, desde o início de outubro, totalmente operacional. Os pedidos dos leitores, para requisição e acesso a publicações, já se processam por esta via.

8.5 Portal das Fundações

O Portal UPF tem como objetivo último permitir a melhoria da gestão de processos das Entidades de Utilidade Pública e Fundações, de forma desmaterializada, em todo o seu ciclo de vida, com capacidade de comunicação entre os diversos interlocutores, internos ou externos.

Após o desenho efetuado em 2018, durante o ano de 2019, foi lançado o desafio de desenvolver e implementar a solução de forma a dar resposta à

arquitetura levantada. Este projeto é uma parceria com a AMA, uma vez que o processo será submetido através do portal e-Portugal, e o parceiro da solução - GFI.
O Portal UPF visa melhoria da gestão de processos das Entidades de Utilidade Pública e Fundações, de forma desmaterializada, em todo o seu ciclo de vida, com capacidade de comunicação entre os diversos interlocutores, internos ou externos. A medida foi implementada em 2020, com a disponibilização do novo portal na plataforma e-Portugal, no mês de setembro desse ano.

O mais recente Portal da Fundações e Entidades de Utilidade Pública a SGPCM disponibiliza os serviços no gov.pt disponibilizado pela AMA, e que oferece ao representante de associações/cooperativas/ fundações portuguesas ou estrangeiras os serviços de submissão e consulta de informação relativamente aos processos de atribuição de utilidade pública e processos relacionados com a existência jurídica das Fundações. Atualmente todos estes pedidos adicionados no portal gov.pt são registados na ferramenta de gestão documental interna da SGPCM - o GFIDOC – à qual foi adicionada a componente de Backoffice que suporta a análise dos referidos processos e respetivos fluxos de negócio.

8.6 Competências AP

Competências@AP – visa permitir a identificação centralizada das competências dos trabalhadores em funções públicas. A medida operacionaliza-se através de uma plataforma eletrónica pela qual são submetidos, pelos interessados, os respetivos currículos. A base de dados assim constituída permitirá melhorar a partilha de competências dentro

da AP e identificar as necessidades de formação. A medida começou por ser aplicada na SGPCM e aos seus trabalhadores.

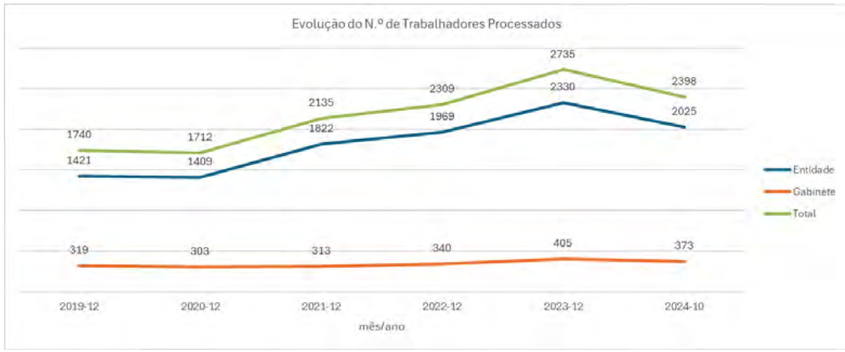
8.7 PCM Online

A reestruturação do PCM Online, com grande incidência na organização de conteúdos e no desenvolvimento de uma área para tornar explícito o conhecimento tácito da organização – Gestão do Conhecimento. Esta área da intranet, ficará disponível a todos os trabalhadores da SGPCM, com os seguintes conteúdos:

- Processos de Negócio da SGPCM;
- Impressos (com respetivas regras de preenchimento);
- Perfis Funcionais da SGPCM;
- Estudos de Benchmarking;
- Boas-Práticas da SGPCM;
- Fichas de Projetos da SGPCM.

8.8 GeRHuP

O GeRHuP, implementado na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) desde 2019, trouxe melhorias significativas na eficiência e eficácia da gestão de recursos humanos. Este sistema assegura que os vencimentos são processados de forma precisa e em conformidade com as normas legais vigentes.
Desde a sua implementação já foram processados, numa média estimada, 315 000 vencimentos.
Presentemente, é assegurado o processamento dos vencimentos a 373 trabalhadores de 19 Gabinetes dos Membros do Governo, a 2 025 trabalhadores de 28 Entidades apoiadas, perfazendo um total de 2398 vencimentos processados mensalmente.



8.9 Carrinho de compras

O projeto da Centralização, foi iniciado em 2019, tendo vindo a alargar o seu âmbito e foi acompanhado com um sistema on-line e disponível onde cada um pode aceder à requisição de produtos e de economato.

9. Grandes desafios

9.1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Para 2023 foi elaborada uma Estratégia de Comunicação sobre os ODS e Agenda 2030. As grandes atividades relacionadas com a Estratégia e executadas em 2023 foram as seguintes: Dia Nacional da Sustentabilidade e Lançamento da página PTSUSTENTAVEL.

- Em 2024 consolida-se o Mapeamento e Alinhamento das metas e indicadores das atividades da SGPCM com os ODS.
  A Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM), desde há bastante que tem como um dos seus pilares de suporte a Sustentabilidade. O trabalho tem sido feito em várias vertentes através da certificação pela NP 4552:2022 – Norma Portuguesa para o Sistema de Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Pessoal e pela Norma Internacional ISO 14001:2015 para a Certificação do Sistema de Gestão Ambiental. Considerando este alinhamento com a sustentabilidade, a SGPCM fez um estudo para o mapeamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) associados aquilo que são as suas atividades.

Objetivo do estudo: Mapeamento e alinhamento das metas e indicadores das atividades da SGPCM.

Metodologia:

1º - Identificação das Unidades Orgânicas (UO) da SGPCM com base legislação que as criou oficialmente, nomeadamente, a Portaria n.º 95/2021, de 30 de abril. Considerando que a Equipa Multidisciplinar de Inovação, Estratégia e Monitorização (InovEM) efetuou o estudo, também se teve em consideração esta equipa, criada pelo Despacho n.º 2145/2024, de 27 de fevereiro, como estrutura piloto.

2º - A partir das competências descritas para cada estrutura, extrapolaram-se possíveis atividades.

3º Identificaram-se o ou os ODS, respetivas metas e indicadores para cada uma dessas atividades.

UO e ODs associados

UO SGPCM	ODS Associados
DSRH	3, 4, 5, 8, 10, 16
DFTR	3, 4, 5, 8, 10, 16
DSMSA	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17
DCP	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17
EMROPM	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17
NSL	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17
DSF	9, 12, 16, 17
DF	9, 12, 16, 17
DSEP	4, 8, 9, 12, 16, 17
INOVEM	4, 9, 16, 17
NCE	4, 8, 9, 12, 16, 17
DSJAI	8, 9, 10, 12, 16, 17
NTJT	8, 9, 10, 12, 16, 17
DSRIC	4, 5, 8, 9, 10, 16, 17
RPCM	4, 5, 8, 9, 10, 16, 17
RIA 2030	4, 5, 8, 9, 10, 16, 17
NCE	4, 5, 8, 9, 10, 16, 17
AGIR	4, 5, 8, 9, 10, 16, 17
DASI	4, 5, 8, 9, 10, 16, 17
NDA	4, 5, 8, 9, 10, 16, 17

9.2 Fundações e Utilidades Públicas

As recentes alterações orgânicas da SGPCM, consubstanciadas, em primeiro lugar, pela Portaria n.º 395/2019, de 13 de novembro e, posteriormente, pelo Decreto-Lei n.º 20/2021, de 15 de março e pela portaria que o regulamenta, a Portaria n.º 95/2021, de 30 de abril, e que veio revogar a referida Portaria n.º 395/2019, de 13 de novembro, permitiram o desenvolvimento de um processo de significativa recuperação no que se refere aos processos relativos quer aos pedidos de concessão do estatuto de Utilidade Pública, quer aos pedidos referentes a Fundações (reconhecimento, autorização de alterações estatutárias, autorização de alienação de património e extinção).

Este processo, que se iniciou em meados de 2020, permitiu, desde o seu início, uma redução de processos pendentes de um total de 407 (no final de 2020) para, 9 meses depois, 308 (o número mais baixo de pendências desde 2016), resultado que se atingiu não obstante, por um lado, o significativo aumento de pedidos entrados que se verificou em 2019 (288) e, por outro, a situação de pandemia que se verificou em 2020/2021 e da qual, pelas condições de que se revestiu, decorreu um significativo alargamento dos períodos de instruções dos processos pendentes.

	Submetidos (pedidos de utilidade pública e pedidos relativos a fundações)	Pendentes (pedidos de utilidade pública e pedidos relativos a fundações)	Decididos (pedidos de utilidade pública e pedidos relativos a fundações)	Arquivados (pedidos de utilidade pública e pedidos relativos a fundações)
2016	220	436	102	127
2017	297	427	128	167
2018	251	429	149	139
2019	288	392	111	162
2020	186	407	148	82
2021	65	294	134	44
2022	117	159	109	56
2023	148	162	116	29
2024*	67*	138*	69*	22*

*número provisórios

Desde 2022 que se tem verificado uma estabilização no número de processos entrados e decididos, o que representa um novo foco noutras atribuições relacionadas com a fiscalização de Fundações que deram origem a 16 processos de fiscalização (necessariamente mais exigentes em termos de tempo e recursos dedicados), assim como 18 processos de verificação da manutenção do Estatuto de Utilidade Pública. Os números de 2024 são ainda incompletos tendo em conta que, devido à entrada em funcionamento de um novo Governo Constitucional, apenas recentemente começaram a ser decididos os processos que, estando pendentes, se encontram com a instrução concluída. A resolução destes processos deverá determinar uma nova descida do número de processos pendentes

9.3 TRANSPARÊNCIA

A promoção da Transparência e da Integridade na ação governativa teve início em 2019 com ações de sensibilização dos membros do Governo e dos membros dos seus gabinetes logo no momento do acolhimento, tendo em conta as obrigações declarativas que recaem sobre os membros do Governo e sobre os chefes dos gabinetes.

A evolução do apoio nesta matéria tem sido no sentido do aprofundamento das questões de transparência, nomeadamente, relacionadas com conflitos de interesse, incompatibilidades e impedimentos, tendo conhecido avanços com a resposta às recomendações do GRECO no âmbito do Quinto Ciclo de Avaliação a Portugal. Destaca-se, ainda, os contributos da SGPCM para um novo Código de Conduta do Governo (como reconhecido no preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2024, de 24 de abril), passando este a prever, de forma inovadora, um Plano de Prevenção de Riscos do Governo e um Canal de Denúncias.

No âmbito da Transparência têm sido realizadas ações de diversa natureza, como reuniões de sensibilização com os membros do Governo e Gabinetes ou aconselhamento confidencial, que se resumem na seguinte tabela:

	Reuniões	Aconselhamento Confidencial
2021	-	60
2022	62	122
2023	10	16*
2024	57	523

*Sem dados relativos a chamadas telefónicas

Com o reforço da componente preventiva e a adoção das medidas constantes no Pacote Anticorrupção prevê-se um reforço na atuação nesta área, nomeadamente ao nível do seguimento das denúncias resultantes do Canal de Denúncias do Governo que está em implementação, assim como o acompanhamento do desenvolvimento do Plano de Prevenção de Riscos do Governo. Esta nova centralidade do tema da prevenção da corrupção está já a ser preparada internamente com o desenvolvimento dos mecanismos que permitam iniciar estas atividades assim que for necessário.

10. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS

10.1. Rede de Serviços Jurídicos da Administração Pública (REJURIS)

A Rede de Serviços Jurídicos da Administração Pública (REJURIS), criada pelo Decreto-Lei n.º 149/2017, de 6 de dezembro, é constituída pelos diretores de serviços jurídicos das secretarias-gerais, reunindo trimestralmente. A SGPCM participa dos trabalhos desde o seu início, contribuindo para a partilha de conhecimento na área jurídica e a harmonização de boas práticas em matéria de contratação pública, de procedimentos contraordenacionais e disciplinares.

10.2. Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado

Este Conselho, estabelecido em 1998, a quem, para além das funções de coordenação do sistema, é confiada a missão de consolidar metodologias harmonizadas de controlo e de estabelecer critérios mínimos de qualidade do sistema nacional de controlo interno, suscetíveis de garantir um elevado nível de proteção dos interesses financeiros do Estado, conta com a participação da SGPCM enquanto serviço ao qual foi cometida a missão de assegurar as funções inspetivas relativamente à área governativa da Presidência, Infraestruturas, Habitação e Coesão Territorial.

10.3. Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC)

O Conselho Consultivo é o órgão a quem cabe pronunciar-se sobre as decisões estratégicas do MENAC, tendo o Diretor de Serviços Jurídicos, Auditoria e Inspeção da SGPCM como membro desde o seu início, em 2023. Dessa colaboração estreita tem nascido a oportunidade de recolher contributos para a preparação de ações de prevenção da corrupção, por intermédio da promoção da integridade na ação governativa.

10.4. Think Tank da Procuradoria-Geral da República

Este grupo de trabalho, estabelecido em 2020 e no qual a SGPCM participa desde o início de 2024, propõe-se a identificar aspetos de relevo que possam contribuir para a definição de estratégias de prevenção e combate a fraudes com fundos europeus.
Tendo em conta a experiência adquirida com o envolvimento em projetos europeus, nomeadamente com os resultantes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a SGPCM tem participado dos trabalhos do Think Tank, contribuindo para a elaboração de propostas que melhorem os mecanismos de deteção de fraude nos fundos europeus.

10.5. Grupo de Estados contra a Corrupção do Conselho da Europa (GRECO)

A SGPCM colaborou, com a Direção-Geral da Política de Justiça, no Quinto Ciclo de Avaliação do GRECO, que tinha como objetivo a prevenção da corrupção e a promoção da integridade em governos centrais (funções executivas de topo) e forças e serviços de segurança. Esta colaboração traduziu-se na participação nas reuniões no terreno com a equipa de avaliação do GRECO em 2022, assim como na 93.ª Reunião Plenária do GRECO em Estrasburgo, em março de 2023 e, subsequentemente, desenvolvendo os trabalhos de implementação das recomendações do GRECO dirigidas, em particular, ao Governo.

11. Novas Unidades Orgânicas e novas Competências

Criar uma unidade de prospetiva estratégica na administração pública (AP) que visa pensar o futuro de Portugal num contexto global em mudança. Convocar a sociedade civil e apoiar os decisores políticos através do fomento da participação coletiva na construção de mundivisões e políticas sustentáveis para o país.

Auxiliar os vários organismos do sector público no planeamento e implementação de políticas públicas através da apresentação de outras perspetivas temporais, com outras e diversas fontes de informação e novos prismas culturais e societais, aplicando as metodologias, técnicas e práticas da prospetiva estratégia.

A unidade de prospetiva estratégica no centro da AP portuguesa, terá como mandato antecipar as mudanças e oportunidades políticas emergentes, explorar ideias e experimentar com tecnologias e métodos o desenvolvimento de políticas públicas ao serviço do país. Os temas abordados serão: população, clima, poder e conflito, saúde e segurança social, desenvolvimento sustentável, tecnologias emergentes, integração europeia, administração pública, entre outros.

Um dos momentos centrais dessa reflexão foi o seminário "Qualificar o apoio ao Centro do Governo", realizado no dia 26 de junho 2018, que contou com Marcos Bonturi, Diretor for Public Governance da OCDE, realizado nas instalações da SGPCM. Da sua reflexão resultou que a prospetiva estratégica (foresight) é uma das atividades de centro de governo que mais podem contribuir, num horizonte de longo prazo, para a eficácia das políticas públicas.
Hoje, por outro lado, trabalhamos junto do Planapp para consolidar a colaboração entre entidades e a partilha de recursos escassos.

11.1. A Comunicação

O aperfeiçoamento da qualidade, eficiência e eficácia das estratégias de comunicação da Administração Pública constitui um fator decisivo para a modernização e melhoria dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos, instituições, empresas e outros stakeholders. Num quadro cada vez mais dinâmico, com um elevado número de estímulos que competem pela atenção dos utilizadores, a possibilidade de diferenciação está intrinsecamente ligada à habilidade para comunicar.

O Plano de Comunicação da SGPCM, elaborado durante este período, tem por finalidade a fluidez da comunicação de molde a que esta funcione em conjunto, de forma recíproca, incrementando as políticas, os valores e a missão da casa, promovendo a interação entre chefias e todos os funcionários, de modo a estimular a participação, o envolvimento e o espírito de equipa.
Um plano de comunicação bem implementado e atualizado constitui uma mais-valia para qualquer entidade, na medida em que reforça a sua unidade, desenvolve o impacto da sua atuação junto da sociedade civil e reforça o seu posicionamento nas mais diversas vertentes.

O plano de comunicação serviu o mote da Secretaria-Geral do Governo (SGGOV) em afirmar o seu posicionamento em três dimensões estratégicas:

1. A nível interno e externo, enquanto local de trabalho diferenciado na Administração Pública (AP);
2. Ser uma referência enquanto Secretaria-Geral do Centro do Governo;
3. A nível interno e externo, comunicar as áreas e temas de maior relevo no quadro das áreas governativas apoiadas.

Entre 2022 e 2024 desenvolvemos um trabalho com um denominador comum que nos caracteriza: o rigor. Trabalhando em várias áreas estratégicas da comunicação, procurámos contribuir para a visibilidade, eficiência e impacto da comunicação institucional.

Na comunicação interna, focamo-nos em fortalecer o vínculo com as nossas pessoas, garantindo uma partilha de informação contínua e envolvente. A newsletter #MaisPerto foi uma peça-chave neste esforço, oferecendo conteúdos regulares e de relevância para o público interno. A Rede de Pontos Focais para a Comunicação da SGPCM permitiu uma comunicação mais alinhada e eficaz em cada área, promovendo uma cultura de proximidade e coesão organizacional.

Na comunicação externa, expandimos a presença digital da SGPCM e intensificámos o envolvimento com o público externo, particularmente através das redes sociais LinkedIn, Instagram, YouTube e Spotify. Estes canais fortaleceram a imagem pública da SGPCM e permitiram um diálogo mais próximo e direto com o cidadão, dando visibilidade às iniciativas e ao impacto das atividades que desenvolvemos e apoiamos.
Relativamente à comunicação do Campus XXI focámo-nos na criação de conteúdos e materiais específicos para acolher e informar, com materiais dedicados que garantem uma comunicação eficiente no apoio às necessidades transversais bem como a projetos específicos.

No âmbito de design gráfico, o Núcleo de Comunicação apoiou múltiplos projetos institucionais, produzindo materiais visuais consistentes e apelativos de diversos formatos para campanhas, eventos, publicações e comunicações. Também existiu um envolvimento grande desta área na Identidade Visual do edifício Campus XXI, bem como no apoio a entidades no âmbito da atuação da SGPCM ou ainda à atividade Governativa quando tal foi solicitado.

Relativamente à área de fotografia e vídeo, procurou-se dar resposta a todas as solicitações, capturando os momentos mais relevantes da atividade institucional e criando uma galeria de conteúdos visuais de alta qualidade, disponíveis no Portal da SGPCM. Estes conteúdos foram fundamentais tanto para as comunicações internas como para as externas, proporcionando uma narrativa visual que valoriza o trabalho da SGPCM.

Relativamente ao suporte técnico em projetos transversais, destaca-se a produção dos Guias de Acolhimento ao XXIV Governo Constitucional, designadamente na tarefa de agregação e homogeneização de conteúdos das diversas unidades orgânicas, e posterior acompanhamento e revisão da sua produção editorial.

12. Desafios Futuros

12.1. Pensar dentro da Caixa

Aproveitar o ensejo da mudança física para melhorar o modelo tradicional da estrutura organizacional e da gestão de pessoas, que reconhecidamente já não funciona, é um dos maiores desafios de todo o projeto. As organizações tradicionais, ensombradas pelo valor da pessoa de acordo com a posição hierárquica que ocupa e pela obtenção de resultados pela via do domínio e controle, são modelos atualmente ineficientes e desajustados à realidade mutante do mundo contemporâneo.

A concentração de serviços numa espécie de "Cidade de governo", nos termos da nossa proposta, permitiu o realinhamento e redefinição do modelo de redistribuição de responsabilidades e poderes, a criação de valor através da sinergia entre organismos, parcerias e fluxos de comunicação sem fronteiras físicas, que de outra forma não seria possível.

A mudança do desenho organizacional permitiu agrupar células funcionais como os serviços de recursos humanos, área da tecnologia e informação, área de atendimento e outras que se considerem relevantes para como se destacam os centros de competências que têm sido uma bandeira das políticas do governo.

Cooperar e partilhar recursos são as palavras de ordem.

Importa enfatizar que as características do novo espaço promovem a conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar, com todas as vantagens que daí advêm e que tão bem já conhecemos.

Dotado de condições únicas, o edifício possui uma área de lazer superior a 5.000 m^2, onde se inclui um centro médico, ginásio, ringue de futebol, balneários e uma zona de lojas e convívio que poderá ser adaptada a um espaço para creche/berçário.

Há muito que se ambicionava a concretização de um projeto de agregação de serviços que, do ponto de vista da racionalidade dos meios e dos recursos, permita pôr termo à insustentabilidade de um cenário em que várias dezenas de serviços públicos e áreas governativas se encontram instalados em edifícios arrendados, completamente saturados e desadequados à prossecução das suas funções.

A agregação de serviços no local, forma e termos aqui propostos, face às alternativas estudadas no passado, afigura-se-nos como a solução perfeita (ou quase), nas mais diversas variantes, como sejam a segurança, a sustentabilidade energética, a racionalização de pessoas e meios, as vantagens financeiras, entre outras, e plenamente adequada à natureza dos serviços.

Repensar as estruturas, aperfeiçoar esquemas de trabalho e procurar um modelo mais sustentável é hoje um desafio absolutamente necessário

12.2. Felicidade Organizacional

As organizações que se preocupam com a felicidade e bem-estar das suas pessoas, através de dinâmicas integradoras, propiciam um clima organizacional que estimula o sentimento de pertença, de comprometimento em que a qualidade e satisfação dos seus trabalhadores é uma realidade.

Com base em estudos de caso, Baker, Greenberg e Hemingway (2006) indicam, por um lado, que em organizações felizes as pessoas trabalhadoras são mais criativas e têm maior capacidade de provocar mudanças, pensam sobre o que é "possível" e não apenas na resolução de problemas, contribuindo mais para a sustentabilidade da organização. Por outro, são fundamentais os líderes que incentivam a um ambiente de colaboração, cooperação e responsabilidade, que fomentem o trabalho em equipa e a um compromisso de todos com a visão e a missão da organização.

Tendo como mote central no desenvolvimento da organização o Cuidar as nossas Pessoas a SGPCM tem vindo a desenvolver um trabalho cada vez mais exigente e dedicado no âmbito da felicidade organizacional.

Nesse sentido, participou no Happiness Works 2021, Happiness Works 2022 e Happiness Works 2023, estudos que tem como objetivo avaliar o nível de Felicidade Organizacional (organização + função) das pessoas trabalhadoras das organizações que nele participam.

Neste âmbito dar nota, também, de que a SGPCM participou como membro efetivo da Comissão Técnica 219 | Bem-Estar e Felicidade Organizacional, coordenada pela APEE enquanto Organismo de Normalização Setorial, que elaborou à NP 4590:2023, que especifica os requisitos para um sistema de gestão do bem-estar e felicidade organizacional.

Happiness Works
A FELICIDADE GERA MELHORES NEGÓCIOS

13. Do presente com olhos no futuro

E chegámos ao maior desafio que se nos colocou quando temos a capacidade de nos questionarmos e desenhamos futuro através da implementação de uma reforma que hoje está em cima da mesa muito do esforço do trabalho da equipa da Reforma da Administração Pública.

No primeiro quadrimestre de 2024, houve uma transição de legislaturas devido às eleições legislativas de 10 de março e à posse do XXIV Governo em 2 de abril. Isso afetou o ritmo das atividades do Grupo de Trabalho, que precisava de orientações políticas para as novas soluções orgânicas e funcionais no 2.º Relatório Técnico.

Em 25 de março, no último Conselho de Ministros do XXIII Governo, foram aprovados dois decretos-lei: um para regular a organização da administração direta do Estado e outro para aprovar as orgânicas da Secretaria-Geral do Governo e do Centro de Serviços Comuns.

Nesse período, a Administração trabalhou para refinar o modelo geral de reforma, especialmente em sua aplicação nas diferentes áreas governativas. Em março, o 2.º Relatório Técnico - Plano para a Implementação foi distribuído aos dirigentes das Secretarias-Gerais e Gabinetes responsáveis por planeamento e estudos para validar as soluções propostas. As contribuições recebidas foram incorporadas no relatório, destacando situações atípicas e especificidades das áreas governativas que exigiam soluções diferenciadas.
O 2.º Relatório Técnico forneceu:

1. Uma visão geral da aplicação do modelo de reforma nas diferentes áreas governativas, com base na estrutura do XXIII Governo Constitucional e na padronização de domínios comuns.
2. A identificação de situações atípicas que exigiam soluções organizativas personalizadas.
3. A identificação de especificidades únicas das áreas governativas que necessitavam de soluções casuísticas.

Reconhecendo a importância da Reforma orgânica e funcional da administração central do Estado para o 5.º pedido de pagamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a Coordenação do Grupo de Trabalho elaborou uma nota para os novos membros do Governo, solicitando orientações para concluir o processo. Também continuou a elaborar propostas de alteração da lei orgânica dos Centros de Competências – PlanAPP e JurisAPP, e concluiu a proposta de estrutura orgânica para entidades responsáveis por estudos e planeamento, visando harmonizar essas estruturas.

Atualização do Modelo Geral de Reforma

A interação entre a Presidência do Conselho de Ministros, Finanças e Administração Pública e a Coordenação do Grupo de Trabalho resultou em orientações para as 10 medidas da reforma. As medidas foram atualizadas conforme descrito:

1. Novo regime jurídico de organização dos ministérios, adaptável às diferentes estruturas do governo.

2. Criação do Conselho de Coordenação da AP para melhorar a coordenação de políticas públicas transversais.

3. Criação da SGGOV, agregando as Secretarias-Gerais setoriais em uma única estrutura.

4. Criação da figura do SG Coordenador dentro da SGGOV, com funções de coordenação orçamental e de desempenho.

5. Reforço das competências do PlanAPP, incluindo a função de incubadora de GEP.

6. Reforço das competências do JurisAPP, com capacidade de intervenção em contratos públicos complexos e arbitragem.

7. Harmonização das atribuições do GEP em cada área governativa.

8. Criação do Centro de Serviços Comuns, integrando funções de suporte das Secretarias-Gerais na ESPAP, IP.

9. Organização do Campus APP, renomeado como Campus XXI, com gestão patrimonial pela ESTAMO.

10. Desenvolvimento de um modelo de integração tecnológica comum.

Essas orientações foram sistematizadas em relatório, aplicando a atualização do modelo geral de reforma em cada área governativa, conforme a orgânica do atual Governo.

14. Agradecimento

Deixo aqui as minhas últimas palavras para todos os que fizeram a SGPCM e acreditaram neste projeto e no caminho que juntos traçámos.

Deixamos um legado impossível de descartar, mas fazemos com o espírito, nem sempre muito luso, de generosidade e de termos a capacidade de pensarmos no bem comum por cima do bem individual.

Embora possa não parecer estamos e estivemos do lado certo da história e caberá, a esta mesma, a capacidade de avaliar o nosso desempenho.

Por último, quero expressar o meu reconhecimento pela confiança e pelo apoio incondicional que todos nos deram em momentos menos bons, o que foi absolutamente fundamental para superar adversidades e colocar os pés bem assentes na terra. Só assim foi possível seguir caminho. O NOSSO caminho.

Agradeço a paciência e reconheço que muitas vezes não deve ser fácil aturar-nos.

Agradeço a todos os trabalhadores que embarcaram neste projeto que transformou a SGPCM. A cada um deles a minha infinita gratidão.

Como conclusão, acabo dizendo uma frase que resume na perfeição estes quase oito anos. Sinto-me um verdadeiro privilegiado porque:

Faço o que gosto e gosto muito do que faço!

Relatório
2017 / 2024

DAVID XAVIER
Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros